

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JOSÉ ANTONIO GERALDES GRAZIANI VIEIRA LIMA

**A ascensão da Irmandade Muçulmana ao poder no Egito e  
seu impacto na política externa egípcia**

São Paulo  
2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**A ascensão da Irmandade Muçulmana ao poder no Egito e  
seu impacto na política externa egípcia**

José Antonio Geraldes Graziani Vieira Lima

Artigos apresentados ao Programa de Pós-  
Graduação em Relações Internacionais do  
Instituto de Relações Internacionais da  
Universidade de São Paulo para a obtenção  
do título de Mestre em Ciências — Área:  
Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Peter Robert Demant

São Paulo  
2015

# FOLHA DE APROVAÇÃO

**José Antonio Geraldes Graziani Vieira Lima**

## **A ascensão da Irmandade Muçulmana ao poder no Egito e seu impacto na política externa egípcia**

Artigos apresentados ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Peter Robert Demant, para a obtenção do título de Mestre em Ciências — Área: Relações Internacionais.

Aprovado em: \_\_\_\_\_

### **Banca Examinadora**

Prof. Dr. Peter Robert Demant (Orientador)

Instituição: IRI/USP

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr.: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr.: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

A Kika, pelo amor, paciência e  
compreensão sem os quais este trabalho  
jamais teria se tornado realidade, e a  
Alice, por iluminar a vida

## **AGRADECIMENTOS**

Ao professor Peter Demant, pelos ensinamentos e por demonstrar, nas aulas e orientações, que o pesquisador deve ser humilde e estar sempre aberto a novos conhecimentos;

Ao Instituto de Relações Internacionais da USP, pela abertura de uma oportunidade inestimável;

Em especial, a Vera Lúcia e José Carlos, responsáveis pela base sólida e incentivo que permitiram a chegada até aqui.

## RESUMO

Por meio de dois artigos, um de revisão bibliográfica e outro de pesquisa empírica, este trabalho busca examinar os impactos para o Egito, e as repercussões para o Oriente Médio, da ascensão da Irmandade Muçulmana ao poder após a deposição de Hosni Mubarak, ditador egípcio durante três décadas. O caso do Egito é o objeto da pesquisa pois exemplifica de forma cristalina como as aberturas democráticas nos países árabe-muçulmanos representam um enorme desafio para essas sociedades. A atuação da Irmandade Muçulmana em um ambiente de liberdade era aguardada por observadores dentro e fora do Oriente Médio pois, como principal movimento adepto do chamado islã político, seu sucesso ou fracasso poderiam indicar a possibilidade de êxito na construção das democracias locais, uma vez que parece inevitável o islamismo, como sinônimo de islã político, ser o primordial beneficiário da ruína dos regimes despóticos que grassam na região. Como base para esta análise, o primeiro artigo busca, por meio de uma revisão bibliográfica da história e da ideologia da Irmandade Muçulmana, desde sua fundação, em 1928, as explicações para o comportamento do grupo após a queda de Mubarak. O segundo artigo, por sua vez, estuda a conduta da política externa do Egito e reconstrói a forma como a ditadura de Mubarak desempenhava suas relações exteriores, comparando esta com a política externa do Egito durante o governo de Mohamed Morsi, irmão muçulmano eleito presidente do país em junho de 2012. Por fim, o segundo artigo busca entender os impactos provocados pelo período de governo da Irmandade Muçulmana na política externa do Egito na fase seguinte, após a deposição de Morsi (julho de 2013), em que o país passou a ser liderado pelo marechal Abdel Fattah al-Sissi, cujas ações na seara internacional são manifestamente tomadas em oposição não apenas à Irmandade Muçulmana, mas a qualquer elemento que possa ser identificado com o islã político.

**Palavras-chave:** Irmandade Muçulmana, Egito, islã político, islamismo, Oriente Médio

## **ABSTRACT**

Through two articles, a literature review and an empirical analysis, this paper seeks to examine the impacts to Egypt, and the implications for the Middle East, of the rise to power of the Muslim Brotherhood after the overthrow of Hosni Mubarak, Egyptian dictator for three decades. The case of Egypt is the object of research because it exemplifies in a crystalline way how the democratic openings in the Arab-Muslim countries represent a huge challenge for these societies. The performance of the Muslim Brotherhood in a freer environment was expected by observers inside and outside the Middle East because, as the main supporter of the movement called political Islam, its success or failure could indicate the possibility of success in the construction of local democracies, since it seems inevitable that Islamism, as synonymous with political Islam, be the primary beneficiary of the ruin of the despotic regimes that are rife in the region. As a basis for this analysis, the first article seeks, through a literature review of the history and ideology of the Muslim Brotherhood, since its founding in 1928, the explanations for the behavior of the group after the fall of Mubarak. The second article, in turn, studies the conduct of foreign policy of Egypt and reconstructs how the dictatorship of Mubarak played its foreign relations, comparing this with the foreign policy of Egypt during the reign of Mohamed Morsi, muslim brother elected president of the country in June 2012. Finally, the second article seeks to understand the impacts caused by the period of government of the Muslim Brotherhood in Egypt's foreign policy in the next stage, after the deposition of Morsi (July 2013), in which the country was led by Marshal Abdel Fattah al-Sissi, whose actions in the international arena are clearly taken in opposition not only to the Muslim Brotherhood, but the elements which can be identified with political Islam.

**Keywords:** Muslim Brotherhood, Egypt, political Islam, Islamism, Middle East

## SUMÁRIO

### **Artigo 1. A Irmandade Muçulmana no Egito: História, Ideologia e o Despertar Árabe**

1.1 Introdução .....	1
1.2 A Fundação da Irmandade e o mito Al-Banna .....	2
1.3 A perseguição sob Nasser .....	7
1.4 Sadat: abertura e radicalização do islamismo .....	11
1.5 A democratização cosmética de Mubarak .....	16
1.6 O Revivalismo Islâmico .....	23
1.7 Os dilemas ideológicos da Irmandade Muçulmana .....	28
1.8 A Irmandade Muçulmana após a queda de Mubarak .....	38
1.9 Conclusão .....	41
1.10 Bibliografia .....	44

### **Artigo 2. A política externa da Irmandade Muçulmana no Egito em comparação com os regimes Mubarak e Sissi**

2.1 Introdução .....	49
2.2 A política externa de Mubarak .....	50
2.3 O processo decisório na política externa do Egito .....	56
2.4 A política externa da Irmandade Muçulmana .....	57
2.5 A política externa do Egito pós-Irmandade Muçulmana .....	64
2.6 Conclusão .....	72
2.7 Bibliografia .....	80

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JOSÉ ANTONIO GERALDES GRAZIANI VIEIRA LIMA

**A Irmandade Muçulmana no Egito:  
História, Ideologia e o Despertar Árabe**

São Paulo  
2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**A Irmandade Muçulmana no Egito:  
História, Ideologia e o Despertar Árabe**

José Antonio Geraldês Graziani Vieira Lima

Artigo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Ciências — Área: Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Peter Robert Demant

São Paulo  
2015

## 1.1 INTRODUÇÃO

A chamada “Primavera Árabe”, onda de protestos por melhores condições de vida e mais liberdade ocorrida em 2010 e 2011, foi equivalente a um abalo sísmico no Oriente Médio. As manifestações mostraram a fragilidade das ditaduras características da região e trouxeram à tona a possibilidade de que elas fossem derrubadas e substituídas por regimes mais democráticos, rearranjando a balança de poder na região. Além disso, pela primeira vez de forma significativa, as vozes dos cidadãos passaram a ser ouvidas, fenômeno que liberou inúmeras forças da sociedade suprimidas ao longo de décadas.

O mais importante ator político a emergir neste período foi, inequivocamente, o islã político, tipo de pensamento segundo o qual “a religião é um sistema que poderia resolver qualquer problema político, econômico ou social criado pela modernização”<sup>1</sup>. Dentro do espectro político do islamismo<sup>2</sup>, nenhum grupo político-religioso é mais importante do que a Sociedade dos Irmãos Muçulmanos, ou simplesmente Irmandade Muçulmana, fundada no Egito em 1928. Para sobreviver à repressão sofrida desde seus primórdios, os irmãos muçulmanos se enclausuraram dentro do próprio grupo, criando uma organização obscura, que inspira desconfiança e até mesmo medo em cidadãos, analistas, diplomatas e tomadores de decisão dentro do Egito e fora dele. Assim, a emergência da Irmandade como principal contestação ao regime autoritário no Egito, e potencialmente em todo o Oriente Médio com o passar do tempo, gerou inúmeras perguntas. Os grupos islamistas são atores políticos legítimos? O islamismo é compatível com a democracia? Quais são as implicações para as sociedades da chegada desses grupos ao poder? E para a geopolítica do Oriente Médio?

O que se segue é uma tentativa de reflexão sobre essas perguntas e de iniciar o debate a respeito de suas respostas. Por meio de uma análise da história do Egito e da Irmandade Muçulmana, combinada com uma análise dos principais pontos da ideologia dos irmãos muçulmanos, procura-se contextualizar o papel da Irmandade na política e na sociedade egípcias, de modo a entender quais são as motivações do movimento e quais considerações são levadas em conta por seus líderes na tomada de decisões. Essas podem ser ferramentas que tornem um pouco menos difícil compreender o comportamento do grupo islamista dentro do Egito e nas relações do país com o mundo.

---

<sup>1</sup> ROY, Oliver. Islam: The Democracy Dilemma. In: WRIGHT, R (editora). The Islamists are Coming – Who they really are / Robin Wright. – Washington, D.C.: Woodrow Wilson Center Press, 2012, p. 14.

<sup>2</sup> Aqui usa-se islamismo como sinônimo de islã político, assim como ocorre em inglês (*islamism*) e em francês (*islamisme*). Tal uso não é referendado pelos dicionários em português, mas é necessário para adequar o idioma e elevar a precisão dos estudos a respeito deste tema

## 1.2 A FUNDAÇÃO DA IRMANDADE E O MITO AL-BANNA

A literatura a respeito da Irmandade Muçulmana enfatiza o papel de seu fundador, Hassan al-Banna, no estabelecimento do caráter do grupo. O destaque à atuação de Al-Banna se dá pois foi no período inicial da Irmandade que os principais traços da personalidade do movimento foram estabelecidos. Até hoje, tais características influenciam o comportamento e a visão de mundo dos irmãos muçulmanos.

O início da Irmandade Muçulmana se deu em um momento agitado na sociedade egípcia. O país encontrava-se sob o domínio britânico, iniciado em 1882 de forma “temporária” para garantir interesses europeus no que era uma região com cada vez menos influência do Império Otomano: a segurança do Canal de Suez, o pagamento da dívida externa e a segurança dos cidadãos europeus. A ocupação, apesar de trazer alguns avanços, subjugava a população local em nome dos interesses britânicos. A produção local de algodão só poderia ser vendida para as empresas inglesas que tinham exclusividade na venda de tecidos para os egípcios; a criação da indústria têxtil egípcia era bloqueada pelo Reino Unido; o governo investia pouco em educação; se opunha ao uso do idioma árabe, considerado impróprio para o ensino de ciências modernas (GOLDSCHMIDT, 2008, p. 101). Havia uma escancarada separação entre britânicos e egípcios, simbolizada pelos clubes exclusivos destinados aos europeus, nos quais os nativos não podiam entrar, fomentando um “golfo social que levou ao surgimento de sentimentos mútuos de incompreensão e hostilidade” (ibid), e pela ocupação militar, concentrada nas cidades do Canal de Suez e mantida por cerca de 20 mil soldados britânicos.

A partir da virada para o século XX, a ocupação começou a ser firmemente contestada pelo nacionalismo local. Liderados por Saad Zaghlul e pelo partido Wafd, os nacionalistas se insurgiram em 1919, uma revolução que “produziu significativas mudanças políticas, incluindo uma nova constituição, a proclamação da independência do Egito [em 1922] e um novo governo eleito” (TIGNOR, 2011, p. 244). Neste contexto, Hassan al-Banna criaria a Sociedade dos Irmãos Muçulmanos.

Uma leitura da obra clássica de Richard Mitchell (1993) mostra que as experiências pessoais de Al-Banna ajudaram a definir dois importantes traços da ideologia dos irmãos muçulmanos. Nascido em 1906 em Mahmoudiyah, cidade a cerca de 180 quilômetros a noroeste do Cairo, Al-Banna esteve desde cedo envolvido em sociedades religiosas. Em 1923, aos 16 anos, partiu para a capital para estudar na Dar al-Ulum, instituição de educação fundada em 1872 por meio da qual o governo recrutava

estudantes de escolas religiosas para treiná-los como professores de árabe e assuntos gerais para o primário. No Cairo, Al-Banna encontrou uma cidade que passava por um momento de grande turbulência, marcado pela “desunião” dos principais grupos políticos da época; pelas orientações de “apostasia e niilismo” do período posterior à Primeira Guerra Mundial, pelo secularismo presente nas universidades, livros, jornais e revistas e estimulado pela revolução de Mustafa Kemal Atatürk (o fundador da Turquia), que acabaria por minar a influência da religião (MITCHELL, 1993, p. 4). Ali, Al-Banna começou a ter claro que a sociedade egípcia não era suficientemente religiosa e que apenas a mesquita não bastaria para levar a fé às pessoas (ibid, p. 5). Assim começou a nascer um crucial traço da personalidade da Irmandade Muçulmana: a necessidade de usar diversos meios para islamizar a sociedade. Para cumprir este objetivo, Al-Banna criou em Ismailía – cidade na região do Canal de Suez onde a Irmandade Muçulmana foi fundada em 1928 por ele e seis trabalhadores que admiravam seus sermões proferidos em locais públicos – um sistema de estruturação que seria reproduzido em todas as filiais. O sistema consistia no estabelecimento de uma sede, na construção de uma mesquita (com doações e empréstimos conseguidos por Al-Banna com seus sermões) e de projetos sociais, que no caso de Ismailía foram uma escola para meninos e outra para meninas. A estratégia foi um sucesso. Em quatro anos após a fundação, além de Ismailía, a Irmandade Muçulmana estava presente em Port Said, Suez, Abu-Suwayr e Shubrakhit (ibid, p. 9).

Um segundo traço da personalidade do movimento foi forjado quando Al-Banna deixou o Cairo para assumir uma vaga de professor em Ismailía. Naquela cidade começou a nascer uma Irmandade Muçulmana cuja existência se constituía em oposição à influência do Ocidente. Ao chegar a Ismailía, Al-Banna se deparou com o núcleo da ocupação britânica sobre o Egito, com o que chamou de “ocupação econômica” estrangeira, com a Companhia do Canal de Suez (então controlada pelo Reino Unido) e com a escancarada desigualdade entre as luxuosas casas dos estrangeiros e as moradias miseráveis dos nativos (ibid, p. 7). A ampla dominação externa nos campos político, econômico e militar era questionada por diversos movimentos egípcios. Para a Irmandade Muçulmana, esses problemas eram resultado da “propagação de valores e práticas seculares ocidentais”, como afirma Wickham (2013: 22):

Os modelos seculares de direito e educação emprestados da Europa estavam fora de sintonia com as crenças e sentimentos religiosos da sociedade egípcia; da mesma forma, o conteúdo “barato”, “lascivo” e

“sugestivo” da mídia, dos filmes e da música minavam os valores tradicionais e criavam problemas morais e sexuais para a juventude.

A dominação interna, por parte da elite, também era explicada por Al-Banna a partir da lógica anti-imperialista. Segundo ele, o “colonialismo interno” era levado a cabo pelas elites egípcias, que se beneficiavam da presença dos britânicos e tinham objetivos semelhantes aos deles (RUTHERFORD, 2008, p. 79). Com esta forma, o antiocidentalismo da Irmandade Muçulmana tinha grande apelo para o Egito do início do século 20 pois a mensagem de Al-Banna, a de que o islã deveria estar presente não somente na mesquita, mas na sociedade como um todo, “habilmente tocou a preocupação das pessoas com a erosão da tradição e a crescente ocidentalização da elite egípcia, além da atitude aparentemente quiescente do *establishment* religioso oficial” (PARGETER, 2013, p. 20), nomeadamente a Universidade Al-Azhar, principal centro do pensamento sunita mundial. É importante ter em conta que neste momento da história do Egito a Irmandade Muçulmana surgia como apenas uma das alternativas na batalha ideológica travada para definir o futuro do país. Uma das vertentes existentes nos anos 1920 era a dos que Osman (2011, p. 38) chama de *easternists*, um grupo de políticos apoiados pelo palácio real que vislumbrava aproveitar o vácuo criado pela queda do Império Otomano após a Primeira Guerra Mundial para aproximar o Egito do Oriente Médio torná-lo um líder da região. Este projeto não tinha muita aceitação pois além de ser descolado dos problemas sociais que afetavam o grosso da população, não entrava em consonância com a experiência pregressa do país, uma vez que a maior parte dos egípcios se considerava menos oriental ou mesmo árabe do que se considerava muçulmana (OSMAN, 2011, p. 39). A outra força ideológica daquele período era o liberalismo, capitaneado pelo Wafd. O partido teve papel proeminente na independência do Egito (que se deu oficialmente em 1922), lutou contra a família real para estabelecer uma monarquia constitucional aberta ao capitalismo e a liberdades civis e desejava “colocar o Egito na Europa” (ibid). Foi este projeto que ampliou no Egito o espaço para a efervescência cultural ocidental vista com preocupação por Al-Banna.

Neste contexto de disputa política e social, a Irmandade Muçulmana precisava fazer avançar seu projeto de sociedade e, ao mesmo tempo, garantir a existência do grupo. Desta dinâmica emergiu uma terceira característica importante do movimento, a praticidade de sua liderança. Para Pargeter, este aspecto é reflexo do estilo pessoal de Al-Banna, um líder sempre ciente da necessidade de os irmãos muçulmanos terem um “entendimento com os poderes estabelecidos”, ainda que este fosse considerado “não-

islâmico” (2013, pp. 25-26). A flexibilidade de Al-Banna se manifestava de diversas maneiras no nível pessoal, como em concessões religiosas a homens ricos que poderiam ajudar a causa da Irmandade ou na escolha da vestimenta (fosse um terno ou uma tradicional *jellabiya*) adequada para provocar o máximo impacto na audiência escolhida para seus sermões (PARGETER, 2013, p. 23). Foi, entretanto, quando a Irmandade Muçulmana passou a se engajar com mais afinco na política egípcia que o pragmatismo do grupo ficou em maior evidência.

Em 1932, Al-Banna conseguiu ser transferido de Ismailía para o Cairo, de onde passou a liderar a Irmandade. Uma vez comandado a partir da capital, o grupo se expandiu velozmente e passou a ser representado em quase todos os setores da sociedade egípcia, se tornando, no fim da década de 1940, um dos mais importantes atores da cena política egípcia (MITCHEL, 1993, p. 12). Inicialmente, o ativismo político dos irmãos muçulmanos se dava por meio de cartas enviadas aos reis e primeiros-ministros do Egito, a respeito de assuntos como a preocupação com o grande número de missionários cristãos que visitavam o país no começo da década de 1930. Por meio de conferências nacionais, sempre lideradas por Al-Banna, a Irmandade estabelecia suas regras, como a obediência aos líderes, criava novas formas de comunicação, como revistas, boletins e jornais, e articulava sua ideologia. Em 1939, na quinta conferência anual, a Irmandade passou a almejar “uma nova vida” e “uma nova luta” e decidiu que estava suficientemente preparada para se tornar uma “organização política” (ibid, p. 16). O novo projeto encontrou resistências e Al-Banna foi obrigado a negociar com os poderes estabelecidos. Um episódio emblemático ocorreu nas eleições parlamentares de 1942, quando 17 irmãos muçulmanos, incluindo o próprio Al-Banna, se lançaram como candidatos. Por pressão do então primeiro-ministro, Mustafá Nahas Pasha, que usou como justificativa o “estado de guerra” em que o Egito se encontrava por conta da Segunda Guerra Mundial, Al-Banna aceitou recuar e ainda publicar um texto no qual prometia lealdade ao Tratado Anglo-Egípcio de 1936, que previa a manutenção de tropas britânicas no Egito e que havia sido denunciado pela Irmandade em 1938 e 1939. O Conselho de Orientação da Irmandade Muçulmana recusou as exigências, mas Al-Banna decidiu aceitar. Em troca, obteve o direito de viajar para fora do Cairo sem pedir autorização ao Ministério do Interior, uma exigência que havia sido imposta a ele (TADROS, 2012, p. 63), e a promessa de que o governo iria tomar providências quanto à venda de álcool e à prostituição no Egito (PARGETER, 2013, p. 23). Isso deixa claro que, como afirma Pargeter (2013: 23), Al-Banna não era avesso à ideia de integrar o *establishment* político “de forma a avançar os

objetivos da Irmandade – mesmo que isso contradissesse seus próprios ensinamentos e ideologia” e estava disposto a ir longe para ganhar peso político.

Apesar da disposição de Al-Banna para negociar, a entrada da Irmandade na política não foi suave, e serviu como combustível para inflamar ainda mais a década de 1940 no Egito. Se nos anos 1930 os irmãos muçulmanos eram usados pelo palácio real para contrapor o peso do Wafd, o mais popular partido da época, na década de 1940 eles passaram a disputar influência nos rumos do país. Esta contenda nem sempre se deu por meios legais e foi marcada tanto por ataques verbais, feitos por meio da imprensa e de discursos, quanto pela violência física de cunho político, na qual atuavam com destaque grupos paramilitares do Wafd (Camisas Azuis), do partido ultranacionalista Jovem Egito (Camisas Verdes) e os da Irmandade Muçulmana, os *rovers*, grupos criados a partir do treinamento atlético da Irmandade (MITCHELL, 1993, p. 14) e os batalhões. O uso da violência por parte da Irmandade será analisado mais adiante, mas aqui é importante notar que, como afirma Mitchell (1993, p. 314), o surgimento desses grupos, inspirados em facções fascistas europeias do entre guerras, coincidiu com as “manipulações extra-legais dos processos constitucionais pelo palácio”.

A Segunda Guerra Mundial agravou a situação. O Egito cortou relações com as potências do Eixo quando a conflagração começou, mas inicialmente se manteve neutro. Tropas italianas atacaram o país em 1940, mas foram repelidas pelos britânicos. Em 1941, o Afrika Korps alemão levou a guerra ao Egito, visto como ponto estratégico por conta do canal de Suez. Na segunda batalha de El Alamein (23 de outubro a 11 de novembro de 1942), os britânicos saíram vitoriosos, um triunfo considerado um divisor de águas por cessar o avanço alemão aos campos de petróleo do Oriente Médio. Durante a Segunda Guerra, o Egito teve quatro trocas no posto de primeiro-ministro, sendo as três iniciais em agosto de 1939, junho de 1940 e novembro de 1940. Era uma época em que o Reino Unido fazia diversas intervenções de forma a instalar um premiê capaz de garantir estabilidade em um dos principais fronts do conflito fora da Europa. A estabilidade veio somente em fevereiro de 1942, com o governo liderado pelos liberais do Wafd. No fim da guerra, a situação econômica do Egito era marcada por desemprego alto e inflação galopante, entre outros problemas. A luta por independência definitiva do Reino Unido e a questão palestina, cada vez mais saliente, acirravam a briga entre os grupos políticos e entre esses e o palácio. Bastião do nacionalismo no início do século, o Wafd saiu enfraquecido da Segunda Guerra Mundial por ter liderado o governo de apoio aos britânicos. Assim, o partido abriu espaço para seu principal rival interno, a Irmandade

Muçulmana. Ocasionalmente, o movimento de Al-Banna realizou alianças com o Wafd e com o palácio, mas elas não sobreviveram às diferenças entre os grupos. Num período em que Mitchell (1993, p. 59) define como “o começo da fase final do colapso da vida parlamentar e do estado de direito no Egito”, assassinatos políticos, atentados a bomba e incêndios criminosos se tornaram comuns de lado a lado. Percebida como ameaça, a Irmandade foi dissolvida em 8 de dezembro de 1948 pelo governo do então premiê Mahmud Fahmi al-Nuqrashi Pasha. No dia 28 do mesmo mês, Nuqrashi foi assassinado por um integrante do “aparato secreto” da Irmandade (facção também a ser analisada mais adiante). Em fevereiro de 1949, em meio a uma intensa repressão imposta pelo governo de Ibrahim Abd al-Hadi, veio a vingança: Al-Banna foi executado pela polícia política a mando do novo premiê egípcio (ibid, p. 71).

### **1.3 A PERSEGUIÇÃO SOB NASSER**

Nos anos derradeiros da vida parlamentar do Egito, a Irmandade Muçulmana estava engajada, como visto acima, em sua luta contra a influência britânica e ocidental no país e, nesta empreitada, tinha interesses comuns com os militares, em especial um grupo que viria a ser conhecido como Oficiais Livres, para o qual o nacionalismo era um valor muito caro. À medida em que foi ficando óbvio que a monarquia, então sob o rei Farouk, e os governos designados por ela não romperiam de uma vez com o Reino Unido, os militares nacionalistas e a Irmandade Muçulmana não só tinham um interesse em comum como se tornaram aliados muito próximos.

Mitchell mostra que militares treinavam irmãos muçulmanos em campos públicos montados em universidades e escolas secundárias e também em locais privados (1993, p. 89) e afirma que os contatos entre a Irmandade e os oficiais (que incluíam Anwar al-Sadat e Gamal Abdel Nasser) tiveram importância histórica pois serviram, entre outras coisas, para a “encorajar Al-Banna a prosseguir com seus próprios planos para [realizar] atividades secretas revolucionárias” (1993, p. 96). Mitchell também deixa claro como era próxima a ligação de Nasser com os irmãos muçulmanos: em 1950 ele afirmou ao então premiê, em audiência, que era simpatizante da Irmandade e, após o complô dos Oficiais Livre quase ser descoberto, transferiu secretamente um estoque de armas para a propriedade do pai de um importante irmão muçulmano (1993, p. 100).

As pressões contra a monarquia, que se arrastavam por décadas, chegaram ao ápice em 23 de julho de 1952, quando uma disputa a respeito do futuro do clube de oficiais

militares serviu de estopim para o golpe contra Farouk. Uma vez no poder, os militares fizeram diversos acenos positivos aos irmãos muçulmanos. Como recorda Mitchell, o Conselho Revolucionário de Comando aboliu a polícia secreta do Ministério do Interior, responsável pela morte de Al-Banna, determinou uma investigação imediata sobre aquele assassinato (1993, p. 106) e, ao dissolver todos os partidos por decreto, manteve a Irmandade Muçulmana em funcionamento, o que, segundo Mitchell, “só pode ser explicado pelo fato de ela ter participado da decisão de emitir” tal resolução (1993, p. 110). Em ato ainda mais simbólico, Nasser e o general Mohamed Neguib, líder do golpe, participaram da peregrinação ao túmulo de Al-Banna em fevereiro de 1953, no quarto aniversário de sua morte. Os irmãos muçulmanos, entretanto, não tinham controle sobre as ações dos militares, muito menos sobre as de Nasser, que a partir de 1953 estava engajado em uma disputa interna com Neguib a respeito dos rumos do Egito e da qual sairia vitorioso. Nasser percebia os irmãos muçulmanos como um grupo pouco fiel a ele, enquanto a Irmandade não via em Nasser o líder que imaginara antes. Assim, rapidamente a relação entre as duas partes se deteriorou. Em janeiro de 1954, foi determinada a dissolução da Irmandade, por meio de um decreto no qual eram lembrados diversos pontos de discórdia com o governo. Por um breve período houve uma distensão por parte do regime, mas ela foi rompida em 27 de outubro de 1954, quando Mahmoud Abdel Latif, com o auxílio de integrantes da Irmandade, mas não com a anuência da liderança (ibid, p.149-151), tentou assassinar Nasser em Alexandria.

A partir dali, e até 1970, a Irmandade permaneceu como um “alvo primordial” do governo Nasser (WICKHAM, 2013, p. 27). A perseguição teve início imediatamente após a tentativa de assassinato, com saques e incêndios na sede do grupo no Cairo e em escritórios no interior do Egito. Com seus discursos, Nasser conseguiu retratar a Irmandade como uma força contrarrevolucionária, impressão estimulada pelos julgamentos de diversos integrantes em “tribunais populares” e pela campanha da imprensa contra o grupo. Na mídia, afirma Mitchell, surgiram “‘evidências’ de que os irmãos eram agentes e lacaios da monarquia, da antiga classe dominante, dos britânicos, dos franceses, dos sionistas, do imperialismo ocidental, do comunismo e do capitalismo” (1993, p. 152). Neste período, Nasser conseguiu tirar de cena seu rival na junta militar, Neguib. Único homem forte do governo, Nasser usou as forças de segurança para, nos anos seguintes, perseguir, prender e torturar milhares de irmãos muçulmanos, numa repressão que, como será visto mais à frente, serviu para radicalizar o islã político.

É importante ter em conta que Nasser e a Irmandade Muçulmana não tinham apenas diferenças políticas pontuais. Elas eram também ideológicas.

Para Cook (2012, p. 64), a tentativa de assassinato contra Nasser foi o primeiro de três eventos que serviram para criar o clima político para o projeto dos Oficiais Livres ser colocado em prática. Nasser teve um retorno “triumfal” de Alexandria para o Cairo (MITCHEL, 1993, p. 153) após a tentativa de assassinato e logo se transformou de uma figura sombria em um “corajoso e amado filho do Egito” (COOK, 2012, p. 64). O segundo evento salientado por Cook era a percepção, por parte dos egípcios, de que os Oficiais Livres “estavam cumprindo suas promessas de lidar com as injustiças sociais, promover o desenvolvimento econômico e tornar o Egito uma potência regional” (ibid). Isso se deu por conta das profundas transformações realizadas por Nasser no Estado egípcio, caracterizadas pela substituição do modelo econômico liberal por um modelo socialista; pela abrangente reforma agrária, que colocou fim ao sistema feudal ainda vigente no Egito; e pela criação de um imenso setor público que tinha como função primordial administrar as inúmeras fábricas e companhias estatais que englobavam virtualmente todos os negócios significativos da economia (OSMAN, 2011, p. 55). O terceiro e mais importante evento citado por Cook foi a nacionalização do Canal de Suez, em 1956, confirmada no Conselho de Segurança das Nações Unidas pela pressão de Estados Unidos e União Soviética contra o ataque tripartite realizado por Reino Unido, que até então controlava o canal, França e Israel. Há uma vasta literatura sobre os impactos da crise de Suez na Guerra Fria que foge ao escopo deste artigo, mas dentro do Egito, e no mundo árabe como um todo, aquele episódio catapultou Nasser para um nível de admiração transcendental, uma veneração “indiscutivelmente superior do que as de qualquer líder político desde o profeta Maomé” (OSMAN, 2011, p. 51). Como afirma Osman, ao nacionalizar o canal, Nasser estava “afirmando o orgulho nacional; enfrentando as potências imperialistas que dominaram a região por décadas; libertando emocionalmente milhões de árabes e egípcios oprimidos” (ibid).

Nasser se tornou um mito, mas seu projeto era civil, não islâmico. Ele considerava a religião muçulmana como “um quadro civilizacional para seu projeto árabe nacionalista” (OSMAN, 2011, p. 60), mas repudiava o islã como forma de governo. Para Osman, o arabismo de Nasser tinha raízes em suas experiências pessoais, nomeadamente a luta na palestina contra Israel em 1948, na qual esteve ao lado de muçulmanos e cristãos e no estudo de lutas estratégicas históricas no Oriente Médio nas quais “seu povo” se definia como árabe e não simplesmente como muçulmano (2011, p. 63). O regime de

Nasser conseguiu forjar uma identidade árabe, que por algum tempo teve sucesso em suplantar a identidade egípcia relacionada com o período anterior, de liberalismo influenciado pela Europa. A busca pela “arabização” era deliberada por parte de Nasser e mirava não somente o Egito, mas todo o entorno. Como afirma Osman, havia uma clara preocupação em não alienar comunidades cristãs importantes, como a existente no Líbano, e assim a sociedade não era retratada pelo Estado como sendo religiosa, mas sim secular, uma prática escancarada pelo aparato de comunicação estatal, cuja retórica “glorificava as pessoas, a nação, ‘nossa história árabe’ e se distanciava de qualquer linguagem ou simbolismo religioso” (OSMAN, 2011, p. 166). O mais claro exemplo de sucesso do pan-arabismo de Nasser foi a República Árabe Unida, fundada quando a Síria e o Egito assinaram um acordo de união política, que existiu entre 1958 e 1961.

A derrocada de Nasser e do nacionalismo árabe começou a se dar por conta da projeção de poder realizada por ele a partir do Egito. A expansão da influência egípcia criava perigos para três importantes atores estratégicos do Oriente Médio – a Arábia Saudita, os Estados Unidos e Israel. Os sauditas representavam um regime monárquico e teocrático, projeto amplamente antagonista ao de Nasser, e que o via como inimigo, especialmente após tropas egípcias ajudarem os republicanos iemenitas a destruírem a monarquia na guerra civil do Iêmen (1962-1970). Os norte-americanos também viam em Nasser um grande perigo, pois este, além da proximidade com a União Soviética, era capaz de unificar os povos do Oriente Médio, e controlar essa região estratégica, assim como as fontes de petróleo e rotas comerciais tão caras a Washington. Israel, por sua vez, via a ameaça de Nasser como “fatal”, pois ele retratava o conflito contra o Estado judeu como um a ser travado por todos os árabes e não apenas pelos palestinos, pois via Israel como uma “base militar ocidental” no coração do mundo árabe, cuja função era dividi-lo (OSMAN, 2011, p. 71). Tal visão de mundo se contrapunha ao interesse de Israel de ser percebido como parte integrante do Oriente Médio (ibid). Neste ambiente, Nasser travou a Guerra dos Seis Dias (1967) contra Israel, na qual as forças israelenses tiveram uma vitória militar espetacular: as tropas egípcias e sírias foram quase que completamente destruídas e Israel ocupou a Cisjordânia, a Faixa de Gaza, a Península do Sinai, as Colinas de Golã e Jerusalém. A derrota acachapante marcou o que Osman chama de “fim do projeto nasserista” (2011, p. 73), e a partir dali ele seria uma sombra de si mesmo. Nos três anos seguintes o líder egípcio se dedicou a tentar corrigir os muitos problemas das reformas impostas por ele, nomeadamente o peso da burocracia sobre a eficiência do Estado e a deterioração do agronegócio. Em 28 de setembro de 1970, Nasser morreu.

#### **1.4 SADAT: ABERTURA E RADICALIZAÇÃO DO ISLAMISMO**

A morte de Nasser abriu espaço para a reorganização da Irmandade. Isso ocorreu, em grande medida, por conta do projeto político do novo presidente, Anwar al-Sadat.

Sadat nasceu em 25 de dezembro de 1918, em Mit Abul Kum, vila no Delta do Nilo, e teve papel ativo no grupo que derrubou a monarquia em 1952. Durante os preparativos para a revolução, Sadat manteve diversos contatos com Al-Banna<sup>3</sup>, por meio dos quais buscava arregimentar os irmãos muçulmanos para a campanha contra a monarquia. Uma vez instalado o governo militar, Sadat passou a integrá-lo e, na disputa política deste com a Irmandade, teve atuação destacada como “principal voz do governo na batalha por meio da imprensa” com os irmãos muçulmanos (MITCHELL, 1993, p. 143). Apesar disso, como afirma Osman (2011, p. 129), Sadat não era um pilar importante do regime, mas conseguiu se manter bem posicionado na elite de maneira a aproveitar o vácuo deixado pela morte de Nasser.

Sadat assumiu a presidência em 15 de outubro de 1970 e dedicou seu mandato a mudar os rumos do Egito e “corrigir a revolução”. Três projetos foram marcantes nesta empreitada. O primeiro foi a chamada Guerra do Yom Kippur (1973), que teve como resultado acabar com a humilhação, do ponto de vista egípcio, configurada pela ocupação israelense na Península do Sinai. O Egito experimentou mais uma derrota militar nas mãos de Israel naquele confronto, mas ainda assim a guerra teve um efeito positivo profundo no Egito, de retomada do orgulho nacional. Isso ocorreu por conta do grande sucesso das Forças Armadas egípcias no primeiro dia da guerra, proporcionado pelo ataque surpresa combinado com a Síria. Em 6 de outubro de 1973, numa ofensiva que envolveu a mirabolante – e efetiva – ideia de desfazer montanhas de areia com jatos de água de alta pressão, os militares egípcios impuseram pesadas baixas a Israel. Aquela vitória parcial até hoje faz parte do ideário egípcio: ela é lembrada no nome “oficial” que a guerra tem no Egito (Guerra de 6 de Outubro), no principal feriado nacional não-religioso do país e em uma das pontes sobre o rio Nilo no centro do Cairo.

Os outros dois projetos de Sadat para romper com o legado de Nasser estavam interligados, mas só puderam ser colocados em prática porque depois da guerra ele tinha o “capital político e a coragem” para romper com o Nasserismo (OSMAN, 2011, p. 129). Um dos projetos era a reorientação política do Egito, que deixaria a órbita de influência da União Soviética para aderir ao bloco liderado pelos Estados Unidos. Neste processo

---

<sup>3</sup> Sadat foi o primeiro integrante do grupo de oficiais militares descontentes a se encontrar com Al-Banna, em 1940 (MITCHELL, 1993, p. 24)

seria fundamental a paz com Israel, baseada no “ódio ao belicismo das décadas de 1950 e 1960” desenvolvido por Sadat e na crença de que o confronto de 1973 deveria ser o último entre Egito e Israel. Uma análise mais profunda desta mudança de esfera de influência durante a Guerra Fria consta no artigo complementar, focado nas relações exteriores do Egito. Este artigo, por sua vez, se concentra no outro projeto de Sadat, a reorientação econômica do Egito, que entrou para a história com o nome de *Infitah* (abertura). Como afirma Rutherford (2008, p. 135), a fraqueza do estatismo da era Nasser tinha ficado clara após a Guerra dos Seis Dias (1967), quando, para refazer as Forças Armadas, milhões de libras egípcias deixaram de ser aplicados em investimentos econômicos produtivos. Da mesma maneira, afirma Rutherford, a política externa de Nasser servia para isolar o Egito e reduzir seu acesso a financiamentos e tecnologia moderna. Para romper com este ciclo, Sadat buscou, com a *Infitah*, abrir o Egito para capitais estrangeiros e um comércio mais livre.

O plano de Sadat falhou ao atrair investimentos norte-americanos, europeus e japoneses, mas conseguiu concretizar um interesse do Irã e de países árabes ricos em petróleo na economia egípcia. Em um primeiro momento, Sadat desfrutou de grande popularidade. Os Estados árabes passaram a emprestar dinheiro ao Egito, bancos internacionais voltaram a operar no país, as classes favorecidas conseguiram realizar os sonhos de ter um carro importado e um apartamento de luxo, Cairo e Alexandria se tornaram canteiros de obras e cidades destruídas nas guerras, como Port Said, Ismailía e Suez – na região do canal – foram reconstruídas (GOLDSCHMIDT, 2008, p. 197). Os resultados da implementação da *Infitah*, entretanto, beneficiavam apenas a elite.

“A governadoria do Cairo gastou muito para construir pontes e avenidas para beneficiar a minoria de sua população que podia ter carro ou pagar por um táxi, enquanto negligenciou a necessidade da maioria, um transporte público melhor, especialmente nos bairros mais pobres. Para os camponeses, a *Infitah* significou o fim da reforma agrária, a deterioração dos serviços das cooperativas agrícolas e dos centros de saúde e o declínio dos termos de pagamento pela colheita. Apesar de o Egito ter exportado grãos e cereais durante quase toda a sua história, sob Nasser e Sadat ele se tornou um importador. Na verdade, a nova política de Sadat transformou o Egito em exportador de sua própria população: camponeses, engenheiros, médicos, professores, encanadores e eletricitistas foram para outras terras árabes para ganhar salários maiores. (...) No longo prazo, isso separou famílias, provocou novas desigualdades salariais e falta de trabalhadores especializados nas zonas urbana e rural. Os empregados de firmas privadas ganharam mais com a *Infitah* do que os das companhias estatais, que estavam perdendo dinheiro. Enquanto o governo prometia contratar todos os

recém-formados das universidades, a inflação superou os salários de funcionários de escritório, professores nas escolas e universidades, bibliotecários, e médicos e enfermeiros em clínicas e hospitais públicos (GOLDSCHMIDT, 2008, p. 198 e 199).

Este foi um momento crucial na história do Egito pois fez com que o regime passasse a ter uma nova e poderosa base de apoio, uma classe capitalista formada por seus aliados e apadrinhados, majoritariamente ex-militares e ex-oficiais da inteligência estatal, beneficiados pelas novas oportunidades econômicas (OSMAN, 2011, pp. 130-134). Ao mesmo tempo em que a elite era beneficiada e se constituía em uma força política formidável para o regime, as camadas mais desfavorecidas da população sofriam. Com a *Infitah* em prática, o governo passou a desfazer lentamente a sua rede de proteção social. Os novos serviços privados de educação, saúde e habitação eram direcionados a quem podia pagar, enquanto “aqueles na periferia da economia, com habilidades menos vendáveis, aposentados e a grande maioria dos funcionários públicos de baixo escalão estavam efetivamente caindo na pobreza” (OSMAN, 2011, p. 134).

À medida que abria-se um vácuo deixado pelo Estado, ele era preenchido pelas atividades humanitárias da Irmandade Muçulmana, que continuavam funcionando e ganhavam corpo devido à maior necessidade daqueles tempos. Para Osman (2011, p. 93), a eficiência deste trabalho social foi o fator que “realmente cimentou a reemergência social da Irmandade e fundou a base social do movimento”:

Isso incluía uma gama de provisões direcionadas aos pobres e necessitados: cuidados de saúde a preços acessíveis, centros “não-corruptos” de distribuição de comida em bairros pobres, assistência para encontrar empregos (direcionado especialmente a muçulmanos recém-formados), benefícios sociais, soluções inovadoras de transporte em alguns dos subúrbios mais populosos do Cairo e de Alexandria, acomodação para estudantes que estavam fora de suas cidades (além de resumos de aulas e grupos de estudo) e atividades humanitárias em algumas das áreas mais desprovidas do Egito. (OSMAN, 2011, p. 93)

Também sob o governo Sadat, a Irmandade conseguiu se tornar novamente um ator político relevante. Isto se deu pois a tentativa de Sadat de se afastar do Nasserismo tinha outra faceta além da *Infitah*: ele procurou romper a completa eliminação do papel da religião na sociedade imposta por seu antecessor. Para isso, buscou estabelecer o islã como “fundação primária da ordem política” (WICKHAM, 2013, p. 31) e, para contrabalançar o poder de esquerdistas e nasseristas, deu mais força aos movimentos religiosos, percebidos por ele como menos perigosos (GOLDSCHMIDT, 2008, p. 208).

A estratégia foi composta por diversos atos. Do ponto de vista pessoal, Sadat buscou explorar o fato de ser um homem religioso. Passou a chamar a si próprio de “guardião da fé”, enfatizou que seu primeiro nome era Mohamed (Maomé, o profeta do islã) e fazia questão de alardear sua presença nas importantes orações das sextas-feiras. Na política, Sadat promoveu as escolas religiosas e incluiu na Constituição promulgada em 1971 o até hoje polêmico artigo 2, no qual os princípios da *sharia*, a lei islâmica, são tratados como fonte de legislação. Um outro ato beneficiaria diretamente a Irmandade Muçulmana. O grupo recebeu uma anistia geral e, entre 1971 e 1975, seus integrantes foram libertados (WICKHAM, 2013, p. 30).

A guinada em direção à religiosidade promovida por Sadat tornou a década de 1970 uma das mais importantes para a história do islã político. A perseguição sofrida sob Nasser esfacelara a Irmandade. A libertação de muitos líderes por Sadat e o crescimento dos serviços sociais não seriam suficientes para fazer o grupo retomar sua força política, então era preciso ampliar o número de integrantes. A principal estratégia para tanto foi buscar o apoio de grupos estudantis que passaram a se coordenar de forma independente sob o manto de uma organização guarda-chuva conhecida como Grupo Islâmico. Esta facção ganhou popularidade ao lidar com “problemas reais de estudantes marginalizados economicamente e socialmente conservadores que tinham problemas para se ajustar ao ambiente universitário” (WICKHAM, 2013, pp. 35-36). Em pouco tempo, passaram a conquistar vitórias em eleições para grêmios universitários até se tornarem (com a anuência de Sadat, preocupado também com os estudantes nasseristas e esquerdistas) a força dominante entre as entidades estudantis. No Grupo Islâmico habitavam ao menos três vertentes do islã político, que em comum tinham o conservadorismo social e religioso, mas se diferenciavam a respeito de como deveriam agir.

A primeira é a dos salafistas. No início da década de 1970, graças ao embargo do petróleo que se seguiu à Guerra do Yom Kippur, o fluxo de dinheiro dos países Golfo para o resto do Oriente Médio cresceu exponencialmente. A crise elevou de forma dramática o preço do petróleo, ampliando o poder econômico das nações produtoras, especialmente o da Arábia Saudita. Interessados em exportar sua ideologia – o wahabismo, versão local do salafismo – os sauditas financiaram diversas ações no Egito, como a criação de instituições islâmicas e o intercâmbio estudantil. Neste contexto, integrantes do Grupo Islâmico fundaram o Chamado Salafista, organização criada “em grande parte por conta de diferenças políticas e ideológicas com outros islamistas,

particularmente a Irmandade Muçulmana, que tentava dominar a cena islamista egípcia nos anos 1970” (AL-ANANI, 2012, p. 32).

Enquanto os salafistas buscavam se distanciar da política, pois sua ideologia pregava respeito ao líder desde que este fosse muçulmano, outros islamistas eram mais militantes. A segunda vertente era a da Irmandade Muçulmana. Os irmãos encorajavam abertamente a atuação do Grupo Islâmico e davam publicidade a ela por meio de suas publicações (WICKHAM, 2013, p. 39). Isso criou um contato entre os dois movimentos que, após alguns anos de negociação, culminou na adesão de muitos líderes estudantis à Irmandade. Segundo Wickham (2013, 42) e Pargeter (2013, 42), a união foi fundamental para renovar a força da Irmandade após anos de ausência na vida política do Egito. Em entrevista a Pargeter (2013, p. 43), uma das principais figuras que deixou o Grupo Islâmico para a Irmandade, Abu Elela Mady afirmou que, sem os líderes estudantis, a Irmandade “teria morrido”. Em paralelo à tentativa de renovar seus quadros com os estudantes, a velha guarda da Irmandade, então liderada por Umar al-Tilmisani, terceiro guia supremo (*murshid*), tinha outras estratégias para retomar seu papel político, nomeadamente a participação nas eleições parlamentares e a formação de uma aliança tática com o governo Sadat. Havia dois interesses por trás do acordo com o regime. O primeiro era compartilhado com o governo – a contenção do nasserismo, encarado como o principal movimento de oposição ao islã político – e o segundo era egoísta, a busca pela preponderância dentro da corrente islamista (BAKER, 1990, p. 247). A ideologia da Irmandade, e o papel da violência nela, serão analisados na segunda parte deste artigo, mas aqui basta saber que, como afirma Wickham (2013, p.30), Al-Tilmisani consolidou a abordagem gradualista de seu antecessor, Hassan al-Hudeibi, a respeito da reforma islâmica da sociedade e “deixou patentemente clara a rejeição da Irmandade às ações violentas contra o Estado”. Este gradualismo e a atuação parlamentar dos irmãos muçulmanos, voltada à islamização da sociedade, colocaram o movimento em conflito ideológico com os elementos mais radicais do Grupo Islâmico.

Enquanto uma parte dos líderes estudantis passou a rejeitar a política pacificamente (os salafistas) e outra adotou a visão gradualista de reforma da Irmandade, muitos enveredaram por um terceiro caminho, o do jihadismo. Adeptos de Sayyid Qutb (*ver item 1.7*), pensador cujas ideias justificam o uso da violência contra aqueles considerados “infiéis”, eles formaram diversas células militantes islâmicas que se engajaram em atos violentos contra o Estado. Entre os mais proeminentes desses grupos estavam o Grupo Islâmico (que era formado por integrantes do movimento estudantil e

utilizava o mesmo nome); a Sociedade dos Muçulmanos, de Shukri Mustafa; e Al-Jihad, de Mohamed Abd al-Salam Faraj. Na competição pela fidelidade dos estudantes, líderes da Irmandade, incluindo o próprio Al-Tilmisani, passaram a participar de seminários e conferências do Grupo Islâmico nos quais, afirma Wickham (2013, p. 40), apresentavam “os objetivos e métodos da Irmandade, retratados como sendo baseados em entendimentos ‘adequados’ e ‘corretos’ do islã, em contraposição às visões ‘equivocadas’ dos jihadistas”. Esta atuação era feita em coordenação com o regime de Sadat, como admitiu o próprio Al-Tilmisani, ao afirmar que era enviado às universidades pelo então ministro do Interior do Egito, Nabawy Ismail, a quem também dava conselhos sobre como lidar com os islamistas mais radicais (BAKER, 1990, p. 249).

A aliança entre Sadat e a Irmandade Muçulmana, entretanto, não era completa. Além das críticas feitas ao governo por conta da situação econômica precária do Egito, a Irmandade (e toda a corrente islâmica) divergia profundamente da política externa de Sadat. Ao perseguir uma aproximação com os EUA – que “exportavam” os hábitos ocidentais para as elites muçulmanas – e buscar a paz com Israel, visto como responsável pelo sofrimento dos palestinos, Sadat percorreu um caminho que os islamistas não poderiam aceitar. A Irmandade, então, passou a fazer críticas abertas ao governo por conta da questão palestina, central na ideologia do movimento. Percebendo a crescente precariedade da aliança tática com os irmãos muçulmanos, Sadat vetou em 1979 a formação de um partido político ligado ao movimento, um pedido levado ao presidente egípcio pessoalmente por Al-Tilmisani (WICKHAM, 2013, p. 31). Nos anos seguintes, Sadat adotou tom combativo contra o islã político como um todo e contra a Irmandade em particular, e passou a defender a “total separação entre religião e política”, discurso cuja intenção era “continuar livre para manipular a religião para referendar suas políticas ao mesmo tempo em que bloqueava seu uso por seus oponentes” (WICKHAM, 2013, p. 33). Acuado, Sadat ordenou, em 5 de setembro de 1981, a prisão de 1,5 mil opositores, entre intelectuais, políticos e religiosos, incluindo centenas de islamistas. De nada adiantou a repressão. Na parada militar de 6 de outubro de 1981, Sadat foi assassinado pelo militar Khalid Islambouli, integrante de uma conspiração realizada pela Al-Jihad.

### **1.5 A DEMOCRATIZAÇÃO COSMÉTICA DE MUBARAK**

O sucessor de Sadat foi seu vice-presidente, o ex-comandante da Força Aérea Hosni Mubarak, cujo governo seria caracterizado pelo aprofundamento do processo de

abertura da economia para o setor privado e por ondas de abertura política sempre seguidas por fases de dura repressão, sem que houvesse uma democratização genuína. O impacto combinado desses dois processos no Egito, prolongado por três décadas, culminou na derrubada de Mubarak em fevereiro de 2011, como veremos em seguida.

Ao contrário de Sadat, que procurou deixar claras as diferenças diante de Nasser, Mubarak decidiu dar continuidade a algumas políticas de seu antecessor. A principal delas foi aprofundar a liberalização iniciada pela *Infitah*, processo que permitiu a expansão do império econômico montado por ex-militares e ex-oficiais de inteligência graças à proximidade com o Estado. Se o ganho de poder econômico dos militares foi institucionalizado sob Sadat, ele foi muito ampliado sob Mubarak. Como não há supervisão civil do orçamento militar, não se sabe o real tamanho deste império, mas estimativas variam de 8% a 40% do Produto Interno Bruto do Egito (LIMA, 2014). Os investimentos são amplos e variados, e vão desde negócios simples, como cafeterias, até setores complexos como o imobiliário, o de construção civil, turismo e infraestrutura (ibid). A estratégia de desenvolver um “capitalismo de compadrio” (*crony capitalism*) produziu uma complexa simbiose entre o poder e o dinheiro no Egito. Integrantes das elites econômica e política, os militares se tornaram subservientes à Presidência, mas em troca conseguiram preservar o que Kurtzer e Svenstrup (2012) chamam de “três interesses corporativos chave”. O primeiro é sua imagem de principal ente patriótico do Egito, uma herança nasserista. Fundamental para a manutenção deste papel é o fato de os militares atuarem nos bastidores, longe dos holofotes da imprensa e livres dos desgastes intrínsecos ao ato de governar. O segundo é o papel de garantidor das fronteiras nacionais, o que tornou as Forças Armadas a mais importante entidade responsável pela política externa do Egito. O terceiro é a manutenção dos negócios militares sem supervisão civil. Ao resguardar o segredo de sua atividade econômica, os militares protegem um estilo de vida que inclui restaurantes chiques, carros importados e clubes caros em áreas nobres.

A liberalização da economia feita por Mubarak não beneficiou somente os militares, entretanto. Apesar do grande investimento do regime na infraestrutura do país nos anos 1980, o Egito chegou ao fim da década em uma situação econômica precária. Doadores e organizações internacionais estavam dispostos a emprestar dinheiro para o governo do Cairo, mas em troca o país teve de entrar, em 1991, no Plano de Reforma Econômica e Ajuste Estrutural do Fundo Monetário Internacional (RUTHERFORD, 2008, p. 197), que preconizava a privatização de empresas públicas. Neste período, famílias e grupos privados com redes de contatos privilegiadas conseguiram se beneficiar

da proximidade com o Estado e ficaram com boa parte do um terço de companhias estatais privatizadas pelo governo entre 1991 e 2000 (ibid, p. 198).

Transformados em empresários extremamente ricos da noite para o dia, esses investidores buscaram formas de garantir seus interesses. A estratégia encontrada para tanto foi uma aliança política com Gamal Mubarak, filho de Hosni, que ascendeu na estrutura do Partido Nacional Democrático (conhecido pelo acrônimo em inglês NDP) e do governo à medida que seu pai abria espaço para seu círculo íntimo na tomada de decisões. O neoliberal e ocidentalizado Gamal, ex-diretor de um banco de investimentos em Londres, formou, com o auxílio de alguns dos principais capitalistas do Egito, um comitê de políticas públicas no NDP que se tornou o motor e centro de gravidade do partido (OSMAN, 2011, p. 47). Por meio deste comitê, Gamal passou a rivalizar com a velha guarda do NDP sobre os rumos do país e se tornou a face externa do Egito com entrevistas para a mídia estrangeira e participações em fóruns internacionais. Graças a Gamal “pela primeira vez na história moderna do Egito a elite empresarial está [*estava*] tendo um papel na questão da sucessão” (ROLL, 2010). Ao contrário de Nasser, Sadat e do pai, no entanto, Gamal não se sustentava no *establishment* militar ou de inteligência; quase todos os seus aliados vinham dos altos escalões empresariais civis, como Ahmed Ezz, magnata do cimento. A impressionante ascensão do neoliberalismo personificado por Gamal, apontado como sucessor de Mubarak, o colocaria em oposição aos interesses dos militares, dinâmica que será analisada após exame das reformas políticas de Mubarak.

A primeira onda de abertura política de Mubarak se deu logo após este assumir o governo do Egito. No início dos anos 1980, Mubarak libertou milhares de prisioneiros de diversos grupos políticos, relaxou a censura sobre a imprensa, permitiu que os sindicatos profissionais se tornassem atores sociais e políticos relevantes e realizou eleições parlamentares que ao menos nominalmente permitiam certo grau de pluralismo (OSMAN, 2011, p. 181). Tendo acompanhado de perto o governo Sadat, Mubarak tinha consciência da força do islã político, mas, ao contrário de seu antecessor, não buscou manobrar os islamistas contra outras forças sociais. Em vez disso, optou por diferenciar os elementos mais moderados dos mais radicais, dando legitimidade aos primeiros de modo a conseguir controlá-los. Dos grupos mais militantes, que viam na violência o único meio de combater o governo, Mubarak cuidava com a Lei de Emergência, que autorizava o Estado a prender cidadãos sem ordem judicial, impedir reuniões e governar por decreto. A estratégia não deu certo. No fim dos anos 1980, a política flexível de Mubarak, “que falhou ao cooptar ou silenciar efetivamente a oposição islâmica, deu lugar a uma resposta

mais agressiva ao desafio tanto dos extremistas religiosos (...) quanto dos moderados” (ESPOSITO & VOLL, 1996, p. 177). Nesta empreitada, não apenas facções violentas eram perseguidas, mas também a Irmandade Muçulmana que, como já visto, havia renunciado oficialmente à violência na década de 1970.

Nos anos 1990, o Egito experimentou uma onda de violência política sem precedentes, cujas origens estão na divisão interna do islã político. Como vimos anteriormente, essa divisão se deu entre os seguidores da liderança oficial da Irmandade Muçulmana (nomeadamente os guias supremos Hassan al-Hudeibi e Umar al-Tilmisani), e sua abordagem gradualista da islamização, e os adeptos dos ensinamentos de Sayyid Qutb, que acreditavam na violência como ferramenta de reforma do Estado. Após duas décadas de experiência em sua guerra contra o regime, facções radicais como Al-Jihad, o Grupo Islâmico e a Sociedade dos Muçulmanos estavam extremamente organizadas nos anos 1990. Ibrahim (1999, p. 38) nota que muitos dos integrantes desses grupos atuaram como *mujahideen* no Afeganistão e voltaram de lá com uma experiência que permitia a realização de ofensivas mais longas e sofisticadas do ponto de vista militar. A preparação tornou os movimentos extremistas mais ousados. Entre seus alvos estiveram militares de alta patente, ministros e políticos importantes, incluindo o próprio Mubarak. Os militantes islâmicos, entretanto, também atacavam alvos civis, como “cristãos coptas, pensadores muçulmanos seculares, turistas estrangeiros e/ou objetivos que consideravam repugnantes, como cinemas, cafés, locadoras e cruzeiros no Nilo” (IBRAHIM, 1999, p. 38). Dois crimes foram especialmente marcantes nesta época: o assassinato do escritor Farag Foda, em 1992, acusado de “apostasia”; e o atentado terrorista de Luxor, em 1997, no qual 58 turistas estrangeiros foram assassinados a tiros e facadas.

Mubarak tinha o apoio de grande parte da população na repressão violenta contra o terrorismo, mas não conseguiu transformar essa batalha em um projeto nacional que incluísse uma busca para desenvolver o Egito do ponto de vista social (OSMAN, 2011, p. 184). Ao lidar com os problemas do islã político como uma questão meramente de segurança e ignorar o componente social da crise, o regime abriu um enorme espaço para a versão não violenta do islamismo, nomeadamente a Irmandade Muçulmana, e plantou as bases da instabilidade que levariam ao fim de seu mandato.

As reformas econômicas de Mubarak não apenas ampliaram o império dos militares e criaram uma poderosa classe empresarial civil. Elas aprofundaram a desigualdade social no Egito. Na década de 1990, a economia egípcia foi marcada por desemprego em alta, inflação de dois dígitos e um brutal aumento do custo de vida para

os mais pobres e para grandes setores da classe média. Tal situação era duplamente ruim para o regime, pois servia como combustível tanto para os grupos islamistas violentos quanto para a Irmandade Muçulmana. O estudo estatístico de Ibrahim (1999, pp. 38-39) mostra que os militantes das facções islamistas violentas eram mais jovens (com média de idade de 21 anos), e tinham menos educação formal (apenas 20% eram universitários) que os integrantes de movimentos similares atuantes no Egito em décadas passadas. Muitos deles, afirma Ibrahim (ibid), vinham das regiões desprovidas de estrutura, como áreas rurais, pequenas cidades e favelas urbanas, algumas delas sem qualquer sinal de presença do Estado e dominadas por longos períodos por grupos violentos. Esse perfil socioeconômico mostra que os sentimentos de alienação e descontentamento tinham se espalhado para os egípcios mais jovens e menos educados o que, em parte, poderia explicar a disposição para usar violência letal (ibid).

Ao mesmo tempo em que abastecia os movimentos violentos com recrutas, o vácuo deixado pelo Estado servia para grupos mais moderados, como a Irmandade Muçulmana, ampliarem sua base social. Diante da falência do Estado, as organizações islâmicas se tornaram nos anos 1990 “agentes efetivos de mudança social e política, desenvolvendo instituições socioeconômicas alternativas e participando do processo político, demonstrando sua força na construção de instituições e mobilização popular” (ESPOSITO & VOLL, 1996, p. 178). A entrada da Irmandade na política será analisada adiante, mas sua capacidade de mobilização foi demonstrada em 1992, quando o grupo se antecipou e foi mais efetivo que o governo Mubarak no auxílio aos milhares de vítimas de um terremoto em novembro daquele ano<sup>4</sup>. Naquele episódio, os irmãos muçulmanos e outros grupos islâmicos mobilizaram parte de uma rede que incluía mesquitas, hospitais, clínicas, creches, clubes, escritórios de advocacia, escolas de língua estrangeira, bancos, editoras e programas de reabilitação de dependentes químicos e servia como uma “crítica implícita à inabilidade ou fracasso do governo de proporcionar serviços adequados, em particular para os setores da sociedade que não eram da elite” (ibid).

Ao desenvolver seu aparato social e demonstrar capacidade administrativa, a Irmandade gerou um capital político significativo que foi coletado pelo grupo nas eleições parlamentares de 2005, quando os irmãos muçulmanos, concorrendo como “independentes”, ficaram com 88 das 454 cadeiras disputadas. Aquele resultado, entretanto, abriria as portas para mais repressão contra os islamistas.

---

<sup>4</sup> Los Angeles Times: “Muslim Groups Take Lead in Cairo Quake Relief”. Disponível em: [http://articles.latimes.com/1992-10-15/news/mn-411\\_1\\_muslim-groups](http://articles.latimes.com/1992-10-15/news/mn-411_1_muslim-groups). Acessado em 24/04/2014

No início da década de 2000, a política externa dos Estados Unidos foi profundamente marcada pelos ataques de 11 de Setembro de 2001. O episódio serviu para reformular algumas práticas de Washington, que passaria a atuar com afinco para “exportar” democracia para o Oriente Médio. Tal intuito estava claro nas palavras das principais autoridades da administração norte-americana. Dois discursos foram particularmente emblemáticos. Em 6 de novembro de 2003, o então presidente do EUA, George W. Bush, afirmou em evento no National Endowment for Democracy que o “islã é compatível com a democracia” e elogiou as reformas, democráticas segundo ele, que alguns países da região estavam fazendo<sup>5</sup>. Em 20 de junho de 2005, a então secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, foi mais clara. Na Universidade Americana do Cairo, reconheceu o desastre provocado pela política externa norte-americana no Oriente Médio. “Por 60 anos, os Estados Unidos buscaram estabilidade à custa da democracia no Oriente Médio – e não conseguimos nenhuma das duas”, afirmou ela<sup>6</sup>. Neste momento, então, os EUA passariam a apoiar a democratização do Oriente Médio e o Egito se tornaria um dos alvos principais desta nova política.

A iniciativa, entretanto, era hesitante, e deu origem ao que Ottaway e Dunne (2007) chamaram de “democratização cosmética” do Oriente Médio, um processo caracterizado por reformas feitas de cima para baixo, que permitiam aos governantes projetar uma imagem de mudança sem realizar redistribuição de poder significativa. Como a pressão se dava de forma inconsistente e fragmentada, não havia incentivos para uma democratização genuína. O governo Mubarak foi um exemplo claro deste processo. Pressionado por Washington, ele abriu a possibilidade de a eleição presidencial de setembro de 2005 ter mais de um candidato (além dele próprio) e relaxou a repressão antes do pleito parlamentar, marcado para novembro e dezembro do mesmo ano. Mubarak venceu a eleição presidencial, marcada por inúmeras fraudes, mas a Irmandade obteve seu bom resultado de 88 cadeiras no pleito legislativo. Ocorre que a emergência dos irmãos muçulmanos, somada à vitória do Hamas nas eleições palestinas de janeiro de 2006, acabaram por interromper a campanha por democratização no Oriente Médio, uma vez que ficara claro para Washington que mesmo uma mínima abertura democrática nos

---

<sup>5</sup> A íntegra do discurso pode ser encontrada em: <http://www.ned.org/george-w-bush/remarks-by-president-george-w-bush-at-the-20th-anniversary>. Acessado em 23/02/2014

<sup>6</sup> A íntegra do discurso pode ser encontrada em: <http://2001-2009.state.gov/secretary/rm/2005/48328.htm>. Acessado em 23/02/2014

países da região colocaria o islã político em um papel de destaque. Ali acabaria o ímpeto da democratização, ainda que cosmética, promovida pelos Estados Unidos.

As iniciativas de Mubarak para democratização provavelmente só funcionariam para conter a instabilidade no Egito se fossem amplas e irrestritas. Nos anos 2000, a severa desigualdade social do país chegou “a novos extremos”, representados pelo fato de 40% da população viver abaixo da linha da pobreza enquanto os 5% mais ricos eram responsáveis por movimentar todos os setores da economia que não a compra de produtos alimentícios básicos (OSMAN, 2011, p. 153-155). Neste período, a desigualdade se tornou também mais aparente, graças ao boom populacional nas grandes cidades egípcias, como o Cairo e Alexandria, onde os ricos passaram a trocar as regiões centrais da cidade por condomínios fechados em áreas afastadas. Também durante este momento ficou mais visível a aliança entre o poder e o dinheiro no Egito, com a ascensão da classe empresarial civil que tinha em Gamal Mubarak seu principal símbolo. A cada vez mais certa sucessão hereditária que se avizinhava, com Gamal no lugar de Hosni Mubarak, adicionava um certo grau de humilhação para a população. Também durante esta época a corrupção e a brutalidade da polícia, conhecida por sua arbitrariedade e centros de tortura, eram fatos do dia a dia que cada vez mais começaram a se tornar insuportáveis para os egípcios. Todos esses fatores combinados – empobrecimento dos mais pobres, enriquecimento dos mais ricos, corrupção, a repressão draconiana e a sucessão hereditária – fizeram da década de 2000 uma de intensos protestos no Egito. Abdalla (2012, p. 86) separa essas manifestações em dois ciclos, um de cunho político entre 2004 e 2006, capitaneado pelo Kefaya, movimento cujo foco era evitar a sucessão de Mubarak por seu filho, e outro de cunho socioeconômico iniciado em 2005 que avançaria até 2011. Juntos, esses dois ciclos produziram 266 episódios de mobilização social em 2006, 614 em 2007, 630 em 2008 e 609 em 2009, mas eles eram “ilhas isoladas”, focadas em questões específicas e sem conexão uns com os outros (ABDALLA, 2012, p. 86-88). As novidades do levante de 2011 foram a união de todos os movimentos e o fato de terem uma única causa em comum: a saída de Mubarak. Pressionados por 18 dias de protestos, os militares tomaram a decisão que lhes permitiria manter seu império econômico e influência política: afastaram Mubarak do poder, tiraram Gamal da linha de sucessão e tomaram o poder político para si. Esse status quo não se sustentaria por muito tempo, em grande parte por conta da Irmandade Muçulmana, que após décadas de repressão estava posicionada para desafiar os poderes estabelecidos e reivindicar o controle do Estado.

## 1.6 O REVIVALISMO ISLÂMICO

Na primeira parte deste artigo, analisamos o cenário sociopolítico no qual a Irmandade Muçulmana surgiu e cresceu dentro do Egito. De igual importância para entender o movimento é o contexto intelectual em que ele está inserido, não somente no Egito, mas no mundo muçulmano como um todo.

A Irmandade é um dos frutos mais importantes de um complexo fenômeno que se convencionou chamar de “revivalismo islâmico”. Como mostra a pesquisa bibliográfica de Ali (2012), não há consenso na literatura, seja em inglês ou em árabe, a respeito de uma definição de revivalismo islâmico. Isso decorre do fato de se tratar de um fenômeno amplo, bastante diverso e que abarca uma série de pensadores e reflexões cujo traço comum é apenas seu objetivo: entender as razões do atraso do mundo muçulmano em relação ao Ocidente e buscar soluções para tal problema.

Um debate profundo a respeito da natureza do revivalismo islâmico foge ao escopo deste trabalho, mas aqui trataremos o termo como uma corrente de pensamento resultante de vários séculos de dominação do mundo muçulmano por parte do Ocidente (HADDAD, 1991, p. 3), iniciada com a expansão das potências europeias no século XVI, passando pelo colonialismo dos séculos XIX e XX e que se estende até o atual período pós-colonial, caracterizado, principalmente no Oriente Médio, pela existência de Estados cujas fronteiras são, em sua maioria, arranjos externos impostos aos povos locais. Ao longo do tempo, essa dominação estrangeira provocou a erosão das estruturas políticas, econômicas e sociais do mundo muçulmano, marcadamente na extinção dos impérios Mughal (1857) e Otomano (1923). A opressão política era acompanhada de uma opressão também psicológica, pois o domínio militar das potências estrangeiras trazia consigo uma penetração cultural ocidental, estimulada pelo fato de as conquistas militares passarem a ser justificadas, a partir do século XIX, “com uma retórica missionária cristã e como esforço para elevar os muçulmanos de suas condições decadentes, civilizá-los e torná-los membros valiosos da nova ordem mundial” (ibid). Apesar de muitos muçulmanos terem abraçado a colonização, e muitos continuarem a fazê-lo, pensadores em diversos pontos do mundo muçulmano passaram a tentar entender a condição subalterna de seus povos. Com o intuito de formular estratégias para lidar com a modernidade, eles começaram a questionar tanto a identidade tradicional muçulmana, que tentava replicar o estilo de vida do período em que Maomé teve sua revelação, quanto o secularismo nacionalista, conceito de origem ocidental aplicado como forma de contraposição ao colonialismo. Para os revivalistas, a comunidade islâmica precisava ser revitalizada para “enfrentar o

desafio do mundo moderno e da dominação ocidental” (ibid). O islã, assim, passaria a ser o pano de fundo civilizacional à frente do qual as sociedades muçulmanas se organizariam e também uma fonte de identidade coletiva. A dimensão política do islã, que o acompanha desde seu início, passaria a ser um aspecto determinante.

É importante ter em conta que o revivalismo islâmico teve diversas vertentes, muitas vezes contraditórias entre si. O ramo que leva à Irmandade Muçulmana, e que é de maior interesse neste artigo, tem como precursor Sayyid Jamal al-Din ‘al-Afghani’ (1838/39-1897). Afghani nasceu no Irã e teve uma educação xiita, mas ganhou fama entre os muçulmanos com a identidade sunita e afegã (daí o nome “Afghani”) que adotou e com a qual se tornou “um pioneiro na reinterpretação do islã, com ênfase nas qualidades necessárias ao mundo moderno, como o uso da razão humana, ativismo político e força militar e política” (KEDDIE, 1994, p. 12). Afghani fez inúmeras viagens pelo mundo muçulmano, por meio das quais espalhou os ensinamentos de filósofos medievais islâmicos, cujas ideias eram usadas para defender a liberação diante do Ocidente e justificar a hostilidade à ocupação britânica. Como mostra Keddie (1994, p. 18-19), Afghani foi por muito tempo conhecido por seu ceticismo em relação à religião, inclusive a muçulmana, mas foi também um defensor do pan-islamismo, sentimento que, combinado com o anti-ocidentalismo, fortalecia a unidade do mundo muçulmano contra incursões estrangeiras. Como diz Hourani, o problema que deu forma ao pensamento de Afghani "não era como fazer os países muçulmanos politicamente fortes e exitosos”, mas sim “como persuadir os muçulmanos a entender a religião corretamente e viver de acordo com seus ensinamentos”. Se fizessem isso, acreditava Afghani, os países “seriam obrigados a ser fortes" (1983, p. 113).

Afghani era também um ativista, papel que ficou claro em sua passagem pelo Egito, iniciada em 1871, na qual se dedicou à derrubada do quediwa Ismail até ser expulso do país, em 1879. Hoje, Afghani é uma figura quase mitológica no mundo muçulmano, em especial o sunita, onde seu passado xiita é escondido e muitas vezes encarado como uma lenda sem valor. A admiração a ele é amplamente póstuma e foi facilitada pelo fato de Afghani ter tido importantes discípulos, que publicaram sua obra em árabe e divulgaram suas ideias. O sucesso de Afghani pode ser explicado pelo fato de sua interpretação do islã, feita de forma moderna e política, ter criado um “modo de pensamento que se tornaria popular no mundo muçulmano” (KEDDIE, 1994, p. 13). Esse modo de pensar se tornou popular pois serviu de base para o sentimento nacionalista que aflorou no mundo muçulmano, em particular no Egito, a partir do fim do século XIX.

Como afirma Cook (2012, p. 16), a questão levantada pelos revivalistas islâmicos (atraso do mundo muçulmano em relação ao Ocidente) não tinha a ver com o nacionalismo *per se*, mas as respostas encontradas para ela serviram para fomentar no Egito um nacionalismo completamente diferente do europeu. Enquanto na Europa havia uma necessidade de romper com a religião, no Egito o nacionalismo deveria vir acompanhado de uma presença importante do islã na sociedade. (COOK, 2012, p. 17).

O principal discípulo de Afghani foi Mohamed Abduh (1849-1905), hoje considerado o fundador da escola modernista no Egito. Nascido na região do Delta em uma família de camponeses, Abduh estudou teologia, como muitos jovens egípcios faziam na época, e em 1866 foi aceito na Universidade al-Azhar. Abduh conheceu Afghani em 1869, durante a primeira passagem deste pelo Egito, e, em 1871, quando Afghani chegou em definitivo ao Cairo, Abduh “passou a estudar regularmente com ele e logo passou a segui-lo como uma sombra” (ADAMS, 1968, p. 34). Afghani introduziu Abduh a textos científicos ocidentais traduzidos para o árabe e transmitiu a maneira independente de pensar a religião (ibid) que marcaria sua atuação pública. Como fez com seus outros discípulos, Afghani treinou Abduh a falar em público e a escrever textos literários e jornalísticos por meio dos quais poderia transmitir suas ideias.

Afghani e Abduh atuaram juntos no reinado do quediva Ismail, marcado pela introdução de ideias ocidentais no Egito, o que dava indícios da influência externa sobre a qual ambos alertavam. Suas formas de atuação, entretanto, eram diferentes. Enquanto Afghani era um revolucionário em potencial, Abduh acreditava somente no sucesso de mudanças graduais na sociedade e considerava a reforma da educação, especialmente a moral e religiosa, como a “primeira preliminar para o sucesso” (HOUTSMA, 1993, p. 678). Em seus artigos, Abduh defendia o uso da razão e o estudo das ciências, as quais via não apenas como compatíveis com a religião, mas como complementares a ela, sendo a primeira a base da fé na existência de Deus (ADAMS, 1968, p. 128) e a segunda determinada pelo próprio *Corão* quando este prega o conhecimento de tudo o que foi criado por Deus (ibid, p. 134). A partir da teologia, sua profissão original, Abduh pretendia reformar a religião muçulmana e, por isso, condenava o *taqlid*, a adesão automática do fiel ao que fala um líder religioso sem questionar sua argumentação e provas, uma prática que, na visão de Abduh, estava “escravizando” o islã e que era característica daqueles “sem deus”. Em contraposição ao *taqlid*, Abduh defendia a *ijtihad*, a interpretação independente das fontes por parte de cada indivíduo, uma prática que chamaria os muçulmanos à razão. Para Abduh, o uso da razão significava um retorno aos

princípios verdadeiros do islã e era a única forma de a religião se manter atualizada com os tempos atuais e capaz de se adaptar a avanços reais (HOUTSMA, 1993, p. 679). Esta concepção da religião por parte de Abduh não significava que o islã deveria passar a aprovar todas as novidades modernas que se apresentavam, mas sim servir de “base moral para uma sociedade moderna e progressista”, permitindo aos muçulmanos “distinguir entre o que era bom e o que era ruim entre todas as sugestões de direções para a mudança” (HOURANI, 1983, p. 140).

As posturas política e religiosa de Abduh, marcadas pelo reformismo e pela defesa do mundo muçulmano e do islã diante da influência ocidental, deram a ele a imagem de um liberal no Egito do século XIX. Com a expulsão de Afghani do país em 1879, Abduh foi obrigado a se refugiar no interior do Egito, mas em 1880 foi nomeado por um ministro liberal editor-chefe do jornal *Al-Waqa'i'a al-Masriya*, então o diário oficial do Egito, que em pouco tempo sob o comando de Abduh se tornou o porta-voz do Partido Liberal (ibid). Em 1882, após a Revolta de Urabi, nacionalista, Abduh foi expulso do Egito e buscou refúgio em Beirute, Paris (onde voltou a atuar com Afghani) e Túnis. Ao retornar ao Egito, em 1889, entrou para o Judiciário e, em 1899, se tornou o mufti, mais alta autoridade clerical do país, cargo em que esteve até sua morte.

O legado de Afghani e Abduh se dividiu em dois. Por um lado, ajudou a desenvolver um nacionalismo secular e liberal no Egito, capitaneado por figuras como Saad Zaghloul (1825-1927), fundador do Wafd, partido que, como já visto, teve papel proeminente na independência do Egito, e Qasim Amin (1863-1908), que em Paris trabalhou ao lado de Afghani e Abduh e é conhecido por sua atuação em defesa dos direitos das mulheres. De outro lado, o sírio radicado no Egito Rashid Rida (1865-1935), biógrafo e editor dos trabalhos de Abduh, deu seguimento ao reformismo islâmico.

A principal ferramenta para Rida espalhar suas ideias era a revista *Al-Manar*, publicação cujos objetivos eram vastos e incluíam desde o encorajamento da tolerância entre os diversos ramos do islã até amplas reformas sociais, religiosas e econômicas, passando pelo combate a superstições e crenças consideradas alienígenas ao islã, pelo incentivo à ciência e pela tentativa de provar que o islã é compatível com os tempos atuais (ADAMS, 1968, p. 181). Quando Rida se tornou uma figura proeminente no Egito ele teve de enfrentar críticas ao islã feitas por egípcios que viam a religião como causa do atraso do mundo muçulmano, ao contrário de Abduh, que debatera em sua maioria com pensadores estrangeiros cristãos. Para contrapor os locais que defendiam a adoção irrestrita de ideias e instituições ocidentais, Rida atuou para dilapidar o pensamento de

Abduh de forma a retirar dele as interpretações que poderiam ser usadas para avaliar as opiniões dos “ocidentalizadores” sem tirar a força do ideal de reformar o islã (SAFRAN, 1961, p. 76). O modo para fazer isso foi salientar as glórias passadas do islã e tentar obter as reformas “ao apresentar um diagrama político que tinha em seu centro a revivificação do califado” islâmico e a restauração da *ummah*, a sociedade islâmica por meio da qual todos os muçulmanos teriam um dogma, uma ética e uma lei únicos (ibid, p. 77-82). A estratégia de Rida tinha contradições intrínsecas a ela, pois ao mesmo tempo em que rejeitava instituições e ideias ocidentais sugeria equivalentes a elas existentes na tradição muçulmana (como a *shurah*, espécie de conselho consultivo, no lugar de um parlamento). O que colocou por terra o pensamento de Rida, entretanto, foi o rápido avanço da história.

Rida e os manaristas [seus seguidores] atrelaram seu trabalho teórico com um esquema político que tinha pouca chance de ter sucesso sob as circunstâncias daquele tempo. “Os muçulmanos consideram, na verdade, que a religião deles não existe a não ser que um Estado Islâmico independente e forte seja estabelecido, e que possa aplicar as leis do islã e defendê-lo contra qualquer oposição ou dominação estrangeira”. Eles estavam comprometidos com um verdadeiro califado em um tempo em que considerações diplomáticas obstruíam a possibilidade dele ocorrer. Quando essas obstruções se enfraqueceram após a Primeira Guerra Mundial, os nacionalistas já estavam rumando para o poder, o ideal da solidariedade muçulmana havia sofrido um duro golpe com a revolta árabe, o Império Otomano havia sido dividido em uma série de Estados autônomos e o califado foi abolido inteiramente. (SAFRAN, 1961, p. 83)

Tal estado de coisas poderia ter colocado fim ao revivalismo islâmico no Egito, ou ao menos relegado essa tradição a um espaço irrelevante na política do país, não fosse Hassan al-Banna e sua Irmandade Muçulmana. O contato de Banna com os revivalistas se deu principalmente por meio de uma editora e livraria no Cairo chamada *Salafiyya*, nome derivado do termo árabe *salaf* (antecessores, antepassados). Hoje, o termo salafista é usado para designar uma vertente específica do islã político (em muito alinhada com o wahabismo, ideologia professada na Arábia Saudita), mas no início do século XX servia, graças à profusão de obras publicadas e vendidas pela livraria caiota, para denominar reformadores islâmicos que destacavam o lado dinâmico e racional do islã, como Afghani e Abduh. Banna considerava Abduh um mestre e buscava conhecer seu trabalho por meio de contatos com discípulos do pensador, que se davam em grande parte por meio da livraria. Banna era muito próximo de um dos donos da *Salafiyya*, Muhibb al-Din al-Khatib (MITCHELL, 1993, p. 322), e, em menor medida, de Rashid Rida, parceiro da

livraria/editora em algumas publicações. Banna sucedeu Rida no comando da *Al-Manar* e quando não conseguiu salvar a publicação, passou a considerar a revista da Irmandade (al-Shihab), como sua sucessora (ibid).

Em sua pesquisa, Mitchell mostra que os irmãos muçulmanos se viam “claramente na linha do movimento de reforma moderna” identificado com Afghani, Abduh e Rida (1993, p. 322), mas avaliavam sua atuação como um avanço diante do legado dos precursores. Afghani, o “anunciador”, viu os problemas e deu os avisos; Abduh ensinou e refletiu; e Rida, o “historiador”, escreveu e registrou. Banna, entretanto, era o “construtor do renascimento, o líder de uma geração, o fundador de uma nação”, que superou as reformas “inadequadas” de seus precursores, incapazes de verem o islã da forma “total” e “compreensiva” pregada pela Irmandade (ibid, p. 321). Apesar da superioridade com a qual a Irmandade via a si própria diante dos revivalistas, a atuação do movimento era bastante influenciada por eles. Com relação a Afghani, apelavam a um aspecto particular de sua obra, a resistência, em nome do islã, ao controle ocidental de terras muçulmanas (KEDDIE, 1994, p. 27). Com Abduh, havia mais pontos em comum.

Um importante ponto de similaridade era o esforço para simplificar o islã para seus adeptos e reduzi-lo aos [elementos] essenciais necessários para colocar um fim na divisiva briga intestina entre sectos e escolas. Outro era que ambos argumentavam fortemente [no sentido de que] nenhuma mudança externa na comunidade muçulmana era possível sem uma mudança na mentalidade dos muçulmanos, e que nenhum progresso efetivo era possível sem uma reforma da educação. Finalmente, o que era talvez mais importante, ambos buscavam uma reforma a partir de dentro do islã, em seus próprios termos e por sua própria dinâmica. (MITCHELL, 1993, p. 323)

A terceira característica da atuação dos irmãos muçulmanos apontada por Mitchell, a busca por uma reforma interna do islã, nos próprios termos da religião, foi e ainda é uma questão determinante na legitimidade da Irmandade Muçulmana como ator político na sociedade egípcia, pois está presente nos dois principais dilemas ideológicos do grupo, que serão examinados a seguir: a tensão entre a *sharia* (a “lei islâmica”) e a democracia e a escolha entre o uso da violência e a participação no sistema.

## **1.7 OS DILEMAS IDEOLÓGICOS DA IRMANDADE MUÇULMANA**

A aberta participação da Irmandade Muçulmana no processo de transição do Egito após a queda de Hosni Mubarak, bem como a chegada ao poder de um irmão muçulmano,

em julho de 2012, foram eventos acompanhados com admiração, talvez um certo choque, pelos observadores do Oriente Médio e, em particular do Egito. Por anos, governos, governantes, diplomatas e especialistas debateram a legitimidade do islã político e a capacidade dos grupos adeptos a esta ideologia de participarem de forma leal de processos políticos, incluindo os democratizantes, uma discussão que prossegue aberta.

Basicamente, este debate se dá em torno de dois dilemas, o primeiro entre a adaptação ao sistema por parte do islã político e a oposição violenta deste ao Estado. De um lado estão os que veem o islã político (e, no limite, o próprio islã) como intrinsecamente violento e portanto incompatível com a democratização. Os inúmeros atentados realizados em nome da religião desde a radicalização verificada na década de 1970 seriam a prova da violência inerente. De outro lado estão aqueles que atribuem a violência de grupos islamistas ao ambiente político e institucional autoritário existente em boa parte do mundo muçulmano e/ou a variantes mais extremistas dentro do espectro ideológico islamista. Isto implica no reconhecimento de que nem todo islamista é inerentemente violento. Para alguns pensadores deste segundo grupo, a própria participação política seria capaz de moderar determinados islamistas que, como os democratas cristãos e comunistas na Europa, poderiam passar a respeitar as “regras do jogo” se inseridos no sistema. O segundo dilema é uma consequência do primeiro. Supondo que grupos islamistas participem da disputa política de maneira legítima, uma vez instalados no governo ou nos parlamentos eles tentariam produzir teocracias ou participariam do processo de democratização dos países do Oriente Médio? Mais uma vez, o debate tem, a grosso modo, duas posições. Para alguns analistas, o islã político é inerentemente autoritário e incapaz de produzir ou participar de um governo com contornos minimamente democráticos. Para outros observadores, no comportamento de grupos islamistas estão traços que podem servir de embrião para algo que se assemelhe a uma “democracia islâmica”.

Esta discussão atinge em cheio a Irmandade Muçulmana, o mais antigo movimento islamista de massa. Iniciemos a análise pelo primeiro dilema. Analisaremos aqui o emprego da violência por parte da Irmandade em duas fases. A primeira é a do período monárquico, na qual o Egito buscava independência de fato do Reino Unido. A segunda se dá após o rompimento da Irmandade com o regime Nasser após uma breve lua de mel com o Estado revolucionário estabelecido pelos militares em 1952.

Como visto acima, nos anos 1940 a Irmandade Muçulmana se engajou em violência política por meio de dois grupos nos quais parte de seus seguidores eram

organizados, os *rovers* e os “batalhões”. Essas facções, fundadas em 1936 e 1937, respectivamente, tinham a função de “forjar lealdades internas” entre os irmãos muçulmanos e “prover instrumentos para colocar ideias em prática” (MITCHELL, 1993, p. 14). O recurso a organizações de ar militar é explicado pelos contextos externo e interno do Egito naquele período. Como afirma Mitchell (1993, p. 31), na segunda metade da década de 1930 a Irmandade estava começando a iniciar suas atividades na Palestina, confronto no qual o grupo se engajou militarmente. Internamente, os irmãos muçulmanos passaram a ver os *rovers* e batalhões como úteis para o movimento transitar no ambiente político egípcio, marcado por violência em sindicatos, universidades, no discurso dos jornais e, principalmente, na disputa política dentro do movimento nacionalista antibritânico e deste com o palácio real, conflitos nos quais a Irmandade era protagonista.

Neste contexto, é importante para o debate a respeito do recurso à violência por parte dos irmãos muçulmanos o grupo conhecido dentro do movimento como “seção especial” [*al-nizam al-khass*] e, fora dele, como “aparato secreto” [*al-jihaz al-sirri*]. Fundado em 1942 ou 1943 (MITCHELL, 1993, p. 30), com a anuência de Hassan al-Banna, o aparato secreto se notabilizou pelos atos de violência que realizou, em especial no fim dos anos 1940, quando o confronto entre a Irmandade Muçulmana e o Estado egípcio atingiu o que era até então o seu auge. Integrantes do aparato realizaram atentados contra interesses britânicos no Egito, contra a comunidade judaica egípcia (em represália à Guerra Árabe-Israelense de 1948) e cometeram dois famosos assassinatos – contra o importante juiz Ahmed El-Khazindar Bey, em março de 1948, e o então primeiro-ministro do Egito, Mahmud Fahmi al-Nuqrashi Pasha, em dezembro daquele ano, após este dissolver a Irmandade Muçulmana. Como mostra Mitchell (1993, p.73), no julgamento do assassinato de Nuqrashi a acusação feita pelo governo tentou demonstrar que toda a Irmandade Muçulmana era culpada, pois esta teria um plano secreto para derrubar o governo. A mesma estratégia foi usada pelos promotores em outro julgamento, conhecido como o “caso do jeep”, uma referência ao veículo apreendido no Cairo com material e integrantes do aparato secreto, que ali pela primeira vez se tornou conhecido do público egípcio. O julgamento do caso do jeep era amplo e abrangia desde os materiais encontrados no carro até os assassinatos, passando pelos depósitos de armas montados por irmãos muçulmanos (MITCHELL, 1993, p. 74) com a anuência e auxílio de militares que mais tarde liderariam a revolução de 1952. O resultado do julgamento representou, segundo Mitchell (1993, p. 77), um “notável sucesso” para a defesa, uma vez que o tribunal considerou que a acusação misturou duas questões, o treinamento e o uso de

armas para guerrilha e a “orientação terrorista de alguns membros”. A primeira questão foi considerada legítima pelos juízes, pois estava alinhada com a política de “libertar o Vale do Nilo e todos os países islâmicos” (ibid), comum a diversos grupos sociais e políticos no Egito do período pós-Segunda Guerra Mundial. Planos do aparato secreto para destruir infraestrutura foram entendidos como tendo como alvo os interesses dos colonizadores britânicos, e não o Estado egípcio. Em contrapartida, alguns dos membros do aparato secreto foram considerados culpados por realizar uma “conspiração criminosa com o objetivo de provocar assassinatos e destruição” (ibid, p. 78) e foram sentenciados por isso. A violência política usada pela Irmandade Muçulmana nesta primeira fase foi, de certa forma, legitimada pelo contexto histórico da época, marcado pelo engajamento na questão palestina e, principalmente, contra um Estado ilegítimo, por ser colonizador.

A abordagem da Irmandade sobre a violência muda drasticamente em um segundo período. O veredicto favorável no “caso do jeep” serviu para manter o movimento na legalidade por mais alguns anos, até ele ser dissolvido por Nasser em 1954, em meio a imputações semelhantes às 1948 – de ter um plano secreto para derrubar o governo e subverter o Estado egípcio. Essas denúncias eram facilitadas pelo fato de o aparato secreto ter, com o passar dos anos, ganhado bastante independência do braço “civil” da Irmandade. Ao longo de sua obra, Mitchell mostra como Hassan al-Banna e, principalmente, seu sucessor, Hassan al-Hudeibi, tiveram imensa dificuldade para manter sob controle o aparato militar do movimento. Ao assumir o posto de Guia Supremo dos irmãos muçulmanos, em 1951, Al-Hudeibi nem mesmo sabia que o aparato secreto continuava existindo (ibid, p. 119) e, em 1954, quando o braço militar do movimento estava se reorganizando, ele não ficou sabendo dos preparativos para tanto (ibid, 134). A existência desta dupla liderança – uma do movimento social e político e outra do aparato secreto – é elemento explicativo importante do fato de as acusações de subversão contra a Irmandade Muçulmana perseverarem até hoje. A duplicidade de visões de mundo serve, também, para explicar uma questão ainda mais fundamental nas suspeitas que recaem sobre os irmãos muçulmanos: o legado de Sayyid Qutb, o pensador que, de dentro da Irmandade, criou as bases ideológicas para a violência contra o Estado egípcio revolucionário (e portanto não mais ilegítimo como o anterior) e contra os muçulmanos.

Nascido em setembro de 1906, em Musha, cidade no governadorado de Assiut, região do Alto Egito, Qutb teve desde cedo contato com a política e com partidos, graças à atuação de seu pai como militante do Partido Nacional. Assim como muitos egípcios, Qutb deixou a casa da família no interior para buscar educação na capital do país. Ele

chegou ao Cairo em 1921 e, entre 1930 e 1933, frequentou aulas na Dar al-Ulum, a mesma instituição em que Al-Banna havia estudado alguns anos antes (KEPEL, 2003, p.39). Nos 16 anos seguintes a sua saída da escola, Qutb atuou como funcionário do Ministério de Instrução Pública (equivalente ao da Educação), pelo qual exerceu os cargos de professor e inspetor (ibid). Qutb, entretanto, tinha o que Kepel chama de “uma espécie de carreira paralela” (ibid) como crítico, escritor e jornalista, inicialmente voltada para a literatura, mas centrada em questões políticas após o fim da Segunda Guerra Mundial. Até então Qutb era um nacionalista, influenciado pelo tempo que integrou o Wafd, e guardava distância da Irmandade, apesar de compartilhar com esta pontos de vista semelhantes sobre a aplicação política do islã (WRIGHT, 2007, p. 29). Em seus escritos, Qutb criticava com ferocidade a ocupação britânica, assim como a anuência do rei Farouk a ela, uma atuação que logo o tornou alvo palácio real (WRIGHT, 2007, p. 20; KEPEL, 2003, p. 40).

A saída para Qutb evitar a masmorra do rei foi deixar o Egito, o que seus ex-colegas do Wafd providenciaram ao enviá-lo para estudar nos Estados Unidos. O tempo que passou nos EUA, em Nova York, Washington e Greeley, pequena cidade no Colorado, foram uma experiência definidora na vida de Qutb. No ricamente detalhado relato sobre a passagem de Qutb pelos EUA, Wright (2007, pp. 20-37) mostra que o egípcio ficou chocado com a liberdade sexual florescente no país, o racismo, o choque entre a riqueza e a miséria e outras questões que via como degradações provocadas pelo capitalismo, a qual o cristianismo não poderia conter. Neste ambiente, que provocava repulsa em Qutb, ele encontraria novamente o islã, que até então não tivera um papel grande em sua formação, e tornaria central em seus trabalhos a oposição entre o islã e a civilização ocidental, responsável por “infectar” o islã com valores modernos como secularismo, racionalidade, individualismo e mistura dos sexos (ibid, p. 37). Na volta ao Egito, Qutb foi forçado a renunciar a seu cargo público devido às críticas aos Estados Unidos e logo se juntou aos irmãos muçulmanos. Na Irmandade, Qutb ocupou cargos importantes, como chefe do departamento de propagação do islã e editor do jornal da Irmandade, os quais o colocaram em contato direto com Gamal Abdel Nasser e Mohamed Neguib, os líderes da revolução de 1952. Quando a Irmandade e Nasser romperam, Qutb se tornou o ideólogo capaz de preencher o vácuo deixado pela morte de Al-Banna, dando aos irmãos as “ferramentas teóricas” para analisar o regime de Nasser dentro do islã, acompanhadas de recomendações para destruir aquele Estado e substituí-lo por um islâmico (KEPEL, 2003, p. 37). Qutb, assim, se tornou uma espécie de líder paralelo da

Irmandade Muçulmana, a ponto de, em 1957 e 1958, ter servido como “guia espiritual” de um grupo de irmãos muçulmanos ativistas (WICKHAM, 2014, p. 28).

Não é possível minimizar a influência do pensamento de Qutb, em especial da obra *Ma'alim fi al-Tariq*, conhecida na literatura em inglês pelos títulos *Milestones* ou *Signposts*. Publicada em 1964, após Qutb passar dez anos nos campos de concentração de Nasser, às vezes sendo torturado barbaramente, *Signposts* é a obra seminal da ideologia mais extrema do espectro ideológico do islã político, aquela abraçada até hoje pela Al-Qaeda, organização que influenciou de forma direta, ao menos, as duas primeiras décadas do século XXI. Qutb parte de premissas da Irmandade estabelecidas por Al-Banna – a de que a ressurreição do islã vai solucionar todos os problemas do mundo ao substituir a degradada ordem ocidental, representada tanto pelo capitalismo quanto pelo comunismo – mas a pedra fundamental de *Signposts* é, afirma Kepel (2003, p. 46), o conceito de *jahiliyya*. O termo foi tomado emprestado por Qutb de Taqi al-Din ibn Taymiyya (1263-1328), importante teólogo muçulmano que equiparou o período vivido por ele, um de inúmeras crises e derrotas do islã, com a era semelhante à encontrada por Maomé após a revelação: um ambiente de ignorância, a *jahiliyya*. A análise teológica da obra de Qutb foge ao escopo deste artigo, mas aqui basta sabermos que, em seus trabalhos, Qutb usou o termo *jahiliyya* de maneira inédita, inovando de forma significativa o pensamento da Irmandade Muçulmana e de Al-Banna (ibid) vigente até então, ao estender o conceito para as sociedades e regimes dos países muçulmanos atuais. O Estado totalitário comandado por Nasser era, afirma Kepel (ibid), um “modelo” de *jahiliyya*. Isso autorizava o combate àquele Estado. Além disso, Qutb criou as justificativas teóricas para classificar os líderes políticos que atuam descumprindo a *sharia* como infiéis (*kafir*) e declará-los excomungados (*takfir*), passíveis de serem alvo da *jihad*. Esses e outros conceitos expostos no livro eram considerados por Qutb como os sinais (*signposts*) que uma vanguarda deveria seguir, ao trafegar pela *jahiliyya* que tomara o mundo, para promover a ressurreição do islã por meio da *jihad* (ibid, p. 45).

É possível ter ideia da importância de *Signposts* pelo fato de que, em 1965 e 1966, quando o regime Nasser denunciou uma “nova conspiração” da Irmandade Muçulmana contra o Estado egípcio, ter uma cópia do livro era considerado prova de envolvimento na tentativa de golpe (ibid, p. 42). Qutb foi considerado o líder da conspiração e condenado à morte por força, sentença cumprida em 29 de agosto de 1966. A ideologia desenvolvida por Qutb escapou ao cadafalso. Hoje, além de ser a base de justificação de

inúmeros grupos militantes islâmicos, serve também como uma sombra sobre a imagem de pacifismo que a Irmandade Muçulmana tenta projetar.

Impingir a imagem de que a Irmandade Muçulmana era uma organização violenta não consistia uma tarefa tão difícil nos anos 1960. O movimento fora acusado três vezes de conspirar contra o Estado egípcio (1948, 1954 e 1965) e tinha em seu passado a existência de grupamentos de fundo militar, como os *rovers*, os batalhões e, principalmente, o “aparato secreto”, todos formados com a anuência do fundador da Irmandade, Hassan al-Banna. Além disso, é preciso ter em conta que o legado de Al-Banna dava forças, ao mesmo tempo, para os defensores da abordagem gradualista de reforma dentro do movimento quanto para aqueles defensores da luta armada. A ambiguidade era intencional, pois, de um lado, Al-Banna negociava com os poderes estabelecidos do Egito e fazia o movimento disputar eleições, e, de outro, apoiava a luta para conseguir seus objetivos. Isso fica claro no uso do conceito de *jihad* por parte da Irmandade Muçulmana. Segundo Mitchell, o *jihad* tinha, na literatura do movimento, uma “conotação física” e não apenas de esforço intelectual, evidenciada pela relação sempre implícita entre *jihad*, a morte e o martírio (1993, p. 207). Al-Banna afirmava, segundo Mitchell (ibid), que “aqueles que minimizam ‘a importância da luta [*qital*] e a preparação para ela’ não têm fé verdadeira. Deus dá uma ‘vida nobre’ à nação que ‘sabe morrer uma morte nobre’”. Neste contexto, o legado de Qutb foi um problema para os irmãos muçulmanos já no período subsequente a sua execução, pois servia apenas para reforçar a imagem de que o grupo era formado por golpistas religiosos, subversivos e violentos.

A resposta ao legado de Qutb veio também de dentro da prisão. Em fevereiro de 1969, começou a circular entre os irmãos muçulmanos presos por Nasser (WICKHAM, 2014, p. 29) o livro *Du'ah La Qudah*, traduzido para o inglês como *Preachers, not Judges* (Pregadores, não juízes), tido como uma refutação oficial das ideias de Qutb por parte da Irmandade. Para Wickham (ibid), o objetivo da obra era “prover uma justificativa teológica para a continuação da abordagem gradualista da reforma islâmica pela Irmandade Muçulmana” (ibid). O livro é atribuído a Hassan al-Hudeibi, o sucessor de Al-Banna, mas há uma série de indícios de que não foi escrito apenas por ele. Zollner (2009, p. 70) conclui que Al-Hudeibi participou da confecção da obra, mas que atuou como um editor e talvez tenha escrito alguns de seus capítulos. Também não é certo que o livro seja uma resposta direta aos escritos de Qutb, mas que foi, sim, direcionado a todo o pensamento radical circulante no Egito (ZOLLNER, 2009, p. 67). Ainda assim, *Pregadores, não juízes* tem um papel importante na refutação oficial da Irmandade

Muçulmana à violência, o que se deu na década de 1970, período no qual, como vimos, Nasser foi sucedido no comando do governo egípcio por Anwar al-Sadat, quem iniciou seu governo com uma tentativa de distensão com a Irmandade Muçulmana. O abandono da violência por parte dos irmãos muçulmanos foi consolidado sob o comando de Umar al-Tilmisani, terceiro guia supremo, que tomou as rédeas do grupo após a morte de Al-Hudeibi em 1973. Neste período, afirma Wickham (2014, p. 30), a brutal repressão de Nasser deixou claro para muitos dos principais líderes da Irmandade que a confrontação com o regime “teria resultados catastróficos”. Para Al-Tilmisani, o confronto violento era um “uso fútil da força das pessoas” que beneficiava apenas os inimigos do Egito (ibid). Como vimos, na década de 1970 a Irmandade teve um papel ativo, liderado por Al-Tilmisani, na tentativa de conter o radicalismo de grupos islamistas militantes, como a Sociedade dos Muçulmanos e Al-Jihad, e foi neste contexto de disputa interna dentro do islamismo que *Pregadores, não juízes* foi publicado pela primeira vez, em 1977. Para Zollner (2009, p. 70), a data da publicação confirma a importância da obra pois os escritos representam “uma instância moderada contra o pensamento radical e, portanto, pode[m] ser tido[s] como uma refutação dele”. Além disso, o “livro forneceu diretrizes muito aguardadas pelos irmãos muçulmanos, que permaneciam, em sua maioria, moderados em suas percepções da causa islamista” (ibid).

Refutar a violência no campo retórico não era suficiente. A Irmandade Muçulmana precisava lidar também com o segundo dilema do islã político e mostrar a capacidade de agir como uma oposição leal. Isso teria de ser feito de duas formas: participando do processo político e defendendo propostas que não implicassem na transformação do Egito em uma teocracia.

A primeira parte deste processo foi cumprida com sucesso pelos irmãos muçulmanos. Como observado anteriormente, nos anos 1970 a Irmandade incorporou em suas fileiras uma série de líderes estudantis que haviam ganhado proeminência por meio do Grupo Islâmico, um processo facilitado pelo interesse de Sadat de usar o setor islamista para contrapor a força política de nasseristas e esquerdistas. Com o passar do tempo, este grupo de ex-dirigentes estudantis, que nos anos 1990 ficaria conhecido como “geração do meio” (por estarem entre a velha guarda dos irmãos muçulmanos e os novos recrutados), passou a buscar espaço nos sindicatos profissionais do Egito. Este novo engajamento político teve início em 1984 e, em menos de uma década, a Irmandade obteve “maiorias controladoras nas direções das maiores e mais influentes associações do país e as converteu no que indiscutivelmente era o setor mais ativo e dinâmico da sociedade civil”

(WICKHAM, 2014, p. 59). Um levantamento de Ibrahim (1999, p. 34) corrobora a informação ao mostrar que, em 1993, o movimento islamista tinha maiorias em sindicatos como os de médicos, farmacêuticos, dentistas, engenheiros, advogados e comerciários, nos quais demonstrou uma “performance assombrosa” nas eleições internas (ibid, p. 33).

Também em 1984, a Irmandade Muçulmana passou a disputar as eleições parlamentares egípcias, um processo liderado pelo guia supremo da época, Al-Tilmisani, para quem “seria irresponsável desperdiçar as oportunidades de participação que tinham aparecido” no início do governo de Hosni Mubarak (ibid, p. 47). A participação política do movimento precisaria ser justificada internamente e explicada para os muitos integrantes do grupo que viam como incorreta a entrada em um sistema que não aplicasse a *sharia*. Era um desafio semelhante ao que Al-Banna experimentou nos anos 1940, quando a Irmandade disputou eleições e chegou a fazer parte de alguns governos egípcios. Al-Tilmisani e outros líderes da Irmandade se desdobraram para convencer os correligionários de que disputar eleições era o caminho. Fizeram isso afirmando que a entrada na política era a única forma de mudar as instituições; que não substituiria a *dawa*, missão de divulgar o islã; que serviria a objetivos maiores, como divulgar a palavra de Deus; que permitiria “educar a população” e mudar o entendimento de todos sobre Deus e a *sharia*; e, finalmente, que serviria para guiar o governo (ibid, pp. 48-49). Nesta tarefa, Al-Tilmisani contou com o apoio da “geração do meio”, cujos membros atuaram fortemente nas negociações para que a Irmandade entrasse em uma aliança com o Wafd nas eleições de 1984 e com os partidos Liberal e Trabalhista Socialista no pleito de 1987.

A interação e o engajamento de integrantes da “geração do meio” com membros do governo egípcio, de outros partidos, de grupos da sociedade civil, mulheres seculares, cristãos coptas e profissionais de organizações estrangeiras, tanto nos sindicatos quanto na política, faria com que eles rompessem com o padrão de auto-isolamento que havia distinguido o comportamento da Irmandade no passado (ibid, p. 63), um processo que “transformou suas visões de mundo, valores e crenças” (ibid, p. 59) e que resultou num conflito aberto entre a “geração do meio” e a velha guarda da Irmandade Muçulmana. Muitos dos integrantes desta geração passaram a compor o que foi chamado de “corrente reformista” dentro da Irmandade, uma facção que batalhava tanto por reformas internas no movimento quanto em seu discurso externo. Dentro da organização, questionavam a exigência de obediência cega à liderança e o fato de as agruras sofridas em nome da Irmandade (como tortura e tempo de prisão) serem critério para elevar integrantes a postos de liderança (ibid, p. 67). Os reformistas também questionavam a forma como a *sharia*

deveria ser definida e passaram a enfatizar aspectos de liberdade, pluralismo e direitos humanos e participação das mulheres na sociedade presentes no *Corão*, assim como elogios de Hassan al-Banna ao sistema parlamentar vigente no Ocidente (ibid, p.68). Este embate teve um momento de ruptura em 1996, quando integrantes da corrente reformista abandonaram a Irmandade para fundar o partido *Wasat* (Centro). O rompimento fez as críticas internas se tornarem públicas, acuando aqueles reformistas que permaneceram na Irmandade. O resultado deste processo de auto-reforma, conclui Wickham (ibid, p. 96), ficou pela metade. Por um lado a Irmandade Muçulmana “se ajustou às regras e procedimentos da política eleitoral”, mas por outro “não realizou o tipo de mudança ideológica e institucional profunda que teria efetivado um rompimento mais decisivo com seu passado antissistema”. Um exame aprofundado da autorreforma da Irmandade foge ao escopo deste artigo, mas um episódio ocorrido em 2007 serve para ilustrar a dificuldade de mudanças serem realizadas.

Em 2007, a Irmandade divulgou a intelectuais egípcios e analistas estrangeiros o rascunho do programa daquilo que poderia vir a ser seu partido político. Era uma tentativa de o movimento sair das sombras e passar a ser visto como legítimo pela sociedade egípcia. O resultado foi próximo de catástrofe. O texto tornado público, conta Wickham (ibid, p. 125), era baseado em uma versão montada por Essam el-Erian, integrante da corrente reformista. Ele trazia muitos pontos importantes, como a visão do partido como uma sigla “civil, com quadro de referência islâmico”; a rejeição a um governo clerical; e apoio ao pluralismo político, ao estado de direito e a um Judiciário independente. Ao mesmo tempo, entretanto, o documento insistia na aplicação da *sharia* (um discurso que, por motivos estratégicos, a Irmandade tinha abandonado em 2005), pedia a criação de um conselho religioso que analisaria a leis egípcias e proibia a eleição de cristãos coptas e mulheres para a presidência. O texto sofreu duras críticas internas, feitas pela corrente reformista, e externas. Alguns elementos da plataforma partidária “pareceram preocupar não apenas os adversários implacáveis da Irmandade, mas também intelectuais independentes que viam no movimento um possível contrapeso a um regime autocrático” (BROWN & HAMZAWY, 2008, p. 18) e mostraram que a Irmandade “está ainda lutando muito com [a forma] de lidar com as demandas de sua ambição de se tornar um ator político normal” (ibid, p. 19). Assim, a Irmandade chegou a 2011, o ano da “Primavera Árabe”, sob uma contínua e dura repressão do governo e sob suspeita a respeito de suas credenciais democráticas, o que levantava dúvidas, também, sobre seu compromisso de não-violência. A incapacidade do movimento de lidar com essas questões e de esclarecer

as zonas cinzentas de seu pensamento em meio ao ambiente político explosivo da era pós-Mubarak viriam a assombrar a Irmandade, como veremos a seguir.

### **1.8 A IRMANDADE MUÇULMANA APÓS A QUEDA DE MUBARAK**

A derrubada de Hosni Mubarak resolveu de forma rápida o primeiro dos dilemas da Irmandade Muçulmana citados no capítulo anterior. Em 6 de junho de 2011, apenas quatro meses depois da queda do ditador, o Partido Liberdade e Justiça (PLJ) estava formado e oficialmente reconhecido pelo governo do Egito, pronto para servir de plataforma para o movimento reclamar seu papel de ator legítimo na política egípcia.

A busca por aceitação por parte da Irmandade ficara clara, na realidade, antes disso, ainda durante o levante contra o regime. A juventude da Irmandade, que assim como a “geração do meio” mantinha intercâmbios de ideias com setores seculares, esteve nas manifestações contra Mubarak desde o início. Ao lado de militantes de grupos não religiosos, como o movimento 6 de Abril e torcedores organizados de clubes de futebol, os jovens irmãos muçulmanos ajudaram a organizar e estavam no primeiro dos protestos, em 25 de janeiro de 2011 (WICKHAM, 2014, pp. 160-163). Três dias depois, a liderança da Irmandade aderiu à campanha contra Mubarak e colocou o peso da organização a favor dos protestos ao convocar seus militantes para o que entrou para a história como “Sexta-feira de Fúria”. O ato serviu para a Irmandade ser aceita como parte integral dos protestos, pois membros do grupo ajudaram na proteção da praça Tahrir, epicentro das manifestações no Cairo, na organização da ocupação e na pressão política contra Mubarak. Os irmãos muçulmanos também adotaram a bandeira egípcia como símbolo das manifestações (não o *Corão*), enfatizaram sua luta “não por um Estado religioso semelhante à República islâmica do Irã, mas ‘um Estado civil e uma democracia islâmica’” (ibid, p. 167) e se esforçaram para permanecer nos bastidores das manifestações. Era uma tentativa que refletia “a consciência da suspeição aguda e ansiedade com a qual sua participação era vista por atores poderosos, como membros das Forças Armadas do Egito e governos no Ocidente” (WICKHAM, 2014, p. 168).

A formidável habilidade política demonstrada pelos irmãos muçulmanos neste período inicial foi, entretanto, se esvaindo com o passar do tempo. O que se sucedeu foi uma infundável coleção de erros estratégicos. Em outro artigo (LIMA, 2014), analisei o processo político do Egito na transição pós-Mubarak e como a Irmandade manobrou sua chegada ao poder. Este período foi marcado de forma decisiva por um acordo tácito entre

a Irmandade e as Forças Armadas. O arranjo alienou os setores seculares partícipes das manifestações, os representantes do antigo regime ainda em seus postos e a elite econômica. Alienou, também, as alas reformistas da Irmandade. A aliança com o governo militar que substituiu Mubarak foi percebida tanto como uma traição ao levante de 25 de janeiro, pois o governo interino cometia violações de direitos humanos generalizadas, quanto como prova de que os irmãos muçulmanos tinham sede de poder. Dentro da Irmandade, as repercussões deste período foram grandes, e provocaram uma debandada de setores reformistas e líderes da juventude do movimento. Muitos desses foram expulsos ou deixaram a organização para formar e integrar partidos políticos de diferentes matrizes ideológicas. Em comum, os recém saídos da organização tinham a insatisfação com os rumos que o movimento tomava sob o comando da velha guarda, encrustada no Conselho de Orientação.

Assim, a Irmandade Muçulmana chegou ao poder comandada por seus integrantes mais conservadores, que pareciam, e ainda parecem, viver em uma espécie de gueto mental. São líderes que continuam a ser “profundamente suspeitosos de outros grupos e implacáveis com ex-rivais políticos” (ZAHID, 2012, p. 89), e, como vimos em capítulos anteriores, jamais se esforçaram para promover o diálogo com outras organizações; levaram ao ostracismo, por meio da rígida hierarquia, os colegas reformistas que tentaram fazer isso; barraram reformas internas; contavam anos de prisão como critério de ascensão interna; e, talvez o mais problemático, tinham uma notória incapacidade de se comunicar com o mundo externo à Irmandade Muçulmana. Tal inépcia ficara óbvia em 2007, no caso da plataforma política da Irmandade, mas aquele episódio não serviu de lição. Em março de 2011, um membro do Conselho de Orientação afirmou que a sociedade egípcia deveria se preparar para “o governo islâmico” e outro antecipou a possibilidade de punições *hudoud* (como a decepamento das mãos e apedrejamentos) para crimes como roubo, e adultério (WICKHAM, 2014, p. 186). Em dezembro de 2011, após o bom resultado do PLJ, o braço político da Irmandade, nas eleições parlamentares, Mohamed Badie, atual guia supremo, foi ainda mais longe. Badie afirmou que a organização estava próxima de conseguir o objetivo de estabelecer um “sistema moral e justo” que incluísse “um califado guiado corretamente e o domínio do mundo” (ibid, p. 276).

Uma vez no poder, com um de seus integrantes na presidência (Mohamed Morsi), a velha guarda da Irmandade Muçulmana jogou no lixo a oportunidade que aguardara por décadas. Os erros foram muitos. Vão desde a incompetência para lidar com a decrepita economia egípcia, passando pela perseguição de opositores e violações de direitos

humanos, até a guinada autocrática promovida por Morsi durante um embate com o Judiciário a respeito da nova Constituição, elaborada por uma assembleia majoritariamente islamista. Como o acordo tácito com os militares forjado após a queda de Mubarak inviabilizara o diálogo com a oposição secular, a Irmandade Muçulmana ficou cada vez mais isolada na política egípcia e passou a agir como se tivesse um “medo paranoico de perder o poder” (SEDRA, 2013). Uma das estratégias para lidar com as consecutivas crises foi emular na política egípcia o que a Irmandade tende a fazer com o islã em si: reivindicar o posto de dona da verdade. A Irmandade tentou retratar a si mesma como única representante da vontade do povo egípcio e terminou por precipitar “um clima no qual a contestação política é [era] acompanhada de ameaças abertas e retórica incendiária” (HANNA, 2012). O barril de pólvora explodiu em 5 de dezembro de 2012, em meio à crise envolvendo a Constituição que Morsi tentava ratificar. Em resposta a um imenso protesto de manifestantes anti-Morsi em frente ao palácio presidencial, no Cairo, a Irmandade Muçulmana convocou seus simpatizantes para proteger o edifício no lugar das forças de segurança, que se recusaram. No confronto, os irmãos prenderam cerca de 130 opositores e uma série de evidências apontou a existência de “câmaras de tortura” no lado que defendia o então presidente Morsi<sup>7</sup>. O agravamento deste cenário nos meses seguinte provocou o que o ativista de direitos humanos Hossam Bahgat chamou de “trauma” com o governo Morsi<sup>8</sup>:

Sob o SCAF [*o governo militar interino*], houve sérias violações de direitos humanos, mas elas não eram direcionadas a todos, e sim aos que desafiavam o SCAF. Sob Morsi, todos eram afetados, mesmo que às vezes isso fosse apenas uma impressão. Todos temiam que a Irmandade estivesse mudando a natureza do Estado egípcio, de que tinham um plano para islamizar a sociedade e que iriam tirar liberdades individuais. Temiam também essa organização secreta, fechada e hierárquica que estava sequestrando o país.

A fala de Bahgat é importante pois ela resume o clima político que propiciou a derrubada de Morsi, em 3 de julho de 2013. Com a Irmandade instalada no poder, o sentimento era de que a política egípcia tornara-se um jogo de soma zero. Ou você estava ao lado dos irmãos muçulmanos ou estava contra eles. É verdade, entretanto, que este clima político hostil foi mais influenciado pela forma como a Irmandade agiu do que pelo

---

<sup>7</sup> The New York Times: Morsi’s Opponents Describe Abuse by President’s Allies. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2012/12/11/world/middleeast/allies-of-egypts-morsi-beat-protesters-outside-palace.html?adxnml=1&adxnmlx=1382133412-KPzly3JkAV/j1r4IE9F2Ig>

<sup>8</sup> Entrevista com o autor

conteúdo de seus atos. Em uma análise inicial dos primeiros dias do governo Morsi, Wickham (2014, p. 272) aborda a questão da islamização da sociedade e afirma que as grandes ações iniciais de Morsi “eram focadas em aliviar as dificuldades econômicas e sociais, em vez de regular o comportamento privado dos cidadãos”. Olhando em retrospectiva para o governo Morsi, Hamid e Wheeler (2014) afirmam que o presidente derrubado não governou com o “espírito de uma democracia inclusiva”, mas tão pouco era um autocrata. Ainda assim, na metade de 2013 era comum ouvir de egípcios e analistas estrangeiros que a administração Morsi estava tentando islamizar a sociedade egípcia e constituía uma ditadura. Isso faz com que ganhe destaque no diagnóstico de Bahgat o termo “impressão” a respeito do governo Morsi. Sem dúvida, a oposição tinha todo o interesse em enquadrar o governo da Irmandade como uma “ditadura islâmica”, o que facilitaria sua derrubada, e fez isso de forma clara por meio da imprensa e do Judiciário. Ocorre que a Irmandade contribuiu com esta campanha ao tomar decisões absurdamente erradas. Um caso emblemático foi a nomeação, em junho de 2013, de um integrante do Partido Construção e Desenvolvimento para governador de Luxor. Esta sigla é o braço político do Grupo Islâmico, responsável por um dos mais cruéis ataques terroristas da história do Egito, em 1997, justamente em Luxor. A Irmandade Muçulmana foi, assim, ao mesmo tempo, vítima e promotora do sectarismo político, pois ajudou a fomentar este clima na sociedade egípcia. O agravante é que, estando no poder, o movimento tinha não apenas a obrigação, como a oportunidade e o capital político para estender a mão aos opositores. A Irmandade, entretanto, foi incapaz de fazer isso. Aproveitando a indignação, genuína, mas também construída, de boa parte da população, o chamado “Estado profundo” egípcio, composto por membros da elite econômica e do antigo regime instalados em diversas burocracias governamentais, armou o golpe que encerrou o governo da Irmandade.

## **1.9. CONCLUSÃO**

Como vimos neste artigo, a Irmandade Muçulmana nasceu e cresceu em oposição à dominação estrangeira do mundo muçulmano, em particular do Egito, postura que deu a ela também um caráter antiocidental, contrário à modernização exportada pelas potências imperialistas. Ao longo do tempo, a causa que a Irmandade combatia – a modernização ocidental e secular – passou a ser identificada com os regimes autoritários nativos do Egito, e estes se tornaram, então, o alvo da contestação do movimento

islamista. Em um primeiro momento, a Irmandade optou por lutar esta batalha utilizando-se de violência. Quando a alternativa se provou um fracasso, nos anos 1970, a organização procurou o caminho da participação leal no sistema. A entrada da Irmandade na disputa não violenta por poder coincidiu com o ressurgimento islâmico que varreu o Egito na década de 1970, propiciado pelo fracasso de ideologias alternativas ao liberalismo, como o marxismo e o nacionalismo. A participação política legítima da Irmandade coincidiu, também, com outra tendência do fim do século XXI, a democratização. Como afirmam Esposito e Voll (1996, p. 6), essas duas forças, a democratização e o ressurgimento religioso, eram complementares, pois a reafirmação da identidade e herança islâmicas faziam parte da contestação aos regimes autoritários e seculares em vigor.

O lado positivo desta situação, para os irmãos muçulmanos, foi a transformação do movimento na principal oposição ao regime egípcio. A interação entre o ressurgimento religioso e o anseio por democratização, entretanto, gerou um impasse. A Irmandade deveria defender a democratização, um processo que culminaria na formação de um regime de governo “ocidental” (a democracia), e, ao mesmo tempo, sustentar para sua base de apoio uma ideologia que não apenas foi construída em oposição ao Ocidente como tem em seu bojo valores ultraconservadores que se chocam diretamente com as democracias liberais ocidentais. Sob os governos ditatoriais, a Irmandade tinha poucos incentivos para definir uma ideologia e lidar com o dilema democracia x *sharia*. Por duas razões. A primeira tem a ver com a história do movimento, na qual há uma preferência por “deveres” em detrimento de “ideias” e por “programa” no lugar de “ideologia” (MITCHELL, 1993, p. 326). Hassan al-Banna, o fundador da Irmandade, atribuía a decadência do islã, entre outros fatores, à negligência com as “ciências práticas” em favor de “ciências teóricas”, uma abordagem não intelectual que foi crucial na forma como Al-Banna moldou a organização e no fato de não ter produzido “nenhum trabalho remotamente identificável como teologia ou filosofia” (ibid, pp. 326-327). A segunda razão é mais prosaica. Como afirma Hamid (2014), durante as ditaduras a Irmandade estava “tão ocupada com sua mera sobrevivência que demandas ideológicas eram deixadas de lado e adiadas”. A falta de uma ideologia definida, somada ao fato de a Irmandade ter diversos tipos de pensamento dentro dela, faz com que, como vimos, o movimento “persista simultaneamente em apelos vagos pela *sharia*, que ressoam com sua base, enquanto invoca ideias de liberdade e democracia em uma tentativa de [obter] aceitação social mais ampla” (WICKHAM, 2013, p. 187)

Uma vez derrubada a ditadura Mubarak, a Irmandade Muçulmana não fez a evolução ideológica que dela se esperava. A organização limitou-se apenas a uma busca incessante por poder, que de fato obteve por meio das urnas. Contemplar apenas os procedimentos de uma democracia, entretanto, não era suficiente. Instalada na presidência, e catapultada para o centro da vida política do Egito de uma forma completamente inesperada, a Irmandade foi vítima de sua própria natureza. Como o movimento defende objetivos “eternos”, por serem religiosos, isso fez surgir “uma arrogância intolerante e moralmente superior que abriu um fosso intransponível entre a Irmandade e seus concidadãos” (MITCHELL, 1993, p. 319). Desde os tempos de Al-Banna, afirma Mitchell, a consequência desta visão de mundo foi a criação, dentro da Irmandade, de uma “tendência de rígida intolerância que transformou disputas políticas mundanas em confrontos sociais elementares” (ibid). No período em que a Irmandade Muçulmana esteve no poder com Mohamed Morsi, isso ficou evidente. A organização queimou todas as suas pontes com grupos seculares, isolando-se na política egípcia, e criando uma união de forças contra si própria. O uso da violência política na crise constitucional do fim de 2012 consistiu, assim, prova cabal de quão inepta, arrogante e descolada da realidade é a liderança do grupo, que ao longo dos anos expulsou ou jogou ao ostracismo todos os setores reformistas do movimento, justamente aqueles capazes de promover o diálogo dos irmãos muçulmanos com o resto do Egito.

O fracasso da Irmandade na transição pode ser entendido como um retrocesso para o Egito. Não porque o islã político é a solução para os graves problemas do país, mas porque a solução para eles passa pelo islamismo. A islamização da sociedade egípcia é um fenômeno que ocorre também por conta dos irmãos muçulmanos, mas não exclusivamente. Há grupos religiosos, como os salafistas, que obtiveram um quarto dos votos na eleição parlamentar de 2011, que pressionam pela adoção de valores antiliberais de forma ainda mais acintosa. Isso faz com que o dilema entre democracia e *sharia* seja uma questão não apenas para os islamistas, mas para grande parte dos egípcios. Pesquisas realizadas em 2013 mostraram que entre 55% e 66% dos egípcios acreditam que a democracia é a melhor forma de governo<sup>9</sup>, mas ao mesmo tempo 74% dizem ser favoráveis a tornar a *sharia* a lei oficial<sup>10</sup>. Está claro, assim, que o islã é visto não apenas

---

<sup>9</sup> Egyptians increasingly glum. Disponível em: <http://www.pewglobal.org/2013/05/16/chapter-3-attitudes-toward-democracy-3/> Acessado em 07/05/2014

<sup>10</sup> The World's Muslims. Disponível em: <http://www.pewforum.org/2013/04/30/the-worlds-muslims-religion-politics-society-beliefs-about-sharia/>. Acessado em 07/05/2014

como religião, mas como pano de fundo civilizacional para muitos egípcios. Como afirmam Esposito e Voll (1996, p. 196), a democratização no mundo muçulmano não precisa ser simplesmente a adoção da democracia ocidental, mas pode incluir a formulação de alternativas com raízes locais para a participação política e o empoderamento. Este, entretanto, é um campo minado, cuja exploração provocará choques de valores. Entre outros desafios, será preciso criar uma fórmula para conciliar visões religiosas antiliberais com a proteção das mulheres, homossexuais e cristãos. Não há como saber se tal conciliação é possível, mas é certo que este diálogo precisará ocorrer se um cenário de estabilidade política e social estiver presente no futuro do Egito.

### **1.10 BIBLIOGRAFIA**

ADAMS, Charles C. **Islam and Modernism in Egypt**. New York: Russell & Russell, 1968

AL-ANANI, Kalil. **Egypt: The New Puritans**. In: WRIGHT, Robin (ed.). **The Islamists are Coming – Who they really are** / Robin Wright. – Washington, D.C.: Woodrow Wilson Center Press, 2012

ALI, Jan A. **Islamic Revivalism Encounters the Modern World**. New Dheli: Sterling Publishers, 2012

BAKER, Raymond William. **Sadat and After: Struggles for Egypt's Soul**. Cambridge: Harvard University Press, 1991

COOK, Steven A. **The Struggle for Egypt – From Nasser to Tahrir Square**. New York: Oxford University Press, 2012

ESPOSITO, John L. & VOLL, John O. **Islam and democracy**. Oxford University Press, 1996

GOLDSCHMIDT, Arthur. **A Brief History of Egypt**. New York: Infobase Publishing, 2008.

HADDAD, Yvonne Yazbeck. **The Revivalist Literature and the Literature on Revival: An Introduction**. In: ESPOSITO, John L., HADDAD, Yvonne Yazbeck & VOLL, John O. **The Contemporary Islamic Revival**. – Westport: Greenwood Press, 1991.

HOURANI, Albert. **Arabic Thought in the Liberal Age (1798-1939)**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983

HOUTSMA, Martin Theodoor (ed). **First Encyclopaedia of Islam 1913-1936**. Leiden: E.J. Brill, 1993

IBRAHIM, Saad Eddin. **The Changing Face of Egypt's Islamic Activism**. In: MARR, P. (ed.). **Egypt at the Crossroads: domestic stability and regional role** / Phebe Marr. – Washington, D.C.: National Defense University Press, 1999

KEDDIE, Nikki R. **Sayyid Jamal al-Din 'al-Afghani'**. In: RAHNEMA, A. (ed.) **Pioneers of Islamic Revival** / Ali Rahnema. – Londres: Zed Books, 1994

KEPEL, Gilles. **Muslim Extremism in Egypt – The Prophet and the Pharaoh**. Los Angeles: University of California Press, 2003

MITCHELL, Richard P. **The Society of Muslim Brothers**. New York: Oxford University Press, 1993

OSMAN, Tarek. **Egypt on the brink – From the rise of Nasser to the fall of Mubarak**. New Haven and London: Yale University Press, 2011

PARGETER, Alison. **The Muslim Brotherhood - From Opposition to Power**. London: Saqi Books, 2013

RUTHERFORD, Bruce K. **Egypt after Mubarak – Liberalism, Islam, and Democracy in the Arab World**. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2008.

SAFRAN, Nadav. **Egypt in Search of Political Community: An Analysis of the Intellectual and Political Evolution of Egypt, 1804-1952**. Cambridge: Harvard University Press, 1961

TADROS, Mariz. **The Muslim Brotherhood in Contemporary Egypt: Democracy Redefined Or Confined?** Abingdon, Oxon: Routledge, 2012

TIGNOR, Robert L. **Egypt: A Short History**. Princeton: Princeton University Press, 2011

WICKHAM, Carrie Rosefsky. **The Muslim Brotherhood - Evolution of an Islamist Movement**. Princeton: Princeton University Press, 2013

WRIGHT, Lawrence. **O vulto das torres: a Al-Qaeda e o caminho até o 11/9**. Tradução: Ivo Korytowski. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

ZAHID, Mohammed. **The Muslim Brotherhood and Egypt's Succession Crisis**. London: I.B. Tauris

ZOLLNER, Barbara H. E. **The Muslim Brotherhood: Hasan al-Hudaybi and ideology**. Nova York: Routledge, 2009

## **OUTRAS PUBLICAÇÕES**

ABDALLA, Nadine. **Social Protests in Egypt before and after the 25 January Revolution: Perspectives on the Evolution of their Forms and Features**. In: **IEMed Mediterranean Yearbook Med.2012**. – Barcelona: 2012

BROWN, Nathan J. & HAMZAWY, Amr. **The Draft Party Platform of the Egyptian Muslim Brotherhood: Foray Into Political Integration or Retreat Into Old Positions?** Janeiro de 2008, 32p. Carnegie Papers. Carnegie Endowment for International Peace. Washington.

HANNA, Michael Wahid. **Mubarak with a Beard?** Foreign Policy, 4 dez. 2012. Disponível em: [http://www.foreignpolicy.com/articles/2012/12/04/mubarak\\_with\\_a\\_beard](http://www.foreignpolicy.com/articles/2012/12/04/mubarak_with_a_beard)

HAMID, Shadi. **The Future of Democracy in the Middle East: Islamist and Illiberal.** The Atlantic, 6 mai 2014. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/international/archive/2014/05/democracys-future-in-the-middle-east-islamist-and-illiberal/361791/>

HAMID, Shadi & WHEELER, Meredith. **Was Mohammed Morsi Really an Autocrat?** The Atlantic, 31 mar. 2014. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/international/archive/2014/03/was-mohammed-morsi-really-an-autocrat/359797/>

KURTZER, Daniel & SVENSTRUP, Mary. **Egypt's Entrenched Military.** Set/Out 2012. The National Interest. Disponível em: <http://nationalinterest.org/article/egypts-entrenched-military-7343?page=show>

LIMA, José Antonio. **O Egito em uma encruzilhada: A influência dos militares na política e uma sociedade dividida.** Malala, USP, 2014

OTTAWAY, Marina e DUNNE, Michele. **Incumbent Regimes and the “King’s Dilemma” in the Arab World: Promise and Threat of Managed Reform.** Dezembro de 2007, 28p. Carnegie Papers. Carnegie Endowment for International Peace. Washington.

ROLL, Stephan. **Gamal Mubarak and the Discord in Egypt's Ruling Elite.** 1 set 2010. Sada Journal, Carnegie Endowment for International Peace. Disponível em: <http://carnegieendowment.org/2010/09/01/gamal-mubarak-and-discord-in-egypt-s-ruling-elite/6bcv>

SEDRA, Paul. **The tragedy of the Brotherhood.** Egypt Independent, 3 fev. 2012. Disponível em: <http://www.egyptindependent.com/opinion/tragedy-brotherhood>

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JOSÉ ANTONIO GERALDES GRAZIANI VIEIRA LIMA

**A política externa da Irmandade Muçulmana no Egito em  
comparação com os regimes Mubarak e Sissi**

São Paulo  
2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**A política externa da Irmandade Muçulmana no Egito em  
comparação com os regimes Mubarak e Sissi**

José Antonio Geraldes Graziani Vieira Lima

Artigo apresentado ao Programa de  
Pós-Graduação em Relações Internacionais do  
Instituto de Relações Internacionais da  
Universidade de São Paulo como parte dos  
requisitos necessários para a obtenção do  
título de Mestre em Ciências — Área:  
Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Peter Robert Demant

São Paulo  
2015

## 2.1 INTRODUÇÃO

Este estudo é uma tentativa de avaliar quais as mudanças ocorridas na política externa do Egito após a ascensão ao poder da Irmandade Muçulmana, grupo religioso fundado em 1928 e hoje o principal expoente do islã político no Oriente Médio.

A Irmandade Muçulmana passou a maior parte de sua história na ilegalidade, mas após a derrubada do ditador Hosni Mubarak, em fevereiro de 2011, começou a buscar legitimidade na política egípcia. Um partido regular foi formado, o Partido Liberdade e Justiça (PLJ), mas apesar de haver uma separação oficial entre as duas entidades – a Irmandade e o PLJ – a realidade mostrou que as duas estavam intrinsecamente ligadas, sendo praticamente impossível diferenciá-las em alguns casos.

A ascensão recente dos irmãos muçulmanos se deu em meio a um importante evento no contexto internacional, a chamada “Primavera Árabe”. Iniciada na Tunísia, essa onda de protestos populares chegou ao Egito levando a esperança da democratização. Inicialmente, o processo de transição foi guiado pelos militares, mas as primeiras eleições livres da história do Egito, realizadas em 23 e 24 de maio e 16 e 17 de junho de 2012, colocaram no poder uma nova elite política.

A nova liderança tinha uma visão de mundo bastante distinta daquela vigente até então e buscou implantá-la também na tomada de decisões em política externa. Ao tentar fazer isso, a Irmandade Muçulmana se deparou com os jogos de dois níveis dos quais fala Putnam (1988, p. 434). Por um lado era preciso “construir coalizões com outros grupos” de interesse e por outro era necessário tentar obter avanços externos de forma a “maximizar a capacidade de satisfazer as pressões domésticas”, bem como “minimizar consequências adversas de eventos externos”. Como veremos, no pouco tempo em que esteve no poder (30 de junho de 2012 a 3 de julho de 2013), a Irmandade Muçulmana experimentou grande instabilidade, uma que ameaçava sua permanência no poder e foi obrigada a, como afirma Hagan (1995) sobre a necessidade de manter o poder político, “ajustá-la para que impusesse menos custos domésticos”. É esta dinâmica que será analisada nas linhas a seguir.

De forma complementar, para concluir a análise, será abordada a política externa do governo que se seguiu ao da Irmandade, no período entre 3 de julho de 2013 e 31 de dezembro de 2014, comandado por Abdel Fattah al-Sissi, como ministro da Defesa e, a partir de 8 de junho de 2014, como presidente do Egito.

## 2.2 A POLÍTICA EXTERNA DE MUBARAK

Hosni Mubarak assumiu a presidência do Egito em 14 de outubro de 1981, oito dias depois do assassinato de seu antecessor, Anwar al-Sadat. Mubarak servira como vice-presidente do Egito por seis anos, período no qual teve um papel destacado na política de distensão com Israel levada a cabo por Sadat após a Guerra do Yom Kipur, em 1973. A aproximação com Israel era uma das principais estratégias de Sadat para sacramentar a mais importante marca registrada da política externa de seu governo: o afastamento do Egito da União Soviética e a entrada do país na esfera de influência dos Estados Unidos.

O acordo de paz entre Egito e Israel, assinado em 1979, foi resultado de intensas negociações lideradas pelo então presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, em Camp David, em 1978, a residência de campo da presidência norte-americana, no Estado de Maryland. Para Washington, o estabelecimento da paz e de relações diplomáticas entre os dois países era um objetivo valioso estrategicamente. A partir dali, Israel, principal aliado dos EUA na região, estaria mais seguro, e o Egito passaria a ser também um parceiro de primeira ordem. Uma demonstração simbólica da importância que o Egito adquiriu para Washington foi a presença dos três ex-presidentes dos EUA vivos até então – Jimmy Carter, Gerald Ford e Richard Nixon – no funeral de Sadat<sup>11</sup>.

O tratado de Camp David foi aclamado no Ocidente – Sadat e o então premiê de Israel, Menachem Begin, foram laureados com o Nobel da Paz em 1978 –, mas denunciado como “traição” por muitos egípcios e diversos países do Oriente Médio, afinal o Egito era o primeiro país árabe a estender a mão a Israel após cinco guerras entre judeus e árabes ao longo das décadas anteriores<sup>12</sup>. Internamente, a oposição ao acordo de paz colocou fim ao governo Sadat. Em 6 de outubro de 1981, data em que o Egito celebra o início do ataque contra Israel em 1973, o então presidente do país foi morto por extremistas muçulmanos durante uma parada militar no Cairo. Externamente, a oposição ao tratado de paz provocou o isolamento do Egito no mundo árabe – diversas capitais romperam relações diplomáticas com o Cairo e o país foi suspenso da Liga Árabe a partir de 1979.

---

<sup>11</sup> RAINES, Howell. Sadat's successor invited by Reagan to visit U.S. in '82. *The New York Times*, 9 out 1981. Disponível em: <http://www.nytimes.com/1981/10/09/world/sadat-s-successor-invited-by-reagan-to-visit-us-in-82.html>

<sup>12</sup> Em 1948 houve a Guerra Árabe-Israelense; em 1956, a Guerra de Suez; em 1967, a Guerra dos Seis Dias; entre 1968 e 1970, a Guerra de Desgaste; e, em 1973, a Guerra do Yom Kipur ou Guerra do Ramadã

Uma vez no poder, Mubarak estabeleceu como um de seus principais objetivos “quebrar o isolamento regional que se seguiu aos Acordos de Camp David sem colocar em perigo a paz com Israel e a relação especial com Washington” (SHAMA, 2013, p. 38). A estratégia teve sucesso quando o Egito de Mubarak passou a dar sinais de que tinha a intenção de se manter ao lado dos outros países árabes em temas importantes. Como afirma Shama (ibid), isso ficou claro na defesa dos direitos dos palestinos feita pelo Egito, assim como no importante auxílio militar prestado pelo Cairo ao Iraque de Saddam Hussein durante a guerra contra o Irã (1980-1988).

No período inicial do governo Mubarak, a relação do Egito com os EUA era intensa, mas nem de longe exclusiva. Uma prova disso foi o fato de Mubarak ter trabalhado para remendar as relações com a União Soviética (SHAMA, 2013, p. 39), estremecidas desde a guinada promovida por Sadat na década de 1970. O fim da Guerra Fria e a saída de cena da União Soviética, entretanto, colocaram o Egito em um caminho no qual o país ficaria até 2011, que se caracterizaria por um alinhamento quase automático aos interesses de Washington.

A relação entre Washington e o Cairo se aprofundou a partir da Guerra do Golfo. A invasão do Kuwait por parte de Saddam Hussein selou o fim do pan-arabismo, uma das três ideologias que surgiram no Oriente Médio pós-descolonização (DEMANT, 2008: 98). A ideologia, que sob o governo de Gamal Abdel Nasser (1956-1970) no Egito atingira seu ápice, esvaneceu pois o ataque, o primeiro de um país árabe contra outro, dividiu o mundo árabe, escancarando divergências entre Estados; entre Estados e suas sociedades civis; e mesmo entre grupos da sociedade civil, como a Irmandade Muçulmana, que naquele período viveu “o fim do apogeu de sua organização internacional” (PARGETER, 2013, p. 128).

Central na cisão era o papel de Saddam Hussein. Ao longo do tempo, ele se tornara um herói da causa palestina ao rejeitar a paz com Israel, receber inúmeros refugiados palestinos no Iraque e enviar dinheiro para as famílias de homens-bomba que atacassem Israel<sup>13</sup>. Durante a Guerra do Golfo, Saddam investiu neste papel – bombardeou cidades israelenses no início do conflito e, mais tarde, tentou “atrelar a invasão do Kuwait ao conflito Israel-Palestina, condicionando sua retirada à retirada de Israel dos territórios ocupados” (DOWTY, 2012, p. 151). Saddam, então, passou a ser visto por grande parte

---

<sup>13</sup> NAMMARI, Dalia. Palestinians Mourn Saddam's Execution. *Associated Press*, 30 dez 2006. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/12/30/AR2006123001231.html>

do público árabe como “um herói que estava enfrentando as forças imperiais do Ocidente” (PARGETER, 2013, p. 125). Em contrapartida, os países do Golfo, em especial a vasta e pouco populosa Arábia Saudita, viam em Saddam Hussein uma enorme ameaça. As nações do Golfo decidiram, então, aceitar o apoio de dezenas de países, entre eles os Estados Unidos, que no auge da contraofensiva chegariam a ter cerca de 500 mil soldados na região para libertar o Kuwait.

Antes de se engajar militarmente contra Saddam Hussein, Washington procurou construir apoio no Oriente Médio, e o Egito teve papel fundamental nesta empreitada. O então presidente norte-americano, George H. Bush, negociou diretamente com Mubarak e conseguiu dele o envio de 5 mil tropas egípcias (que chegariam a 35 mil no auge do conflito<sup>14</sup>); autorização para usar o espaço aéreo egípcio e o Canal de Suez; além de ajuda na busca por apoio árabe (CARLISLE, 2003, p. 57). Mubarak fez essas concessões pois via no apoio ao Ocidente uma forma de contornar a profunda crise econômica pela qual o Egito passava, com inflação anual e desemprego na casa dos 20% e dívida externa equivalente a 115% do Produto Interno Bruto. (RUTHERFORD, 2008, p. 137). Nas palavras de Rutherford (2008, pp. 137/138), “a disposição do Egito de tomar a liderança na oposição à invasão iraquiana produziu uma bonança de recompensas econômicas”:

Os Estados Unidos perdoaram US\$ 6,7 bilhões em dívidas militares, e os países do Golfo cancelaram outros US\$ 6,6 bilhões em empréstimos. O Clube de Paris de credores privados aceitou zerar outros US\$ 10 bilhões em dívidas e em reprogramar os pagamentos e cortar as taxas de juros dos outros US\$ 10 bilhões que administrava. No total, quase 50% da dívida externa total do Egito foi perdoadada nos anos seguintes à Guerra do Golfo. Ao mesmo tempo, o Golfo, a Europa, os Estados Unidos, o Japão, a Coreia do Sul, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional juntos forneceram um aumento dramático e em assistência econômica. O país recebeu US\$ 7 bilhões em ajuda de emergência durante a Guerra do Golfo (...). E recebeu outros US\$ 8 bilhões após a guerra.

Inicialmente, a postura do governo Mubarak foi apoiada pela população egípcia, indignada com uma invasão que produziu milhares de refugiados entre o 1,3 milhão de egípcios que trabalhavam no Iraque e no Kuwait (CARLISLE, 2003, p. 57), mas à medida que a ofensiva aliada contra Saddam Hussein teve início, os ventos mudaram. Os ataques

---

<sup>14</sup> SCHMIDT, William E. After the War: Egypt; Egypt's Leader Says Postwar Security Is Up to Arabs Alone. The New York Times, 4 mar 1991. Disponível em: <http://www.nytimes.com/1991/03/04/world/after-the-war-egypt-egypt-s-leader-says-postwar-security-is-up-to-arabs-alone.html>

contra as cidades iraquianas, somados à percepção de que as benesses econômicas ao Egito não eram suficientes, fizeram setores importantes da sociedade egípcia questionar cada vez mais a aliança com Israel e com o Ocidente, representado pelos EUA, contra um outro país árabe. Seis dias após o início da ofensiva aliada, Mubarak cessou sua campanha de propaganda contra Saddam Hussein e passou a tomar medidas para conter os protestos em solidariedade ao Iraque que tinham sido convocados por fundamentalistas muçulmanos e esquerdistas seculares, como ampliar as férias escolares nos colégios e universidades<sup>15</sup>.

Em retrospecto, Osman (2011, p. 187) resume a atuação de Mubarak como a de um presidente que decidiu não assumir o “manto da liderança” e preferiu, em vez disso, atuar como “subordinado” da Arábia Saudita na escolha dos EUA como defensor dos árabes, se mostrando “incapaz (ou sem vontade)” de explorar a oportunidade surgida e fracassando “em formular uma política vivaz, influente e propositiva”. Este diagnóstico é mais acertado se atribuído ao Egito como Estado, que de fato seguiu a Arábia Saudita, do que a Mubarak. Ao contrário de Jaber III, então emir do Kuwait, e de Fahd, então rei da Arábia Saudita, o presidente egípcio fez discursos enérgicos contra Saddam Hussein, que se voltaram contra ele quando a opinião pública mudou de lado. Ali ficou escancarado o que Mubarak já sabia há anos: o alinhamento internacional do regime ia contra o ideal de política externa de grande parte da população egípcia. Talvez a Guerra do Golfo tenha sido um marco de mudança na postura de Mubarak, que raríssimas vezes voltou a ser protagonista do noticiário das relações internacionais no Oriente Médio. Excetuando-se a guerra do Golfo, sua política externa era conduzida, nas palavras de Droz-Vincent (2012) “abaixo do radar” da opinião pública e era “caracterizada por acordos secretos (...), relações calorosas além da ‘paz fria’ oficial com Israel (...) e mediação discreta na frente israelense-palestina de forma a evitar protestos populares no Egito”.

O efeito disso foi que o Egito sob Mubarak abriu mão do projeto de Nasser e, em menor medida, de Sadat, de liderar o mundo árabe-muçulmano e passou a ter uma orientação estratégica que se resumia a ser parte da “grande *Pax Americana* no Oriente Médio, em direta oposição ao Irã, às vezes à Síria e a movimentos radicais como o Hezbollah e o Hamas” (OSMAN, 2011, p. 192). Como recompensa, o Egito recebeu

---

<sup>15</sup> IBRAHIM, Youssef M. War in the Gulf: Egypt; In Egypt, Public Sentiment Is Shifting in Baghdad's Favor. The New York Times, 24 jan 1991. Disponível em: <http://www.nytimes.com/1991/01/24/world/war-in-the-gulf-egypt-in-egypt-public-sentiment-is-shifting-in-baghdad-s-favor.html?src=pm>

bilhões de dólares em ajuda civil e, especialmente, militar, investimentos e um papel de destaque como aliado dos EUA. Para não demonstrar fraqueza, dentro do Egito, esse “pragmatismo sem projeto” era apresentado em luzes positivas, como conta Osman (2011, p. 189):

Os apoiadores do presidente Mubarak repetidamente enfatizavam que o ‘foco interno no Egito’ do presidente era ‘corajoso e pragmático’: ele era o primeiro faraó a confrontar os problemas de seu país sem adotar ambições irrealistas na região; ele não buscava glória e adulação ao lutar acima de seu peso; ele era ‘sábio’ ao não arrastar o Egito para conflitos os quais não podia vencer; e, crucialmente, ao contrário de Nasser e Sadat, sua diplomacia calculada e metódica, mesmo que não tenha tido sucessos dramáticos, não tinha resultado em grandes fracassos.

A proximidade de Mubarak com os Estados Unidos e Israel não significava uma subserviência irrestrita de seu governo a Washington. Em 2003, quando a administração de George W. Bush decidiu atacar o Iraque novamente, Mubarak foi contrário. Temendo um fortalecimento do terrorismo muçulmano (contra o qual passou toda a década de 1990 duelando dentro do Egito), Mubarak alertou os EUA sobre o surgimento de “100 novos Bin Ladens”<sup>16</sup> se e quando a ocupação acabasse. O limite da aliança entre Cairo e Washington era a própria manutenção do regime Mubarak, e tal baliza ficou clara a partir de 2003, quando a Casa Branca passou a advogar de forma intensiva pela democratização do Oriente Médio, em especial do Egito, o centro do mundo árabe.

Uma das lições dos ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001 para George W. Bush e seus auxiliares foi a de que o terrorismo muçulmano era fruto, entre outras coisas, da falta de democracia no Oriente Médio. Se no Iraque de Saddam Hussein era cabível uma ofensiva militar para implantar a democracia, nos antigos aliados árabes de Washington este não era o caso. Os EUA passaram, então, a defender a democratização dos países da região de forma aberta, uma pressão cuja faceta pública teve início em 6 de novembro de 2003, em um discurso de Bush no National Endowment for Democracy. Naquele dia, Bush afirmou que ditaduras militares eram uma “estrada reta e suave para lugar nenhum”<sup>17</sup> e clamou para que a “grande e orgulhosa nação do Egito, que mostrou o

---

<sup>16</sup> REUTERS. Mubarak warns of '100 bin Ladens'. CNN, 1 abr 2003. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2003/WORLD/meast/03/31/iraq.egypt.mubarak.reut/>

<sup>17</sup> National Endowment for Democracy. Remarks by President George W. Bush at the 20th Anniversary of the National Endowment for Democracy. 6 nov 2003. Disponível em: <http://www.ned.org/george-w-bush/remarks-by-president-george-w-bush-at-the-20th-anniversary>

caminho em direção à paz no Oriente Médio”, agora mostrasse “o caminho para a democracia no Oriente Médio.”<sup>18</sup> A pressão da administração Bush sob o governo Mubarak chegou ao noticiário em 29 de janeiro de 2005, quando Ayman Nour, um dos líderes da oposição ao regime egípcio, foi preso e interrogado. Em 26 de fevereiro, a então secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, cancelou uma visita que faria ao Cairo após citar o caso de Nour ao então ministro do Exterior do Egito, Ahmed Aboul Gheit, em uma “tensa reunião”<sup>19</sup>. No dia seguinte, de forma surpreendente, Mubarak fez um pronunciamento no qual solicitava ao Parlamento egípcio uma emenda constitucional que permitisse ao país realizar eleições multipartidárias pela primeira vez em sua história<sup>20</sup>.

O que parecia uma grande concessão por parte de Mubarak era, na prática, uma medida simplesmente superficial, um exemplo claro do que Dunne e Ottaway (2007, p. 5) chamam de “modelo do Bahrein” de democratização cosmética promovida por regimes autoritários no Oriente Médio, que consiste “em reformar as instituições políticas fazendo com que o país projete uma imagem de mudança, mas não realize uma significativa redistribuição de poder”. A administração Bush pareceu aceitar as pequenas e incompletas reformas promovidas por Mubarak e acreditar que a atuação de Washington tratava-se mesmo de um apoio à democratização, como deixa transparecer discurso de Condoleezza Rice na Universidade Americana do Cairo, em junho de 2005<sup>21</sup>.

Por 60 anos, meu país, os Estados Unidos, perseguiram estabilidade à custa de democracia nesta região – e não conseguimos nenhuma das duas coisas. Agora, estamos tomando um caminho diferente. Estamos apoiando as aspirações democráticas de todas as pessoas.

O engodo de Mubarak ficou claro com o passar do tempo. A eleição presidencial, realizada em setembro de 2005, foi marcada por repressão, fraudes e irregularidades; as legislativas, em novembro, por prisões em massa de integrantes da Irmandade Muçulmana, cujos candidatos (oficialmente registrados como “independentes”) tinham obtido resultado positivo na primeira fase de votação; Ayman Nour (que se candidatou a

---

<sup>18</sup> Ibid

<sup>19</sup> KESSLER, Glenn. Rice Drops Plans for Visit to Egypt. The Washington Post, 26 fev 2005. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A54613-2005Feb25.html>

<sup>20</sup> MACFARQUHAR, Neil. Mubarak Pushes Egypt to Allow Freer Elections. The New York Times, 27 fev 2005. Disponível em:

<http://www.nytimes.com/2005/02/27/international/middleeast/27egypt.html?pagewanted=1>

<sup>21</sup> U.S. Department of State. Remarks at the American University in Cairo. Archive, 20 jun 2005.

Disponível em: <http://2001-2009.state.gov/secretary/rm/2005/48328.htm>

presidente e obteve 7% dos votos contra 88% de Mubarak) foi preso novamente em novembro e condenado em dezembro; e, nos anos seguintes, Mubarak realizou reformas cujo objetivo era cercear ainda mais a participação política (LIMA, 2010, p. 31).

O ímpeto dos Estados Unidos pela democratização do Oriente Médio esmoreceu com o resultado positivo da Irmandade Muçulmana nas legislativas do Egito (88 de 454 cadeiras), mas morreu completamente em junho de 2006, quando o Hamas, grupo fundamentalista islâmico inspirado pela Irmandade, venceu o pleito legislativo nos Territórios Palestinos Ocupados. Esses resultados trouxeram o temor de que a democratização do Oriente Médio poderia levar a ditaduras religiosas, confirmando a máxima pessimista de Bernard Lewis de que a democracia na região significaria “um homem, um voto, uma vez”. A esta altura, e nos anos seguintes até sua deposição, em 2011, Mubarak, que expressara seu incômodo com a campanha por democratização a enviados norte-americanos<sup>22</sup>, havia deixado clara sua instância na política externa: ele estava disposto a manter a aliança com os Estados Unidos e Israel, na maior parte das vezes contrariando a vontade da sociedade egípcia, desde que isso não afetasse sua permanência no poder.

### **2.3 O PROCESSO DECISÓRIO NA POLÍTICA EXTERNA DO EGITO**

É uma tradição no Egito que a política externa seja formulada diretamente na Presidência e, muitas vezes, pelo próprio chefe do Executivo. Tal característica esteve presente em diferentes intensidades nos regimes de Nasser, Sadat e Mubarak. Um exemplo do personalismo foi dado em 1978, naquele que é o maior feito da política externa do Egito moderno, a negociação de paz com Israel. Relatou o então presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, que enquanto o premiê israelense Menachem Begin confiava pesadamente em seus assessores e conselheiros, Sadat “queria tomar as decisões por ele mesmo” e “não gostava de ter seus assessores enquanto estava reunido” com Carter<sup>23</sup>.

O personalismo da política externa egípcia deriva do fato de o país viver sob um regime autoritário. Nessas circunstâncias, o processo decisório não é complexo como o de um país mais democrático, no qual o Congresso, burocracias e forças sociais podem

---

<sup>22</sup> KESSLER, Ronald. CIA Chief Hayden: Mubarak Criticized Bush on Freedom. Newsmax, 2 fev 2011. Disponível em <http://www.newsmax.com/RonaldKessler/CIA-Hayden-Mubarak-Bush/2011/02/02/id/384802>

<sup>23</sup> PBS. American Experience – Brokering Peace. Disponível em: [http://www.pbs.org/wgbh/americanexperience/flash\\_interactive\\_view/carter-peace/](http://www.pbs.org/wgbh/americanexperience/flash_interactive_view/carter-peace/)

influenciar, mas, como visto no primeiro capítulo, a elite política nem sempre é uma força homogênea. No caso do Egito, como afirma Dessouki (2010, p. 182), havia influência de diferentes indivíduos e ela dependia “não de sua posição no gabinete ou na burocracia, mas das relações pessoais e acesso ao presidente”. Soma-se a isso o fato, explica Dessouki, de que, na comparação com outros árabes, a sociedade egípcia é mais desenvolvida do ponto de vista organizacional e diversificada intelectualmente. Assim, apesar de seu imenso poder, o líder “precisa assumir diversos papéis de árbitro, mediador e lobista uma vez ou outra” (2010, p. 182).

No caso do governo Mubarak, não há consenso a respeito do tamanho e composição deste pequeno grupo. Segundo Osman (2011, p. 186), ele incluía “o ministro do Interior, os comandantes das Forças Armadas e os chefes dos “ultra-influentes” serviços de inteligência”. Dessouki (2010, p. 184) cita todas essas figuras e inclui o primeiro-ministro, o presidente do Parlamento e o ministro de Relações Exteriores, que, segundo o autor, teve seu papel “expandido significativamente” sob Mubarak (2010, p. 185). Cabe notar que, no fim do governo Mubarak, ascendeu dentro do Partido Nacional Democrático a figura de seu filho mais novo, Gamal Mubarak, que se tornou a “face externa” do regime (LIMA, 2014, p. 6).

Ainda que se possa falar de uma disputa interna no círculo íntimo da presidência egípcia, o modelo de processo decisório do país se aproxima, como afirma Dessouki, de dois dos modelos estabelecidos por Charles Hermann, o *leader-staff group* ou o *presidential center*, que se configuram pela existência de “um tomador de decisão autoritário, que pode agir sozinho, com pouca ou nenhuma consulta a outras pessoas ou instituições, com exceção de um pequeno grupo de conselheiros subordinados” (2010, p. 182). Um retrato disso é a possibilidade de, como afirma Shama (2012, p. 63), a política externa do Egito sob Mubarak ser um reflexo dos principais traços da personalidade do líder: a cautela, a obsessão com a segurança, a falta de visão estratégica, pragmatismo, e a falta de carisma.

## **2.4 A POLÍTICA EXTERNA DA IRMANDADE MUÇULMANA**

Uma base para analisar a política externa de Mohamed Morsi, irmão muçulmano eleito presidente do Egito em junho de 2012 e derrubado em julho de 2013, é o artigo publicado por Amr Darrag, então presidente do Comitê de Relações Exteriores do Partido

Liberdade e Justiça (PLJ), braço político da Irmandade, no site da revista *Foreign Policy* em 16 de outubro de 2012. Intitulado *Uma Política Externa Revolucionária*, o artigo dá indicações do que a Irmandade Muçulmana, ao menos no campo das intenções, prometia fazer ao chegar ao poder.

Darrag abre suas argumentações com críticas ao regime Mubarak, um período no qual o Egito “perdeu completamente suas posições de liderança cultural, religiosa e política” e em que a política externa “foi responsabilidade de um único indivíduo”. Diante disso, afirma Darrag, todas as instituições do Estado e grupos sociais devem ter um “papel ativo” na “formação e implementação” da política externa egípcia, que por sua vez deveria “refletir as visões do maior número possível de partidos egípcios”.

Sem citar os EUA, Darrag faz críticas ao alinhamento automático de Cairo com Washington. O político diz que as relações com “todos os países” devem se basear em “igualdade e interesses mútuos – não em dependência e dominação” e afirma que o Egito deve passar por uma “transição gradual de sua abordagem permanente de aliança única, para uma política de relações internacionais que enfatize laços com todos os países”.

O integrante do FJP trata também de um tema sensível para a Irmandade Muçulmana, o Estado de Israel. A questão palestina é “central na agenda política” dos irmãos muçulmanos desde os anos 1930 (PARGETER, 2013, p. 199) e até seus elementos mais reformistas mantêm um discurso dúbio com relação à existência de Israel (PARGETER, 2013, p. 202), o que levanta suspeitas sobre a renúncia à violência feita pela Irmandade na década de 1970. No artigo de 2012, Darrag não cita Israel, mas lembra o tratado de paz entre os dois países ao afirmar que o Egito “vai continuar a respeitar as convenções e tratados assinados com todas as outras nações” e que a nova política externa egípcia deve “respeitar os princípios e normas desenvolvidos pela comunidade internacional para resolver conflitos entre nações”. Darrag, entretanto, lembra que os tratados devem ser cumpridos estritamente (em Camp David, Egito e Israel trataram da questão palestina, mas esta parte do acordo jamais foi colocada em prática) e enfatiza “a necessidade de apoiar o povo palestino a obter todos os seus direitos legítimos”.

Morsi e a Irmandade Muçulmana ficaram no poder no Egito por exatos um ano e três dias. O período de análise é curto, porém foi possível observar algumas mudanças na política externa egípcia, bem como as limitações impostas à atuação do novo presidente por variáveis endógenas e exógenas ao Egito. Analisaremos aqui três aspectos da política externa egípcia: relações com os EUA, com o Irã e com Israel.

## **Estados Unidos e Egito**

No artigo em que traçou os planos da Irmandade Muçulmana para a política externa egípcia, Amr Darrag estabeleceu como uma das prioridades o fim da “aliança única” mantida por Mubarak com os Estados Unidos. No tempo em que esteve no poder, Morsi de fato buscou ampliar o leque de parceiros do Egito. Isso fica claro ao se observar as viagens internacionais feitas por ele. Morsi visitou a Europa duas vezes (setembro/2012 e janeiro/2013) e esteve em todos nos cinco países do grupo dos Brics, sendo que em mais de uma oportunidade manifestou o interesse de se integrar a este heterogêneo grupo e formar o E-Brics<sup>24</sup>.

Essa ação, cuja intenção era tornar mais plural a agenda de aliados do Egito, não confrontou os EUA. No curto período de tempo em que Morsi esteve no poder, foi possível verificar que Washington via seu governo como amplamente legítimo. Em março de 2013, o então secretário de Estado norte-americano, John Kerry, visitou o Egito e participou de um longo encontro particular com Morsi, no qual pediu esforços pela reconciliação política e pela realização de reformas capazes de contemplar a população<sup>25</sup>. Kerry anunciou linhas de crédito de US\$ 60 milhões para pequenos negócios e estudantes, uma ajuda de US\$ 190 milhões para o orçamento egípcio e manifestou o desejo de ver o Egito acertar um pacote de ajuda financeira com o Fundo Monetário Internacional o mais rápido possível<sup>26</sup>.

A visita foi saudada pelo governo Morsi como sinal da “determinação dos EUA de lidar com o status quo legítimo e constitucional”<sup>27</sup> do Egito, mas não agradou à oposição. Durante a passagem pelo Cairo, Kerry foi esnobado por cinco dos 11 líderes opositores convidados para um encontro na embaixada dos EUA, e criticou a postura de boicote deste bloco tanto ao governo Morsi quanto às eleições parlamentares marcadas, ao afirmar que “ser ativo e participar de maneira pacífica é essencial para a construção de comunidades fortes e democracias saudáveis”<sup>28</sup>. É interessante notar que, durante o governo Morsi, se proliferaram pelo Egito, por meio de veículos de imprensa como a

---

<sup>24</sup> ANEJA, Atul. Egypt’s Morsy pitches for ‘E-BRICS’. The Hindu, 19 mar 2013. Disponível em: <http://www.thehindu.com/news/international/world/egypts-morsy-pitches-for-ebrics/article4521608.ece>

<sup>25</sup> KERRY, John. U.S. Support for the Egyptian People, 3 mar 2013. Disponível em: <http://www.state.gov/secretary/remarks/2013/03/205579.htm>

<sup>26</sup> *ibid*

<sup>27</sup> GEARAN, Anne. After meeting Morsi, Kerry releases immediate aid to Egypt. The Washington Post, 3 mar 2013. Disponível em: [http://www.washingtonpost.com/world/middle\\_east/after-meeting-morsi-kerry-releases-immediate-aid-to-egypt/2013/03/03/07295f38-841b-11e2-98a3-b3db6b9ac586\\_story.html](http://www.washingtonpost.com/world/middle_east/after-meeting-morsi-kerry-releases-immediate-aid-to-egypt/2013/03/03/07295f38-841b-11e2-98a3-b3db6b9ac586_story.html)

<sup>28</sup> GUARDIAN, The. Kerry stresses need for Egyptian unity and reform in talks with Morsi, 3

emissora *OnTV* e o jornal *Rose El-Yousef*, teorias conspiratórias segundo as quais o então presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, seria um irmão muçulmano ou estaria sendo enganado por uma “célula dormente” da Irmandade implantada na Casa Branca<sup>29</sup> – só isso “explicaria” os motivos de Washington estar apoiando um governo “ilegítimo” como o da Irmandade Muçulmana. Apesar do caráter bizarro desses fatos, eles são relevantes pois estão no pano de fundo da política externa egípcia após o golpe de 3 de julho de 2013, como veremos mais à frente.

A explicação para a postura da administração Obama diante do governo Morsi é bastante mais simples. É fundamental para Washington ter o Egito como aliado regional, uma condição que depende das relações entre Cairo e Teerã e entre Cairo e Tel Aviv. O realismo com que os EUA veem o Egito foi exposto no segundo livro de memórias da ex-secretária de Estado dos Estados Unidos Hillary Clinton. Na obra, ela descreve longamente as negociações com Morsi e integrantes do governo da Irmandade Muçulmana a respeito do conflito entre Israel e o Hamas na Faixa de Gaza em outubro de 2012 e debate a necessidade de Washington se portar de forma “realista” em regiões como o Oriente Médio. “A América sempre vai fazer o que for preciso para manter nossa população segura e fazer avançar nossos interesses essenciais”, afirma (CLINTON, 2014, p. 361). “Algumas vezes isso significa trabalhar com parceiros com os quais temos discordâncias profundas” (ibid). A afirmação vale para ditaduras como a de Mubarak, mas vale também para a Irmandade Muçulmana, como ficou claro diante do comportamento da diplomacia norte-americana.

### **Israel e Egito**

Uma avaliação crítica ao governo Morsi afirma que sua política externa “foi desastrosa e ameaçava os mais vitais interesses nacionais do país” pois, apesar de Morsi não ter dado “grandes passos que afetavam diretamente as relações com os Estados Unidos ou Israel a curto prazo”, o presidente egípcio estava “plantando as sementes para uma drástica mudança na orientação e operação da política externa” do Egito (EL-ADAWY, 2013). Há poucas evidências, entretanto, de que este tenha sido o caso.

---

<sup>29</sup> BLUMENTHAL, Max. How right wing conspiracy theories found a home in Egypt. Salon, 29 ago 2013. Disponível em: [http://www.salon.com/2013/08/29/how\\_bachmann\\_sold\\_egypt\\_on\\_the\\_obama\\_muslim\\_brotherhood\\_link\\_partner/](http://www.salon.com/2013/08/29/how_bachmann_sold_egypt_on_the_obama_muslim_brotherhood_link_partner/)

Na relação com Israel, o governo da Irmandade Muçulmana foi, na realidade, comedido. Em 31 de julho de 2012, dias após a posse de Morsi, o jornal israelense *Haaretz* publicou reportagem afirmando que o presidente egípcio mandara uma carta para o presidente de Israel, Shimon Peres, na qual prometia realizar os “melhores esforços” para colocar o processo de paz do Oriente Médio de “volta nos trilhos” e obter “segurança e estabilidade para todos os povos da região”, incluindo o israelense<sup>30</sup>. No mesmo dia, o porta-voz de Morsi negou a existência da carta<sup>31</sup>. Em outubro de 2012, a situação se repetiu. Desta vez, o *The Times of Israel* publicou uma carta na qual Morsi chamava Peres de “grande e bom amigo” e expressava “a mais alta estima e consideração”<sup>32</sup> pelo presidente israelense. Desta vez, o porta-voz de Morsi confirmou a veracidade do documento<sup>33</sup>. O ato gerou indignação entre integrantes da Irmandade Muçulmana, que chamaram a notícia de “fabricação da mídia sionista”<sup>34</sup>, e provocou o desligamento de um deles, segundo quem o tratamento dado a Peres era uma “traição nacional e religiosa” e “destruía a história da Irmandade Muçulmana e tudo no que acreditavam”.<sup>35</sup>

Atacar Israel é um comportamento que faz parte da retórica dos irmãos muçulmanos. Ocorre que, durante a gestão Morsi, a tática usada por ele era exatamente igual à empregada por Mubarak. Publicamente, Israel servia como bode expiatório para diversos dos problemas do Egito, mas esta crítica era feita pela Irmandade Muçulmana e não pela Presidência do Egito, uma diferença sutil, mas ainda significativa. Enquanto isso, nos bastidores, a cooperação era intensa. Em agosto de 2012, por exemplo, a Irmandade Muçulmana culpou o Mossad<sup>36</sup>, serviço de Inteligência externo de Israel, por um ataque contra militares egípcios no Sinai. No mesmo período, a cooperação de segurança entre

---

<sup>30</sup> RAVID, Barak. Morsi's first message to Israel || Egypt's president wrote to Peres: I hope for peace and stability in Middle East. *Haaretz*, 31 jul 2012. Disponível em: <http://www.haaretz.com/news/diplomacy-defense/egypt-s-president-wrote-to-peres-i-hope-for-peace-and-stability-in-middle-east-1.455001>

<sup>31</sup> RAVID, Barak. Egypt denies Morsi sent letter to Israeli President Shimon Peres. *Haaretz*, 31 jul 2012. Disponível em: <http://www.haaretz.com/news/diplomacy-defense/egypt-denies-morsi-sent-letter-to-israeli-president-shimon-peres-1.455053>

<sup>32</sup> AHREN, Raphael. New Egyptian ambassador brings Israel ‘message of peace’. *The Times of Israel*, 17 out. 2012. Disponível em: <http://www.timesofisrael.com/new-egyptian-ambassador-brings-israel-a-message-of-peace/>

<sup>33</sup> THE TIMES OF ISRAEL. Morsi’s office confirms warm letter to Peres is authentic. 18 out 2012. Disponível em: <http://www.timesofisrael.com/morsis-office-confirms-warm-letter-to-peres-is-authentic/>

<sup>34</sup> MILLER, Elhanan. Morsi’s warm letter to Peres sparks anger and denial in Egypt. *The Times of Israel*, 18 out 2012. Disponível em: <http://www.timesofisrael.com/morsi-letter-to-peres-sparks-uproar-in-egypt/>

<sup>35</sup> AL-AHRAM. Leading FJP member resigns in protest at Morsi's letter to Israel. 22 out 2012. Disponível em: <http://english.ahram.org.eg/NewsContent/1/64/56278/Egypt/Politics-/Leading-FJP-member-resigns-in-protest-at-Morsis-le.aspx>

<sup>36</sup> KHOURY, Jackie. Egypt's Muslim Brotherhood blames Sinai attack on Mossad. *Haaretz*, 6 ago 2012. Disponível em: <http://www.haaretz.com/news/diplomacy-defense/egypt-s-muslim-brotherhood-blames-sinai-attack-on-mossad-1.456403>

Israel e o Egito era considerada, por integrantes de ambos governos, como “uma das mais intensas desde o acordo de paz”<sup>37</sup>.

Um grande desafio para Morsi foi o conflito ocorrido na Faixa de Gaza em outubro de 2012 entre Israel e o Hamas, organização palestina em cuja origem e inspiração está a Irmandade Muçulmana. Hillary Clinton (2014, p. 485) relata que a equipe do então presidente egípcio, novata, estava insegura ao lidar com os palestinos e “parecia desconfortável em torcer os braços deles para conseguir chegar a um acordo”. No fim das contas, as partes chegaram a um consenso, o cessar-fogo “se sustentou melhor do que qualquer um esperava” (ibid, p. 487), e Morsi marcou um importante ponto diplomático. Uma avaliação de sua atuação naquele episódio afirma que Morsi conseguiu “mostrar apoio suficiente aos palestinos”, mas “sem colocar em risco os laços com Israel e os EUA”<sup>38</sup>. Morsi, continua a análise, usou o “pragmatismo pelo qual a Irmandade é conhecida” e agiu “mais como realista do que como ideólogo”. Mais importante, Morsi conseguiu, ao menos sob os olhos do público egípcio, se diferenciar do regime Mubarak ao se postar ao lado da causa palestina, ao contrário do antecessor, percebido como “subserviente aos EUA e a Israel”.

## **Irã e Egito**

Uma sensível diferença entre os governos Mubarak e Morsi se deu na relação com o Irã. Os dois países não têm laços diplomáticos desde 1979, quando Cairo recebeu o xá Mohammad Reza Pahlavi após a Revolução Iraniana, e, durante o regime Mubarak, a relação foi marcada pela hostilidade. O ditador egípcio via o Irã como uma “ameaça estratégica primária”<sup>39</sup> e classificava o apoio iraniano ao Hamas, seus ataques públicos pela mídia, o contrabando de armas e fundos ilícitos, e a tentativa de influenciar eventos na Faixa de Gaza, no Líbano, no Iraque e no Sudão como prova de que “a influência iraniana estava se espalhando como um câncer”<sup>40</sup> desde o Golfo até o Marrocos. Para Mubarak, o Irã tinha um plano de “pan-xiismo” e buscava “dominar o Oriente Médio”<sup>41</sup>.

---

<sup>37</sup> HAREL, Amos & ISSACHAROFF, Avi. Israel-Egypt security cooperation at one of highest levels since peace deal, say officials on both sides. Haaretz, 9 ago 2012. Disponível em: <http://www.haaretz.com/blogs/east-side-story/israel-egypt-security-cooperation-at-one-of-highest-levels-since-peace-deal-say-officials-on-both-sides-1.457085>

<sup>38</sup> KHALAF, Roula & SALEH, Heba. Morsi praised for role in Gaza crisis. Financial Times, 22 nov de 2012. Disponível em: <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/db1c443a-34c1-11e2-99df-00144feabdc0.html#axzz2mvQiz91d>

<sup>39</sup> Scen setter for ambassador Ross' visit to Egypt. WikiLeaks, 28 abr 2009. Disponível em: <http://wikileaks.org/cable/2009/04/09CAIRO722.html>

<sup>40</sup> Ibid

<sup>41</sup> Ibid

A chegada de Morsi ao poder mudou as relações entre os Estados, pois o novo presidente tentou normalizar o relacionamento entre Cairo e Teerã. Alguns acenos foram feitos nesta direção em agosto de 2012. O primeiro e mais importante foi o lançamento de uma proposta de paz para a Síria que incluiria nas negociações, além do Egito, a Turquia, a Arábia Saudita (ambas contrárias ao governo de Bashar al-Assad) e o Irã, rival de turcos e sauditas e principal apoiador de Assad. A ideia não saiu do campo das palavras, mas indicou o desejo do Egito de legitimar o papel do Irã no Oriente Médio. Em segundo lugar, Morsi decidiu visitar Teerã, na primeira viagem de um presidente egípcio ao Irã em 30 anos, para uma conferência do Movimento dos Países Não-Alinhados.

O ensaio de um realinhamento entre Irã e Egito provocou apreensão nos Estados Unidos e também em seus principais aliados na região: Israel e as monarquias sunitas do Golfo, com destaque para a Arábia Saudita, que consideram o Irã uma ameaça existencial e o Egito uma peça fundamental na contenção do poder iraniano. O flerte com o Irã, entretanto, pode ter sido também um sinal de pragmatismo. Nas palavras do analista Ronen A. Cohen, “Cairo ganha [*com a aproximação*] sem dar nada em troca a Teerã”, pois consegue se postar como mediador “sem abrir mão de qualquer coisa significativa que prejudique sua relação com o Ocidente ou Israel” (BEN SOLOMON, 2013). É interessante notar que a aproximação com o Irã teve também resistências endógenas. Em fevereiro de 2013, o então presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, esteve no Cairo e visitou duas mesquitas importantes para os xiitas, provocando a indignação de setores salafistas<sup>42</sup>, radicais sunitas que, no período pós-Mubarak, passaram a se engajar na política e ganharam grande importância ao obter cerca de 25% dos votos para o Parlamento egípcio (LIMAA, 2013, p. 19). Em abril de 2013, o peso dos salafistas foi sentido quando o governo Morsi decidiu suspender a rota aérea Cairo-Teerã estabelecida, após 30 anos, na semana anterior. Não houve justificativa oficial, mas a ação foi interpretada como tendo sido tomada após a pressão dos grupos salafistas egípcios<sup>43</sup>.

---

<sup>42</sup> SALAH, Fady. Salafis, Shi'a react to Ahmadinejad visit. The Daily News Egypt, 6 fev 2013. Disponível em: <http://www.dailynewsegypt.com/2013/02/06/salafis-shia-react-to-ahmadinejad-visit/>

<sup>43</sup> ASSOCIATED PRESS. Egypt suspends tourist flights with Iran. Yahoo News, 8 abr 2013. Disponível em: <http://news.yahoo.com/egypt-suspends-tourist-flights-iran-134325704--finance.html>

## 2.5 A POLÍTICA EXTERNA DO EGITO PÓS-IRMANDADE MUÇULMANA

A política externa do Egito após a queda de Mohamed Morsi é uma consequência do clima político sectário que tomou conta do país antes de sua derrubada. Como visto no primeiro artigo, o período final do governo dos irmãos muçulmanos foi marcado pela transformação da política egípcia em um jogo de soma zero. Para os atores políticos de maior expressão, só era possível escolher um de dois lados: o favorável à Irmandade Muçulmana ou o contrário ao movimento. Sem dúvida, a indignação de milhões de egípcios com o governo Morsi naquele momento era genuína e justificada, mas a significativa ação subterrânea do chamado “Estado profundo” para fomentar o clima de divisão e a aversão ao governo foi determinante.

Dias após a derrubada de Morsi, chamou atenção a melhora nos serviços de distribuição de gás e eletricidade no Egito, bem como o reforço do policiamento no Cairo. A recuperação repentina desses serviços públicos, “aparentemente miraculosa” segundo a observação de correspondentes do jornal *The New York Times*, indicava que funcionários públicos remanescentes da era Mubarak “tiveram papel significativo – intencional ou não – em debilitar a qualidade de vida geral sob a administração islamista de Mohamed Morsi”<sup>44</sup>. A mesma reportagem destacou que figuras importantes do velho *establishment*, próximas a Mubarak e aos principais generais do Exército, ajudaram, nos bastidores, “a financiar, aconselhar e organizar aqueles determinados a derrubar a liderança islamista”<sup>45</sup>. Entre os nomes citados estavam o do bilionário Naguib Sawiris e o da ex-juíza da Suprema Corte Tahani el-Gebali, ligados pela reportagem ao *Tamarod*. Movimento comandado por jovens, o *Tamarod*, durante meses, coletou assinaturas pelo impeachment de Morsi até liderar, em 30 de junho de 2013, as imensas manifestações que tiveram como desfecho a derrubada do governo em 3 de julho daquele ano. Dias após a consumação do golpe, Waleed al-Masry, um dos cinco fundadores do *Tamarod*, admitiu o “contato regular com um grupo de militares aposentados” que servira, segundo outro integrante do grupo, de “ponte entre nós [o *Tamarod*] e o Exército em preparação para 30 de junho”<sup>46</sup>. Moheb Doss, também fundador do *Tamarod*, relatou “comunicações

---

<sup>44</sup> HUBBARD, Ben e KIRKPATRIC, David D. Sudden Improvements in Egypt Suggest a Campaign to Undermine Morsi. *The New York Times*, 10 jul 2013. Disponível em: [http://www.nytimes.com/2013/07/11/world/middleeast/improvements-in-egypt-suggest-a-campaign-that-undermined-morsi.html?pagewanted=all&\\_r=0](http://www.nytimes.com/2013/07/11/world/middleeast/improvements-in-egypt-suggest-a-campaign-that-undermined-morsi.html?pagewanted=all&_r=0)

<sup>45</sup> Ibid

<sup>46</sup> GIGLIO, Mike. A Cairo Conspiracy. *The Daily Beast*, 12 jul 2013. Disponível em: <http://www.thedailybeast.com/articles/2013/07/12/a-cairo-conspiracy.html>

individuais entre pessoal do *Tamarod* e instituições do Estado”, que eram “bem conhecidas pelos líderes” do grupo.

Meses depois, o mesmo Doss admitiu que os outros três fundadores do grupo, Hassan Shahin, Mohammed Abdel Aziz e Mahmoud Badr recebiam ordens do Ministério do Interior e de Abdel Fattah al-Sissi, então chefe do Exército, e centralizavam as ações do *Tamarod*, tornando seus discursos cada vez mais favoráveis às Forças Armadas, mesmo que isso contrariasse os debates internos do movimento<sup>47</sup>. A história contada por Doss vai ao encontro de uma reportagem especial da *Reuters*, segundo a qual o Ministério do Interior, responsável pelas forças de segurança internas do Egito, inclusive a polícia, foi a “força-chave” por trás da derrubada de Morsi<sup>48</sup>. Para a polícia, que combateu e perseguiu os irmãos muçulmanos por décadas, o movimento é um grupo terrorista sem qualquer legitimidade, ainda que Morsi tivesse sido eleito. A arraigada animosidade entre polícia e Irmandade fez o Ministério do Interior se mobilizar contra o grupo, relata a reportagem, usando para isso a aproximação com o Exército e o fortalecimento de grupos civis anti-Morsi<sup>49</sup>. Segundo fontes ouvidas pelos jornalistas, “funcionários do ministério e policiais ajudaram [o *Tamarod*] a coletar assinaturas para a petição [pela saída de Morsi], ajudaram a distribuí-la, assinaram o documento e se juntaram aos protestos”<sup>50</sup>. A sucessão de erros políticos de Morsi e da Irmandade, que contribuíram para acirrar os ânimos, completaram o quadro para que o Exército entrasse em cena novamente e derrubasse o governo.

Com a queda de Morsi, Sissi emergiu automaticamente como protagonista da política egípcia, líder de um bloco formado por militares, religiosos, civis e políticos que tinha como único elemento aglutinador a oposição à Irmandade Muçulmana. Em agosto de 2013, o governo interino, cuja face civil era a do ex-chefe da Suprema Corte Adly Mansour e o líder de fato o próprio Sissi, mostrou qual seria o tratamento dispensado à Irmandade. Ao dispersar as ocupações de irmãos muçulmanos nas praças caiotas Nahda e Rabaa al-Adawiya, uma ação levada a cabo pelo Ministério do Interior, a polícia egípcia

---

<sup>47</sup> FRANKEL, Sheera e MAGED, Atef. How Egypt's Rebel Movement Helped Pave The Way For A Sisi Presidency. BuzzFeed, 15 abr 2014. Disponível em: <http://www.buzzfeed.com/sheerafrankel/how-egypts-rebel-movement-helped-pave-the-way-for-a-sisi-pre>

<sup>48</sup> ALSHARIF, Asma e SALEH, Yasmine. Special Report - The real force behind Egypt's 'revolution of the state'. Reuters, 10 out 2013. Disponível em: <http://uk.reuters.com/article/2013/10/10/uk-egypt-interior-special-report-idUKBRE99908720131010>

<sup>49</sup> Ibid

<sup>50</sup> Ibid

matou ao menos 1.150 pessoas<sup>51</sup>. Aquele episódio foi o marco zero de uma política de repressão draconiana, comparável à existente durante o período nasserista, cujo alvo primordial são os islamistas, mas que atinge virtualmente qualquer forma de dissenso contra o governo. A perseguição aos opositores inclui uma lei anti-protesto, que torna a realização de manifestações de massa quase impossível<sup>52</sup>; a classificação da Irmandade Muçulmana como organização terrorista<sup>53</sup>; uma Constituição que impede a supervisão civil sobre atos e gastos militares<sup>54</sup>; a prisão de ao menos 40 mil pessoas por motivos políticos<sup>55</sup>; a demissão de 12 mil imãs e determinação de que os sermões das mesquitas sigam as diretrizes do Ministério do Legado Religioso<sup>56</sup>; uma nova lei eleitoral que reabilita os integrantes do NDP, o partido de Mubarak<sup>57</sup>; um decreto que devolve ao presidente o direito de escolher os reitores das universidades<sup>58</sup>; a entrega de parte da infraestrutura de comunicações do Egito ao Ministério da Defesa<sup>59</sup>, dando às Forças Armadas poder de regulação sobre as telecomunicações do país; a inclusão de civis na polícia<sup>60</sup>; a permissão de prisões dentro das mesquitas<sup>61</sup>; a expansão do papel do Exército na segurança pública<sup>62</sup>; a suspensão de 56 juízes que manifestaram apoio a Mohamed

---

<sup>51</sup> All According to Plan - The Rab'a Massacre and Mass Killings of Protesters in Egypt. Human Rights Watch, 12 ago 2014. Disponível em: <http://www.hrw.org/node/127942>

<sup>52</sup> KINGSLEY, Patrick. Egypt's interim president Adly Mansour signs 'anti-protest law'. The Guardian, 24 nov 2013. Disponível em: <http://www.theguardian.com/world/2013/nov/24/egypt-interim-president-anti-protest-law>

<sup>53</sup> CUNNINGHAM, Erin. Egypt's military-backed government declares Muslim Brotherhood a terrorist organization. The Washington Post, 25 dez 2013. Disponível em: [http://www.washingtonpost.com/world/middle\\_east/egypts-military-backed-government-declares-muslim-brotherhood-a-terrorist-organization/2013/12/25/7cf075ca-6da0-11e3-aecc-85cb037b7236\\_story.html](http://www.washingtonpost.com/world/middle_east/egypts-military-backed-government-declares-muslim-brotherhood-a-terrorist-organization/2013/12/25/7cf075ca-6da0-11e3-aecc-85cb037b7236_story.html)

<sup>54</sup> REVKIN, Mara. Worse than Mubarak. Foreign Affairs, 11 fev 2014. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/140729/mara-revkin/worse-than-mubarak>

<sup>55</sup> AbdAllah, ABDELHALIM H. Over 40,000 arrests related to political turmoil since Morsi's ouster: Wiki Thawra. The Daily News Egypt, 25 mai 2014. Disponível em: <http://www.dailynewsegypt.com/2014/05/25/40000-arrests-related-political-turmoil-since-morsis-ouster-wiki-thawra/>

<sup>56</sup> ECONOMIST, The. Manipulating the minarets, 2 ago 2014. Disponível em: <http://www.economist.com/news/middle-east-and-africa/21610303-government-wants-control-mosques-manipulating-minarets>

<sup>57</sup> DAWOUD, Khaled. Egypt's Parliamentary Elections Law: A Setback for Democracy. Egypt Source, 26 jun 2014. Disponível em: <http://www.atlanticcouncil.org/blogs/egyptsource/egypt-s-parliamentary-elections-law-a-setback-for-democracy>

<sup>58</sup> KOUDDOS, Sharif Abdel. Sada, 28 out 2014. Disponível em: [http://carnegieendowment.org/sada/2014/10/28/egypt-s-1984/hsxz?mkt\\_tok=3RkMMJWWff9wsRokuqXJZKXonjHpfX64u8uW6Og38431UFwdcjKpmjr1YEDSct0aPyQAgobGp5I5FEIQ7XYTLB2t60MWA%3D%3D](http://carnegieendowment.org/sada/2014/10/28/egypt-s-1984/hsxz?mkt_tok=3RkMMJWWff9wsRokuqXJZKXonjHpfX64u8uW6Og38431UFwdcjKpmjr1YEDSct0aPyQAgobGp5I5FEIQ7XYTLB2t60MWA%3D%3D)

<sup>59</sup> Ibid

<sup>60</sup> Ibid

<sup>61</sup> Ibid

<sup>62</sup> Ibid

Morsi<sup>63</sup>; uma nova lei de ONGs que veda o financiamento dessas entidades por estrangeiros<sup>64</sup>; e a publicação de três sentenças judiciais com condenações à morte em massa contra dissidentes<sup>65</sup>.

Sob tal onda de repressão e autoritarismo, Sissi construiu sua política externa, uma nitidamente marcada pela centralidade da segurança e pela oposição ao islamismo, características que são “em grande parte, uma consequência de suas próprias preocupações domésticas sobre o islamismo, a militância, o terrorismo e a instabilidade” (HANNA, 2014), uma postura que “ecoa os esforços internos do regime nascente para consolidar o poder e impor novamente a estabilidade repressiva” (ibid).

Também é possível afirmar que a política externa de Sissi deriva de uma visão de mundo que mistura características religiosas e nacionalistas, mas sempre em oposição às crenças da Irmandade Muçulmana. Antes de ser eleito, Sissi se posicionou como um defensor do islã contra a interpretação religiosa dos irmãos muçulmanos e pediu uma “revisão das posições” e do “discurso religioso ultrapassado”<sup>66</sup>. Uma vez no cargo, Sissi estabeleceu um programa de renovação religiosa, levado a cabo pelo Ministério do Legado Religioso e pela mesquita Al-Azhar, que, segundo ele, encontraria uma “opinião pública pronta para o tipo de renovação que temos em mente, de rejeitar o terrorismo e o extremismo e reviver a tolerância e a moderação da fé muçulmana”<sup>67</sup>. Logo após o golpe, Sissi também demonstrou rejeitar a forma como a Irmandade Muçulmana, segundo ele, encara o Estado egípcio<sup>68</sup>.

O dilema entre o ex-presidente e o povo se originou na ideologia que a Irmandade Muçulmana adotou para construir o país, que é baseada na restauração do império islâmico. (...) O conceito de Estado com [a Irmandade] é completamente diferente do conceito de

---

<sup>63</sup> YOUSSEF, Adham. The Daily News Egypt, 3 nov 2014. Disponível em:

<http://www.dailynewsegypt.com/2014/11/03/56-judges-suspended-brotherhood-support/>

<sup>64</sup> HELLYER, H.A. The end of an era for Egypt's NGOs. Al-Arabiya, 10 nov 2014. Disponível em:

<http://english.alarabiya.net/en/views/news/middle-east/2014/11/10/The-end-of-an-era-for-Egypt-s-NGOs.html>

<sup>65</sup> HUMAN RIGHTS WACTH. Egypt: Judge Issues Mass Death Sentences, 3 dez 2014. Disponível em:

<http://www.hrw.org/news/2014/12/03/egypt-judge-issues-mass-death-sentences>

<sup>66</sup> PERRY, Tom. Egypt's Sisi turns Islam on the Islamists. Reuters, 9 mai 2014. Disponível em:

<http://www.reuters.com/article/2014/05/09/us-egypt-sisi-religion-idUSBREA480G820140509>

<sup>67</sup> Associated Press. A transcript of AP's full interview with Egypt's al-Sisi. 21 set 2014. Disponível em:

<http://www.ynetnews.com/articles/0,7340,L-4573209,00.html>

<sup>68</sup> WEYMOUTH, Lilly. Excerpts from Washington Post interview with Egyptian Gen. Abdel Fatah al-Sissi. The Washington Post, 5 ago 2013. Disponível em:

[http://www.washingtonpost.com/world/middle\\_east/washington-post-interviews-egyptian-gen-abdel-fatah-al-gen-sissi/2013/08/03/6409e0a2-fbc0-11e2-a369-d1954abcb7e3\\_story.html](http://www.washingtonpost.com/world/middle_east/washington-post-interviews-egyptian-gen-abdel-fatah-al-gen-sissi/2013/08/03/6409e0a2-fbc0-11e2-a369-d1954abcb7e3_story.html)

qualquer Estado moderno que podemos encontrar no mundo. Eles olham para as fronteiras políticas como limites criados pelo imperialismo para dividir o mundo islâmico. (...) A ideia que os une não é o nacionalismo, não é o patriotismo.

É improvável que seja possível resumir Sissi de uma forma mais apropriada do que fez a inteligência de Israel ao analisar o novo homem-forte do Egito e afirmar que se tratava de uma pessoa que se via “em uma missão de deus para salvar o Egito”<sup>69</sup>. A seguir, analisaremos a política externa do Egito após a saída da Irmandade Muçulmana em relação a Estados Unidos, Israel e o Irã.

### **Estados Unidos e Egito**

Nascido de um golpe militar com apoio popular e galvanizado por uma “guerra ao terror” cujo alvo era a Irmandade Muçulmana, o novo governo egípcio deixou claro que exigiria apoios firmes. Da Casa Branca, não foi isso o que teve.

No dia do golpe contra Morsi (3 de julho de 2013), Obama, claramente ciente das teorias conspiratórias segundo as quais sua administração era pró-Irmandade Muçulmana, divulgou comunicado afirmando que “os Estados Unidos não apoiam indivíduos ou partidos políticos”, mas manifestando “profunda preocupação com a decisão das Forças Armadas de remover o presidente Morsi” e anunciando uma análise das “implicações [do golpe] à luz das leis dos EUA para a nossa assistência ao governo do Egito”<sup>70</sup>. Era um recado claro às Forças Armadas egípcias, que recebem a maior parte da ajuda anual de cerca de US\$ 1,5 bilhão dos EUA ao Egito. Nos dias subsequentes, em sua complexa tentativa de tráfegar pela tênue linha que dividia os campos pró e anti-Irmandade, a administração Obama pendeu para o segundo grupo. A Casa Branca se recusou a chamar a remoção de Morsi de “golpe”, o que implicaria a suspensão da assistência ao Egito e, em 1º de agosto, John Kerry, o mesmo secretário de Estado que cinco meses antes prometera ajuda a Morsi, afirmou que os militares egípcios estavam “restaurando a democracia” ao destituir o presidente<sup>71</sup>.

---

<sup>69</sup> ENTOUS, Adam & CASEY, Nicholas. Gaza Tension Stoked by Unlikely Alliance Between Israel and Egypt. The Wall Street Journal, 6 ago 2014. Disponível em: <http://www.wsj.com/articles/unlikely-alliance-between-israel-and-egypt-stoked-gaza-tension-1407379093>

<sup>70</sup> OBAMA, Barack. Statement by President Barack Obama on Egypt. 3 jul 2013. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2013/07/03/statement-president-barack-obama-egypt>

<sup>71</sup> GORDON, Michael R. & FAHEEM, Karim. Kerry Says Egypt's Military Was 'Restoring Democracy' in Ousting Morsi. The New York Times, 1 ago 2013. Disponível em: [http://www.nytimes.com/2013/08/02/world/middleeast/egypt-warns-morsi-supporters-to-end-protests.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2013/08/02/world/middleeast/egypt-warns-morsi-supporters-to-end-protests.html?_r=0)

Vieram, então, os massacres nas mesquitas Nahda e Rabaa al-Adawiya, e o pêndulo mudou de lado. Obama condenou os ataques, disse “deplorar a violência contra civis”, suspendeu um treinamento militar conjunto programado para o mês seguinte<sup>72</sup> e adiou a entrega de aviões e helicópteros militares ao Egito. As idas e vindas da Casa Branca com relação ao governo Sissi revelaram uma tentativa de manter influência sobre os rumos do que ocorria no país árabe, um aliado estratégico, sem demonstrar apoio a violações de direitos humanos por parte do regime. É possível dizer que Obama não conseguiu nenhuma das duas coisas. Em primeiro lugar, porque a recusa da Casa Branca de chamar o clamoroso golpe de golpe escancarou o dilema vivido por um país que prega valores morais, mas se vê preso a seus interesses pragmáticos. Em segundo lugar, porque a perda de influência no Egito ficou clara. O principal ponto de contato entre Washington e Cairo era o então secretário de Defesa de Obama, Chuck Hagel, que tinha uma relação pessoal com Sissi. Hagel teve como mensagem prioritária ao governante egípcio a “necessidade de um Estado mais inclusivo e menos violento”, mas “há pouca evidência para sugerir que os esforços de Hagel tenham tido mesmo um efeito mínimo sobre o comportamento de Sissi ou de seu governo” (STANDISH, 2014). Além disso, em 2014, Sissi, após ser eleito presidente em um pleito contestado, procurou criar laços com a Rússia, representação da “necessidade de balancear suas relações externas e [obter] espaço de respiro para lidar com a pressão ocidental sobre o Egito” (BASSIOUNI, 2014).

### **Israel e Egito**

Também na relação com Israel, ficou claro que a ação externa do governo Sissi é pautada pelo duelo existencial com o islã político e suas diversas manifestações. Abundam relatos a respeito da melhoria na cooperação de segurança entre o Egito e Israel após a derrubada de Morsi, o que fez do Hamas, grupo palestino com origem na Irmandade Muçulmana, um alvo óbvio. É exemplo elucidativo disto a sequência de eventos que levaram ao confronto entre Israel e o Hamas entre 8 de julho de 2014 e 26 de agosto do mesmo ano.

Por anos, o Hamas fez parte do chamado “bloco de resistência” do Oriente Médio, ao lado de Irã, Síria e Hezbollah. A transformação da “Primavera Árabe” síria em uma guerra civil de contornos sectários, opondo xiitas e sunitas, tornou a presença do Hamas neste eixo insustentável. O grupo palestino, então, rompeu com o governo de Bashar al-

---

<sup>72</sup> HOLLAND, Steve & MASON, Jeff. Obama cancels military exercises, condemns violence in Egypt. Reuters, 15 ago 2013. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/2013/08/16/us-egypt-protests-obama-idUSBRE97E0N020130816>

Assad, deixou Damasco e passou a figurar na lista de clientes de um polo de poder liderado pelo Catar e pela Turquia. Com a Irmandade Muçulmana governando o Egito, o Hamas conseguiu manter aberto o fluxo de armas e dinheiro provenientes de Doha e Ancara, o que permitia ao grupo governar a Faixa de Gaza, ainda que de forma precária. A situação mudou drasticamente com a derrubada de Morsi, acusado, entre outras coisas, de conspirar com o Hamas para destruir o Egito.

A partir dali, o novo governo do Cairo passou a exercer uma intensa pressão sobre o Hamas, proibindo viagens dos integrantes do grupo, reduzindo o número de habitantes de Gaza autorizados a atravessar para o Egito e destruindo 95% dos túneis ligando o Egito e Gaza. Por esses túneis passavam armas usadas contra Israel, mas também bens que eram taxados pelo Hamas para pagar os salários de mais de 40 mil funcionários públicos na Faixa de Gaza. Espremido pelo Egito e por Israel, o Hamas se viu obrigado a assinar um acordo político com o Fatah para formar um governo de união palestino. Veio, então, o sequestro de três israelenses, o que gerou uma resposta inflamada por parte de Israel, a elevação das hostilidades de lado a lado e o início de uma nova rodada do conflito armado, o que deixou o Hamas com uma “escolha não entre a paz e a guerra, [mas] entre um estrangulamento lento e uma guerra que tem [tinha] a chance, ainda que mínima, de afrouxar o aperto” (THRALL, 2014).

Como mostrou uma investigação do *The Wall Street Journal*, essa pressão sobre o Hamas foi fruto de um acordo entre os governos de Israel e Egito após a subida de Sissi ao poder e Jerusalém entender que, para o general, o Hamas era “igualmente repugnante”<sup>73</sup>. Conta o jornal que os laços entre Israel e Egito se fortaleceram em oposição mútua aos Estados Unidos: Israel fez lobby para Washington não cortar ajuda militar ao Egito; os dois governos se uniram para rejeitar a tese norte-americana de que a pressão sobre os islamistas egípcios os levaria para a ilegalidade, possivelmente provocando uma guerra civil; ambos rejeitaram os alertas de que a pressão sobre o Hamas estava criando uma situação insustentável na Faixa de Gaza; e, por fim, afastaram juntos os EUA de qualquer mediação efetiva para encerrar o conflito entre Israel e o Hamas<sup>74</sup>.

---

<sup>73</sup> ENTOUS, Adam & CASEY, Nicholas. Gaza Tension Stoked by Unlikely Alliance Between Israel and Egypt. *The Wall Street Journal*, 6 ago 2014. Disponível em: <http://www.wsj.com/articles/unlikely-alliance-between-israel-and-egypt-stoked-gaza-tension-1407379093>

<sup>74</sup> Ibid

## Irã, Egito e o Golfo

Assim como Morsi, Sissi manteve no período analisado uma relação não hostil com o Irã, mas ela deriva, também, de sua ferrenha oposição ao islã político e aos grupos adeptos desta ideologia. Durante seu período no governo, tem ficado claro que Sissi “está se distanciando da agenda sunitas x xiitas que cada vez mais insufla os conflitos no Oriente Médio” (HANNA, 2014) para fazer o Egito emergir como o “país do *status quo*, focado no ‘anti-militantismo’ e no anti-islamismo, rejeitando mudanças de regime em todas as suas formas” (ibid). Este foco fez o Egito acenar para aliados do Irã, percebidos por Sissi como também seus aliados na luta contra o islã político. Em julho de 2014, o governante egípcio telefonou ao então premiê do Iraque, Nouri al-Maliki, para manifestar apoio na crise provocada pelo surgimento do chamado Estado Islâmico e preocupação com a onda de “extremismo e terrorismo” no país<sup>75</sup>. No mês seguinte, Sissi afirmou que seu governo não apoia o regime sírio de Bashar al-Assad, mas também não se opõe a ele<sup>76</sup>. Tratou-se de um aceno significativo em uma região na qual praticamente todos Estados de maioria sunita não apenas rejeitam como tentam derrubar o regime sírio. A preocupação de Sissi com os militantes islâmicos que agem na Síria – bastante próximos ideologicamente a grupos egípcios, – é tão grande que “alguns integrantes do *establishment* de segurança [do Egito] vão tão longe a ponto de achar que a luta de Bashar al-Assad contra o Estado Islâmico é uma causa comum” (ibid).

É interessante notar que tal postura amistosa diante de aliados do Irã contrastam com a manifesta hostilidade a Teerã e a seus clientes manifestada pelos principais apoiadores externos do regime de Abdel Fattah al-Sissi: Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Kuwait. O apoio deste trio de países a Sissi é a face mais visível da política externa egípcia. Quando as relações entre Washington e Cairo estremeceram após o golpe de 3 de julho de 2013, veio de Riad, Abu Dhabi e da Cidade do Kuwait a sustentação para o novo regime. Uma semana depois da derrubada de Morsi, os três governos prometeram uma ajuda de US\$ 12 bilhões ao Egito<sup>77</sup>, criando um colchão de segurança financeira diante da rápida redução das reservas internacionais do país. A hostilidade das

---

<sup>75</sup> Daily News Egypt. Al-Sisi promises support for Iraq’s Maliki, 9 jul 2014. Disponível em: <http://www.dailynewsegypt.com/2014/07/09/al-sisi-promises-support-iraqs-maliki/>

<sup>76</sup> Daily News Egypt. Egypt does not support the Syrian regime or opposition: Al-Sisi. Disponível em: <http://www.dailynewsegypt.com/2014/08/24/egypt-support-syrian-regime-opposition-al-sisi/>

<sup>77</sup> RAVINSKY, Jeremy. Friends again? Saudi Arabia, UAE jump in to aid Egypt. The Cristian Science Monitor, 10 jul 2013. Disponível em: <http://www.csmonitor.com/World/Global-Issues/2013/0710/Friends-again-Saudi-Arabia-UAE-jump-in-to-aid-Egypt>

monarquias do Golfo à Irmandade Muçulmana é explicada pelo conturbado relacionamento entre as duas partes.

A Arábia Saudita serviu como refúgio para milhares de integrantes da Irmandade na década de 1960, período de intensa repressão do governo Nasser contra o movimento. Muitos irmãos muçulmanos, egípcios e de outros países da região, tiveram papel fundamental na construção do Estado saudita, em especial a partir de suas posições como professores universitários e na mídia. No início dos anos 1990, em meio a denúncias de corrupção contra o governo saudita e à chegada de centenas de milhares de tropas norte-americanas para a Guerra do Golfo, o ramo saudita da Irmandade Muçulmana atuou ativamente na fundação do Despertar Islâmico (*al-Sahwa al-Islamiyya*), sendo os exilados os “principais promotores” do movimento (LACROIX, 2011, p. 38) que causou pânico na monarquia saudita ao questionar sua legitimidade. Os atos e protestos foram eventualmente contidos pelo regime saudita, com a prisão e deportação de muitos dos líderes do Despertar Islâmico, e os que restaram “desistiram das esperanças que tinham nos anos 1990 de liderar um movimento de reforma política”<sup>78</sup>, passando a evitar em seus sermões “questões sensíveis como corrupção, a falta de representação ou a ausência de direitos civis” na Arábia Saudita. As manifestações da chamada “Primavera Árabe” renovaram o medo saudita (compartilhado pelas outras monarquias do Golfo) de dissensão interna, uma vez que o “nível de fúria islamista direcionada ao governo saudita está mais elevado do que em qualquer outro momento desde o início dos anos 1990” (MCCANTS, 2014), e também de que a Irmandade Muçulmana, a partir do Egito, exportasse a revolução.

Neste contexto, Arábia Saudita, Kuwait e Emirados Árabes Unidos encontraram em Sissi, e este encontrou nesse bloco de países, um aliado de primeira ordem para combater o islamismo personificado pela Irmandade Muçulmana.

## 2.6 CONCLUSÃO

A queda de Hosni Mubarak foi um terremoto para o Egito, que afetou também a política externa do país, como era inevitável. Como vimos, no governo Morsi o Egito manteve com Israel o mesmo tipo de relação da era Mubarak: críticas públicas, feitas por aliados

---

<sup>78</sup> International Crisis Group. Saudi Arabia Backgrounder: Who are the islamists?, 21 set 2004. Disponível em: [http://www.crisisgroup.org/~media/Files/Middle%20East%20North%20Africa/Iran%20Gulf/Saudi%20Arabia/Saudi%20Arabia%20Backgrounder%20Who%20are%20the%20Islamists.pdf](http://www.crisisgroup.org/~/media/Files/Middle%20East%20North%20Africa/Iran%20Gulf/Saudi%20Arabia/Saudi%20Arabia%20Backgrounder%20Who%20are%20the%20Islamists.pdf)

do presidente, mas com cooperação em termos de segurança nos bastidores. No relacionamento com o Irã, houve uma guinada muito importante, mas pouco profunda. Morsi ainda buscou romper a “aliança única” com os EUA, aproximando o Egito da União Europeia e de países emergentes, mas em nenhum momento colocou o país em rota de colisão com o eixo EUA-Israel-monarquias sunitas que duela com o Irã por influência e poder no Oriente Médio (LIMAb, 2013). Basicamente, no curto período em que esteve no poder a Irmandade Muçulmana manteve a política externa de Mubarak, ampliando pouco a pluralidade do processo decisório, que continuou muito restrito, mas fez pequenos ajustes, às vezes simbólicos. As explicações para isto são, em grande medida, definidas pelas interações de fatores endógenos e exógenos, na linha dos jogos de dois níveis da qual fala Putnam (1988).

Ilegal por décadas, a Irmandade Muçulmana precisava ser aceita tanto dentro do Egito quanto pela comunidade internacional, derrubando as acusações de que a ascensão política do grupo fundamentalista religioso provocaria instabilidade no Oriente Médio. Assim, por um lado Morsi buscou “aumentar o apoio popular através de ativismo na política externa”, compensando a “falta de sucesso na política econômica e social” (GRIMM & ROLL, 2012). Por outro, tentou se retratar como um “estadista internacional digno” e provar para os EUA e o Ocidente que a Irmandade Muçulmana era um “grupo político responsável e confiável” (EL-DIN, 2012). Apesar de ter diferenças ideológicas profundas com os países do Golfo, nomeadamente a Arábia Saudita, a Irmandade Muçulmana desejava demonstrar que não buscava “romper com a hegemonia americana na região” (Ibid). Segundo um diplomata egípcio, a prioridade era a boa relação com Washington, não por conta da “ajuda externa, mas por conta do apoio político prometido a Morsi em contrapartida a um conjunto particular de demandas americanas”<sup>79</sup>, a saber a paz com Israel, a contenção ao Irã e o apoio ao diálogo entre palestinos e israelenses.

Além da questão política (a necessidade de ser aceita como ator legítimo dentro e fora do Egito), a Irmandade Muçulmana precisou lidar com problemas econômicos ao tomar suas decisões de política externa. A queda das reservas de moeda estrangeira, o risco da desvalorização da libra egípcia e consequente alta no preço dos alimentos sempre assombraram o governo Morsi. Para manter a solvência do Egito, Morsi precisou ser pragmático, uma vez que boa parte do apoio financeiro viria dos Estados Unidos, de

---

<sup>79</sup> EZZAT, Dina. Morsi's foreign policy failures. Al-Ahram, 21 jul 2012. Disponível em: <http://english.ahram.org.eg/NewsContent/1/152/76837/Egypt/Morsi,-one-year-on/Morsis-foreign-policy-failures.aspx>

instituições multilaterais como o Fundo Monetário Internacional e dos países do Golfo. Desagradar esses atores seria colocar em risco a capacidade do governo de pagar suas contas e de permanecer no poder. A mesma lógica serve para entender a aproximação com as nações emergentes. Se levada a cabo, a diversificação do apoio externo daria mais independência financeira ao Egito e mais maleabilidade à política externa de Morsi.

Por fim, um outro fator interno foi determinante para constranger a política externa dos irmãos muçulmanos: a preponderância das Forças Armadas na sociedade egípcia. Vistos como garantidores últimos da segurança, uma espécie de poder moderador do Estado, os militares se aproveitam desta condição para interferir na política de modo a preservar seus enormes interesses econômicos (LIMA, 2014), um processo que passa necessariamente pela manutenção da paz com Israel e da aliança com os EUA. Não houve tempo para verificar qual seria o futuro da política externa do Egito sob o governo de Morsi, derrubado por um golpe cívico-militar em julho de 2013, mas os eventos ocorridos durante sua curta gestão indicam que, ao menos no campo externo, a ideologia radical da Irmandade Muçulmana acabaria enquadrada pelo pragmatismo gerado pela necessidade de o grupo sobreviver politicamente.

Com Abdel Fattah al-Sissi no poder, seja nos bastidores, como ministro da Defesa pós-golpe ou como presidente, a política externa egípcia passou a ser guiada pela lógica da “guerra ao terror”, sendo “terror” um sinônimo para o islã político e, mais especificamente, para a Irmandade Muçulmana. A posição de um determinado país com relação ao islã político passou a ser a linha-mestra a guiar a política externa egípcia. Israel, Arábia Saudita, Kuwait e Emirados Árabes Unidos se tornaram firmes aliados do Cairo por conta de sua oposição ferrenha a grupos islamistas. Considerado vacilante, o governo dos EUA deixou de ser visto, ao menos publicamente, como aliado de primeira ordem. O Irã, e quem sabe a Síria, passaram a ser possíveis parceiros de ocasião.

Se as ações do Egito deixam claro que a “guerra ao terror” é prioridade, a retórica de Sissi ajuda a completar o quadro de análise, ao explicar a motivação do governante. Em 5 de maio de 2014, antes da eleição, Sissi afirmou em sua primeira entrevista na tevê que “tomaria qualquer decisão necessária para proteger o país do terrorismo”<sup>80</sup> e que em

---

<sup>80</sup> DARWISH, Passant. Abdel-Fattah El-Sisi gives first ever TV interview. Al-Ahram, 6 mai 2014. Disponível em: <http://english.ahram.org.eg/NewsContent/1/64/100549/Egypt/Politics-/AbdelFattah-ElSisi-gives-first-ever-TV-interview.aspx>

seu governo “não haverá nada chamado Irmandade Muçulmana”<sup>81</sup>. Sissi transpareceu sua preocupação com o discurso religioso muçulmano, que estaria, segundo ele, “custando à religião sua humanidade” e afirmou não existir um Estado religioso no islã, mas apenas um Estado civil<sup>82</sup>. Na mesma aparição, Sissi indicou ver grupos islamistas violentos, tais quais o Ansar Bait al-Maqdis (da Península do Sinai), como ligados à Irmandade Muçulmana, ao afirmar que se tratavam de uma “fachada” para o movimento<sup>83</sup>. Tal visão generalizante das diversas manifestações do islã político voltou a aparecer nos discursos de Sissi. Em setembro de 2014, quando o governo dos Estados Unidos lançou uma coalizão para combater o Estado Islâmico no Iraque e na Síria, Sissi aceitou integrar o Egito a ela, mas pediu “sua extensão para abranger a luta contra o terrorismo onde quer que exista no Oriente Médio e regiões da África”<sup>84</sup>, uma aparente tentativa de incluir a Irmandade Muçulmana – declarada terrorista por seu governo – na guerra contra o terror. Mais cristalina se tornou a visão de mundo de Sissi sobre o islã político em entrevista ao canal estatal francês *France24* em novembro de 2014<sup>85</sup>:

Na minha opinião, o pensamento extremista, ou o que é chamado de islã político, tem as mesmas raízes. Não é possível separar o Estado Islâmico do que está ocorrendo no Afeganistão ou do Ansar Bait al-Maqdis. Não podemos separar esses grupos e não devemos separá-los. Por isso eu disse que não devemos apenas confrontá-los militarmente. É um confronto global, porque os efeitos desses grupos são sentidos não apenas na região, mas na Europa e em outros lugares.

Como se vê, o homem que parece estar “em uma missão de deus para salvar o Egito” elegeu seu inimigo de forma muito clara, uma escolha que está intrinsecamente ligada à maneira com a qual Sissi chegou ao poder.

Os itens 1.7, 1.8 e 1.9 do primeiro artigo deste trabalho trazem uma extensa discussão a respeito do uso da violência por parte da Irmandade Muçulmana e também

---

<sup>81</sup> Mada Masr. Sisi in first TV interview: We will not let protests destroy the country, 6 ma 2014. Disponível em: <http://www.madamasr.com/news/sisi-first-tv-interview-we-will-not-let-protests-destroy-country>

<sup>82</sup> *ibid*

<sup>83</sup> PERRY, Tom. Egypt's Sisi turns Islam on the Islamists. Reuters, 9 mai 2014. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/2014/05/09/us-egypt-sisi-religion-idUSBREA480G820140509>

<sup>84</sup> SZEP, Jason & BUSHRA, Shadi. Sisi says coalition must battle Islamic State and others. Reuters, 14 set 2014. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/2014/09/14/us-egypt-islamicstate-sisi-idUSKBN0H80ST20140914>

<sup>85</sup> DRIDI, Sonia & PERELMAN, Marc. Egypt's Sisi considering pardon for Al Jazeera journalists. France24, 20 nov 2014, de 19min57s a 20min44s. Disponível em: <http://www.france24.com/en/20141120-egypt-general-sissi-exclusive-france-24-libya-jazeera-journalists/>

sobre a suposta islamização da sociedade egípcia durante o governo Morsi, mas parece nunca ser exagero lembrar que o movimento abandonou oficialmente a violência na década de 1970, agindo, inclusive, de forma a tentar moderar os radicais de outros grupos islamistas egípcios. A Irmandade Muçulmana, portanto, não é um grupo terrorista, ainda que seja inegável a delicadeza da tarefa de diferenciar ideologicamente as correntes não violentas do islã político das violentas, como o Estado Islâmico. Ambas são, afinal de contas, parte do mesmo fenômeno, como lembra Robert F. Worth (2014):

Ainda que os líderes da Irmandade tenham abertamente denunciado o barbarismo do ISIS [o Estado Islâmico] eles estão – de alguma forma — competindo pelo mesmo público, e seus comentários muitas vezes indicam [a existência de] um tácito contínuo no sentimento islamista. Isso apenas encorajou alguns do campo pró-Sissi a reunir todos os islamistas juntos, e pode até fazer alguns moderados irritados derivarem em direção a uma mentalidade jihadista.

A retórica vitriólica contra a Irmandade por parte de Sissi serve a um propósito bastante claro: consolidar sua chegada ao poder. Como também já foi debatido neste trabalho, o governo da Irmandade caiu por motivos políticos – a transformação da disputa por poder no Egito em um jogo de soma zero, no que o movimento também tem dose significativa de culpa – e não por buscar “criar um califado” ou interferir na vida pessoal dos egípcios. Houve sim, como já demonstrado, uma “impressão” de que o governo Morsi islamizava a sociedade, fomentada justamente pelos setores do Estado que contribuíram para destituir o presidente eleito. As falas de Sissi generalizando os grupos islamistas, assim, não são uma surpresa. São, ao mesmo tempo, sintoma e causa do tóxico ambiente político no Egito.

O marechal transformado em presidente do Egito epitomiza, hoje, o outro lado do jogo de soma zero que divide o país em dois. Sissi não é apenas o principal adversário do islã político, mas personifica o “hipernacionalismo” que tomou conta do Egito, uma proto-ideologia que se trata, segundo Rahim (2013), de “uma resposta à ascensão da supremacia religiosa nas últimas três décadas” na qual o “Estado é supremo e qualquer contestação intelectual é recebida com uma excomunhão retórica, ou mesmo legal”. São efeitos disso as tentativas de negar o caráter egípcio da Irmandade Muçulmana, classificando seus líderes como agentes estrangeiros, e a intensa xenofobia da sociedade egípcia contra, por exemplo, refugiados sírios e palestinos, percebidos como islamistas “em potencial”. Também não escapam à fúria hipernacionalista opositores seculares do

regime, como Mohamed El-Baradei, Nobel da Paz nomeado vice-presidente do Egito após o golpe de julho, que foi processado depois de abandonar o posto por indignação com o massacre nas mesquitas Nahda e Rabaa al-Adawiya<sup>86</sup>, e líderes do movimento 6 de Abril, que protestaram contra Morsi mas foram encarcerados por defender o direito de protestar durante o novo regime<sup>87</sup>. Internamente, a polarização entre o Estado egípcio, encarnado por Sissi (o que fez o colunista Amr Khalifa cunhar o termo “sissificação” do Egito<sup>88</sup>) e o islã político, simbolizado pela Irmandade Muçulmana, deu ao marechal uma carta branca para transformar o Egito num Estado policial que, em detrimento de todos os outros problemas do país, prioriza o combate ao “terror”, como afirma Rahim (2013).

De forma similar ao islamismo e a seu slogan “o islã é a solução”, o hipernacionalismo parece oferecer nada mais do que “a nação é a solução”. Não há uma agenda de políticas públicas de verdade, ou uma visão estratégica subjacente a este quadro político.

Ali (2015) completa o raciocínio ao atribuir às paixões e ao isolamento psicológico da população egípcia a concordância tácita com uma “servidão voluntária a uma ordem repressiva”, fenômeno que está varrendo o Egito e “engolindo burocratas, jornalistas, juízes, celebridades, e o ‘cidadão patriótico’ médio em seu caminho, remodelando-os em portadores de ideias despóticas”.

O despotismo egípcio se baseia em um sistema de clientelismo supervisionado por uma plutocracia, com uma concentração de capital privado que produz padrões de riqueza e renda altamente distorcidos. (...) O regime egípcio frequentemente defende este sistema parasitário empregando a retórica da democracia e constantemente invocando “o povo” como a fonte provável de autoridade. Infundáveis e superficiais referências ao Estado de direito são feitas, [assim como] à independência do Judiciário, ao mandato presidencial e assim por diante. Enquanto isso, ao invocar ideias de hipernacionalismo, motivos faraônicos, inimigos estrangeiros, conspirações, espões, sabotadores pagos, e a narrativa da guerra contra o terror, o regime esconde o verdadeiro debate sobre as questões de governança. (ALI, 2015)

---

<sup>86</sup> Reuters. Al Baradei faces court for ‘betrayal of trust’. Reuters, 20 ago 2013. Disponível em: <http://gulfnews.com/news/region/egypt/al-baradei-faces-court-for-betrayal-of-trust-1.1222438>

<sup>87</sup> AFP. Egypt upholds jail sentences of protest leaders. AFP, 7 abr 2014. Disponível em: <http://www.timesofisrael.com/egypt-upholds-jail-sentences-of-protest-leaders/>

<sup>88</sup> KHALIFA, Amr. 2014: The Sissification of Egypt. The Daily News Egypt, 30 dez 2014. Disponível em: <http://www.dailynewsegypt.com/2014/12/30/2014-sisification-egypt/>

O resultado da consolidação de poder de Sissi no Egito não ficará circunscrito às fronteiras do país, pois sua política externa deriva da mesma fonte, que traz em seu bojo um erro clamoroso – o de não entender que a “guerra ao terror” simplesmente estimula o que alega combater.

Hamid (2014) nos lembra que a repressão não necessariamente leva ao radicalismo. Durante a década de 1990, quando diversos regimes árabes ampliaram seu grau de autoritarismo, alguns grupos islamistas caminharam para a violência, mas os movimentos pertencentes aos *mainstream* do islã político, como a Irmandade Muçulmana no Egito, “aceitaram muitos dogmas fundamentais da democracia, incluindo a soberania popular e a alternância de poder” (HAMID, 2014, p. 38). O autor cita os exemplos do Wasat, dissidência moderada da Irmandade que, como visto, surgiu em meio à repressão do governo Mubarak, e, fora do mundo árabe, o do AKP, da Turquia, cuja moderação teria sido moldada pelos sequenciais golpes militares no país (Ibid, p. 44). Hamid constata, no entanto, que “níveis extremos de repressão – implantados em uma tentativa de erradicar um grupo social ou político particular – são um assunto diferente”, pois a tentativa de eliminar um grupo popular “é extremamente desafiadora do ponto de vista logístico e quase certamente terá consequências devastadoras, desfazendo o tecido social e levando a conflito civil prolongado” (Ibid, pp. 44 e 45).

O projeto de poder de Sissi, assim, pode arruinar o Egito e engolfar o país em uma nova era de violência política. Em primeiro lugar, porque a política empregada pelo Estado egípcio sob o regime Sissi generaliza os adeptos do islã político, indicando aos moderados que eles estavam errados ao defender a participação leal no sistema, como lembram Byman e Wittes (2014):

A repressão, sem dúvida, irá conduzir alguns dos membros da Irmandade ao terrorismo. Já, a derrubada militar do líder da Irmandade e presidente eleito Mohamed Morsi, em julho, emprestou força à visão de longa data da Al-Qaeda de que a política eleitoral é traiçoeira e que o projeto islâmico só pode avançar por meio da violência. A ação do governo tem jogado juntos adeptos das duas correntes do islamismo que se opunham uma à outra e criou uma nova onda de recrutas para o extremismo violento.

Em segundo lugar, porque essa política relega a segundo plano os problemas que fazem da sociedade egípcia, assim como de outras no Oriente Médio, o caldo cultural perfeito para o florescimento do extremismo: a pobreza, o desemprego, o analfabetismo, o sexismo, o sentimento de insignificância cultural e, sobretudo, a repressão política que

bloqueia a oposição de partidos, ONGs, movimentos sociais, veículos de imprensa, sindicatos, entidades estudantis e deixa como única porta aberta ao dissenso uma religião radicalizada justamente pela situação de penúria a que muitos de seus adeptos são submetidos. Dono do poder no Egito, o coração do mundo árabe, e abastecido pelos petrodólares do Golfo, Sissi tem todas as condições para fazer uma política externa ostensiva, projetando a todo o Oriente Médio aquilo que ele representa: a contrarrevolução da “Primavera”, que se insurgiu para encerrar o “despertar” do cidadão árabe e mantê-lo preso ao círculo vicioso de repressão, radicalismo e violência que marca a história da região nas últimas décadas.

## 2.7 BIBLIOGRAFIA

CARLISLE, Rodney P. **Persian Gulf War**. New York: Facts on File: 2003

CLINTON, Hillary R. **Hard Choices**. New York: Simon & Schuster, 2014

DEMANT, Peter. **O Mundo Muçulmano**. 2. ed. 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008

DOWTY, Alan. **Israel/Palestine**. Cambridge: Polity Press, 2012

DESSOUKI, Ali E. Hillal. **Regional Leadership: Balancing Off Costs and Dividends in the Foreign Policy of Egypt**. In: KORANY, Bahgat & DESSOUKI, Ali E. Hillal (editores). **The Foreign Policy of Arab States – The Challenge of Globalization**. Cairo: The American University of Cairo Press, 2010

HAMID, Shadi. **Temptations of Power – Islamists and Illiberal Democracy in a New Middle East**. Ebook. New York: Oxford University Press, 2014

HAGAN, Joe. **Domestic Political Explanations in the Analysis of Foreign Policy**. In **Foreign Policy Analysis: Continuity and Change in Its Second Generation**, edited by Neack, Laura, Hey, Jeanne and Haney, Patrick. New Jersey: Prentice Hall, pp. 117-143, 1995

LACROIX, Stéphane. **Awakening Islam: The Politics of Religious Dissent in Contemporary Saudi Arabia**. Cambridge: Harvard University Press, 2011

OSMAN, Tarek. **Egypt on the brink – From the rise of Nasser to the fall of Mubarak**. New Haven and London: Yale University Press, 2011

PARGETER, Alison. **The Muslim Brotherhood - From Opposition to Power**. London: Saqi Books, 2013

RUTHERFORD, Bruce K. **Egypt after Mubarak – Liberalism, Islam, and Democracy in the Arab World**. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2008.

SHAMA, Nael. **Egyptian Foreign Policy from Mubarak to Morsi – Against National Interest**. New York: Routledge, 2014

## ARTIGOS

ALI, Amro. **Egypt's Long Walk to Despotism**. The Tahrir Institute for Middle East Policy, 21 jan 2015. Disponível em: <http://timep.org/commentary/egypt-despotism/>

BASSIOUNI, Mustafa. **Sisi's visit to Russia is message to the West**. Al Monitor, 13 ago 2014. Disponível em: <http://www.al-monitor.com/pulse/politics/2014/08/russia-egypt-relations.html>

BEN SOLOMON, Ariel. **Analysis: Egyptian foreign policy hasn't changed**. The Jerusalem Post, 28 fev 2013. Disponível em:

BYMAN, Daniel & WITTES, Tamara Cofman. **Now that the Muslim Brotherhood is declared a terrorist group, it just might become one.** The Washington Post, 10 jan 2014. Disponível em: [http://www.washingtonpost.com/opinions/now-that-the-muslim-brotherhood-is-declared-a-terrorist-group-it-just-might-become-one/2014/01/10/268977d2-77d6-11e3-af7f-13bf0e9965f6\\_story.html](http://www.washingtonpost.com/opinions/now-that-the-muslim-brotherhood-is-declared-a-terrorist-group-it-just-might-become-one/2014/01/10/268977d2-77d6-11e3-af7f-13bf0e9965f6_story.html)

DARRAG, Amr. **A Revolutionary Foreign Policy.** Foreign Policy, 16 out 2012. Disponível em: [http://www.foreignpolicy.com/articles/2012/10/15/a\\_revolutionary\\_foreign\\_policy](http://www.foreignpolicy.com/articles/2012/10/15/a_revolutionary_foreign_policy)

DROZ-VINCENT, Philippe. **A Post-Revolutionary Egyptian Foreign Policy?... Not Yet.** Op-Med – Opinions on the Mediterranean / Istituto Affari Internazionali. Jul, 2012. Disponível em: [http://www.iai.it/pdf/mediterraneo/GMF-IAI/Op-Med\\_03.pdf](http://www.iai.it/pdf/mediterraneo/GMF-IAI/Op-Med_03.pdf)

EL-ADAWY, Adel. **Egypt's Evolving Foreign Policy.** PolicyWatch 2160, The Washington Institute for Near East Policy. 17 out 2013. Disponível em: <http://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/egypts-evolving-foreign-policy>

EL-DIN, Khaled Safey. **Morsy's foreign policy: Sugar-coated but unchanged.** Egypt Independent, 24 set 2012. Disponível em: <http://www.egyptindependent.com/opinion/morsy-s-foreign-policy-sugar-coated-unchanged>

GRIMM, Jannis & ROLL, Stephan. **Egyptian Foreign Policy under Mohamed Morsi.** Stiftung Wissenschaft und Politik, nov 2012. Disponível em: [http://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/comments/2012C35\\_gmm\\_rll.pdf](http://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/comments/2012C35_gmm_rll.pdf)

HANNA, Michael Wahid. **The Sisi Doctrine.** Foreign Policy, 13 ago 2014. Disponível em: <http://foreignpolicy.com/2014/08/13/the-sisi-doctrine/>

LIMA, José Antonio. **O Egito em uma encruzilhada: a influência dos militares na política e uma sociedade dividida.** Boletim Eletrônico Malala, fev 2014.

LIMAA, José Antonio. **Salafismo No Egito: Do Silêncio à Participação Política.** Universidade de São Paulo, jun 2013.

LIMAB, José Antonio. **O Complexo Regional de Segurança do Oriente Médio: o período 2003-2013 e o que vem pela frente.** Universidade de São Paulo, dez 2013.

MCCANTS, William. **Islamist Outlaws.** Foreign Affairs. 17 mar 2014. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/141038/william-mccants/islamist-outlaws>

OTTAWAY, Marina e DUNNE, Michele. **Incumbent Regimes and the “King’s Dilemma” in the Arab World: Promise and Threat of Managed Reform.** Dezembro de 2007, 28p. Carnegie Paper. Carnegie Endowment for International Peace. Washington. Disponível em: <http://www.carnegieendowment.org/publications/index.cfm?fa=view&id=19759>

PUTNAM, Robert D. **Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games.** International Organization, Vol. 42, No. 3. (Summer, 1988).

RAHIM, Taufiq. **Is Hypernationalism the New Islamism?** Al-Monitor, 23 ago 2013. Disponíbel em: <http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2013/08/violence-arab-nationalism.html>

STANDISH, Reid. **Egypt's Sisi Piles on to Hagel's Fractured Legacy.** Blog Passport, Foreign Policy, 25 nov 2014. Disponíbel em: <http://foreignpolicy.com/2014/11/25/egypts-sisi-piles-on-to-hagels-fractured-legacy/>

THRALL, Nathan. **Hamas's Chances.** London Review of Books, vol 36, nº 16, pp 10-12, 21 ago 2014. Disponíbel em: <http://www.lrb.co.uk/v36/n16/nathan-thrall/hamass-chances>

WORTH, Robert F. **The Pillars of Arab Despotism.** New York Review of Books, 9 out 2014. Disponíbel em: <http://www.nybooks.com/articles/archives/2014/oct/09/pillars-arab-despotism/>